

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA – EB  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROCESSOS BIBLIOTECONOMICOS – DEPB

LUISE MARIA COSTA DE OLIVEIRA

**A SAÚDE DO BIBLIOTECÁRIO:**  
EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

RIO DE JANEIRO

2018

LUISE MARIA COSTA DE OLIVEIRA

**A SAÚDE DO BIBLIOTECÁRIO:**  
**EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lidiane Carvalho

RIO DE JANEIRO

2018

O52s Oliveira, Luisi Maria Costa de, 1996-

A saúde do bibliotecário : em busca de melhores condições de trabalho / Luisi Maria Costa de Oliveira. – 2018.

133 p. : il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)– Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Orientadora: Lidiane dos Santos Carvalho.

1. Bibliotecário – Saúde ocupacional. 2. Doenças profissionais – Legislação – Brasil. 3. Bibliotecas universitárias – Riscos ocupacionais. I. Carvalho, Lidiane dos Santos. II. Título

CDD: 613.62

LUISE MARIA COSTA DE OLIVEIRA

**A SAÚDE DO BIBLIOTECÁRIO:**  
EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lidiane Carvalho (orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Dayanne da Silva Prudêncio  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

*“Se há apenas um conselho que posso lhe dar, é isso: quando há algo que você realmente quer, lute por isso, não desista, não importa o quanto pareça impossível. E quando você perder a esperança, pergunte a si mesmo se daqui a dez anos você iria querer ter tido outra chance. Porque as melhores coisas da vida, elas não vêm de graça”.*

*(Meredith Gray)*

Dedico este trabalho e todas as minhas futuras realizações às mulheres da vida: a minha mãe amada e minha querida avó *in memoriam*. Jamais te esquecerei, tu és toda minha vida, és tudo que sonhei, minha querida.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela incontestável força nos momentos de maior dificuldade, pela luz e sabedoria para realização deste trabalho. Sem Teu amor e zelo, eu nada seria.

A toda minha família, em especial à minha querida mãe por todo apoio, compreensão e credibilidade em mim. Você é a razão de tudo que já conquistei e ainda vou conquistar.

Ao meu amor, Matheus Fernandes, por todo carinho, apoio e cumplicidade durante esses meses de conclusão de curso. Meu presente de Deus.

A Mariana Dias pela amizade e cumplicidade nessa trajetória. Obrigada por todos os momentos.

A Brenda Souza pelo incentivo nos momentos difíceis. Obrigada pelos 7 anos de cumplicidade.

Aos amigos queridos que encontrei ao longo desses anos de formação, em especial a Andréia Alvarenga, Vinícius Soares, Sarah Campos, Amanda Sá, Leticia Souza, Raquel Teixeira e Daniele Martins. Mesmo não fazendo todas as disciplinas juntos, foi um prazer dividir esse caminho com vocês.

Aos bibliotecários participantes, inclusive minha irmã, que foram tão atenciosos e solícitos para a construção deste trabalho.

Aos profissionais que tive o prazer de trabalhar ao lado e muito contribuíram para minha formação profissional e pessoal, em especial a Ana Rosa Paixão, Ricardo Saraiva e Simone Rosa.

À minha orientadora Lidiane Carvalho pelo apoio e incentivo na elaboração deste trabalho. Aqui está o nosso resultado!

Aos professores, Dayanne Prudencio e Eduardo Alentejo por aceitarem meu convite na composição da banca examinadora. Fico muito honrada com a participação e contribuições.

A todos os professores da Escola de Biblioteconomia pelos ensinamentos e capacitação para o exercício da atividade biblioteconômica, em especial à professora Dayanne Prudencio e Patrícia Vargas que me possibilitaram vivenciar as nuances da vida acadêmica.

Muito obrigada a todos vocês!

## RESUMO

Trata sobre a saúde ocupacional do bibliotecário. Objetiva reunir indicadores para contribuir no reconhecimento da biblioteca como um ambiente que pode expor o bibliotecário a riscos à sua saúde. Estuda os riscos e as doenças ocupacionais que o profissional está acometido durante sua jornada de trabalho. Apresenta os aspectos legais relacionados à insalubridade presentes na legislação brasileira. Para alcançar o objetivo delimitado foi realizada uma pesquisa de campo com os bibliotecários atuantes nas bibliotecas universitárias federais no município do Rio de Janeiro. Identifica a percepção e o impacto de um ambiente de trabalho insalubre na saúde desses profissionais. Evidencia a necessidade de maiores engajamentos na formulação de políticas de prevenção e promoção da saúde para a classe bibliotecária. Propõe melhorias e boas práticas preventivas em bibliotecas a fim de atingir o mais alto nível de satisfação da relação do bibliotecário com seu ambiente de trabalho. Revela a importância de aprovação do Projeto de Lei nº 1.511/2015 que prevê a atribuição do adicional de insalubridade aos profissionais da informação expostos a riscos ocupacionais.

Palavras-chave: Bibliotecário – Saúde ocupacional. Doenças profissionais – Legislação – Brasil. Bibliotecas universitárias – Riscos ocupacionais.

## **ABSTRACT**

It treats with the occupational health of the librarian. It aims to gather indicators to contribute to the recognition of the library as an environment that can expose the librarian to risks to their health. It studies the risks and the occupational diseases that the professional is affected during his work day. It presents the legal aspects related to the insalubrity present in the Brazilian legislation. In order to reach the defined objective, a field research was carried out with the librarians working in the federal university libraries in the city of Rio de Janeiro. It identifies the perception and impact of an unhealthy working environment on the health of these professionals. It evidences the need for greater engagement in the formulation of prevention and health promotion policies for the librarian class. It proposes improvements and good preventive practices in libraries in order to achieve the highest level of satisfaction of the relationship between a professional librarian and their work environment. It reveals the importance of approving Bill n° 1.511/2015 which provides for the attribution of additional health insurance to information professionals exposed to occupational hazards.

**Keywords:** Librarian – Occupational health. Occupational diseases – Legislation – Brazil.  
University Libraries – Occupational Risks.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 –	Especificação da iluminância, limite de ofuscamento e qualidade da cor em bibliotecas.....	38
QUADRO 2 –	Percepção de grau de insalubridade.....	45
QUADRO 3 –	Classificação dos riscos ocupacionais quanto à natureza.....	63-64
QUADRO 4 –	Limites de Temperatura, Umidade e Circulação de Ar.....	66-67
QUADRO 5 –	Os contaminantes químicos e seus efeitos.....	69
QUADRO 6 –	Doenças relacionadas ao trabalho acometidas aos bibliotecários.....	83-85
QUADRO 7 –	Atividades realizadas em bibliotecas universitárias.....	96
FIGURA 1 –	Higienização com a Mesa de Sucção.....	74
GRÁFICO 1 –	Situações insalubres em bibliotecas.....	98
GRÁFICO 2 –	Periodicidade na higienização de acervos.....	98
GRÁFICO 3 –	Periodicidade da limpeza do ar condicionado.....	99
GRÁFICO 4 –	Nível de satisfação com os aspectos ambientais.....	100
GRÁFICO 5 –	Realização de determinadas tarefas em posição incômoda.....	100
GRÁFICO 6 –	Presença de sinalizadores de segurança (Mapa de risco, combate de incêndios).....	102
GRÁFICO 7 –	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) utilizados em bibliotecas.....	103
GRÁFICO 8 –	Quantitativo de casos de Doenças relacionadas à síndrome LER.....	106
GRÁFICO 9 –	Quantitativo de casos de doenças respiratórias.....	106
GRÁFICO 10 –	Quantitativo de casos de doenças de pele.....	107
GRÁFICO 11 –	Média geral das sintomatologias oriundas de atividades de higienização e preservação do acervo.....	107
GRÁFICO 12 –	Média geral de sintomatologias oriundas de atividades de processo técnico.....	108

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Quantitativo de bibliotecários.....	91
TABELA 2 –	E-mails institucionais recuperados.....	92
TABELA 3 –	Nível de satisfação quanto ao mobiliário.....	101
TABELA 4 –	Quantitativo de afastamentos por doenças ocupacionais.....	105

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BU	Biblioteca Universitária
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRB	Conselhos regionais de Biblioteconomia
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CSS	Central do Centro de Ciências da Saúde
DORT	Distúrbios Osteoarticulares Relacionados ao Trabalho
DPOC	Doenças pulmonares obstrutivas crônicas
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FEBAB	Federação Brasileira Associações Bibliotecários
FIOCRUZ	Fundação Oswald Cruz
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GL	Ginástica Laboral
GO	Goiás
IBUTG	Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo
IES	Instituições de Educação Superior
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBR	Norma Brasileira aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas

NR	Normas Regulamentadoras
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OHSAS	Occupational Health and Safety Assessment Series
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PL	Projeto de Lei
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
REDALYC	Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España y Portugal
RBBB	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
RJU	Regime Jurídico Único
SAT	Seguro Acidente de Trabalho
SED	Síndrome do Edifício Doente
SC	Santa Catarina
SiBI	Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ
SINBIESP	Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo
SINDIB-RJ	Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro
SESMT	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIBIBLI	Sistema de Bibliotecas da UNIRIO
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	15
1.1	OBJETIVOS.....	19
1.1.1	Objetivo geral.....	19
1.1.2	Objetivos específicos.....	19
1.2	JUSTIFICATIVA.....	20
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	21
2.1	A RELAÇÃO TRABALHO E SAÚDE.....	21
2.2	OS SENTIDOS E AS ALTERAÇÕES PELO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO.....	27
2.3	AMPARO LEGAL.....	30
2.3.1	As Normas Regulamentadoras de maior interesse no trabalho biblioteconômico e suas recomendações.....	33
2.3.2	Órgãos da classe.....	39
2.3.3	Adicional de insalubridade e o Projeto de Lei nº 1.511/2015.....	42
3	<b>O BIBLIOTECÁRIO E SEU AMBIENTE DE TRABALHO.....</b>	49
3.1	A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	54
3.2	PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	57
3.3	RISCOS OCUPACIONAIS EM BIBLIOTECAS.....	60
3.3.1	Agentes físicos.....	65
3.3.2	Agentes químicos.....	68
3.3.3	Agentes biológicos.....	72
3.3.4	Agentes ergonômicos.....	74
3.3.5	Agentes mecânicos ou de acidentes.....	77
3.4	ALGUMAS DOENÇAS ACOMETIDAS AOS BIBLIOTECÁRIOS.....	79
4	<b>METODOLOGIA.....</b>	87
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	87
4.2	UNIVERSO DA PESQUISA.....	88
4.2.1	Sistema de bibliotecas da UNIRIO.....	89
4.2.2	Sistema de bibliotecas da UFRJ.....	90

4.3	DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	91
5	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>95</b>
5.1	DOS ASPECTOS GERAIS.....	95
5.2	DOS ASPECTOS AMBIENTAIS.....	97
5.3	DOS ASPECTOS ERGONÔMICOS E MECÂNICOS.....	100
5.4	DAS NORMAS, REGULAMENTOS, POLÍTICAS EM SAÚDE E SEGURANÇA.....	102
5.5	DAS DOENÇAS E AFASTAMENTOS.....	104
5.6	DA PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO FRENTE ÀS PENOSIDADES VIVENCIADAS.....	108
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário aplicado aos bibliotecários.....</b>	<b>127</b>
	<b>APÊNDICE B – E-mail para apresentação da pesquisa aos bibliotecários.....</b>	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A promoção do trabalho decente, a proteção dos direitos trabalhistas e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especificamente o de número 8 – Trabalho decente<sup>1</sup> e crescimento econômico, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ao identificar a saúde e integridade do trabalhador como um direito trabalhista assegurado pela legislação, o presente estudo coloca em pauta a saúde dos bibliotecários atuantes nas bibliotecas universitárias federais no município do Rio de Janeiro.

É importante perceber e problematizar que ao longo dos anos, a biblioteca vem sofrendo alterações pelas novas formas de gerenciamento e processos organizacionais. Com o avanço e expansão do ensino superior no Brasil, ocorreu conseqüentemente o aumento das bibliotecas universitárias. Este aumento requer estudos que possam dimensionar e atentar para as necessidades internas dessas bibliotecas, sobretudo a discussão a respeito da saúde dos profissionais inseridos nesses espaços, propondo diretrizes para minimizar ou mitigar chances de contaminação, adoecimento e afastamento.

De forma generalizada, qualquer atividade ou ocupação desenvolvida no ambiente de trabalho pode oferecer riscos à saúde do trabalhador. Os riscos ocupacionais são classificados de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego como risco físico, químico, biológico, ergonômico e mecânico (BRASIL, 1994). Esses riscos, em baixo ou alto nível de concentração e exposição, podem desencadear efeitos adversos à saúde e integridade física dos profissionais, provocando distúrbios, sofrimento e doenças ocupacionais.

No ambiente da biblioteca, conforme as tarefas e atividades da competência do bibliotecário e para o técnico em Biblioteconomia elencadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (2002) é possível identificar algumas atividades que podem interferir na saúde desses profissionais: a atividade de tratamento de recursos informacionais que demandam concentração pode resultar em monotonia e repetitividade; o contato direto com agentes biológicos decorrentes de atividades como inventariação e higienização do acervo pode provocar o surgimento de doenças do trato respiratório, cutâneo ou ocular.

---

<sup>1</sup>De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (1999) trabalho decente é o conceito central para o ODS 8 e se refere a condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. O conceito sintetiza a missão da OIT que é a promoção de oportunidades para que todos e todas obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas.

O contato com agentes biológicos é um exemplo das situações de riscos mais evidentes e nocivas à saúde do bibliotecário, pois a exposição a esses agentes agressores está no próprio contato com acervo da unidade. A preocupação incide sobre o acervo no sentido de proteger e preservar esses materiais para garantir a guarda e acesso às produções de diferentes áreas do conhecimento. Para tanto, bibliotecários, auxiliares de biblioteca, estagiários e outros funcionários dessa instituição mantêm esforços para garantir o melhor atendimento e oferecer o material de melhor qualidade para seus consulentes.

Neste sentido, durante o processo de preservação, conservação e restauração dos materiais, os profissionais ficam expostos aos agentes agressores. Isso visto que vários são os agentes de deterioração que livros, mapas, fotografias, periódicos, manuscritos, entre outros materiais estão expostos, enquadrando-se aos riscos ambientais. Esses agentes são inimigos do acervo e podem ser classificados nos grupos de risco físico, químico e biológico. Tais agentes, quando superados os limites de tolerância à exposição, podem produzir danos à saúde desses profissionais.

Além do surgimento das doenças desencadeadas pela exposição aos riscos ambientais, diferentes pesquisas, por exemplo, Ajayi e Akindojutimi (2005); Barría González (2012); Costa (2005) apontam para o surgimento de problemas de saúde nos bibliotecários decorrentes de outros fatores. Em um estudo realizado com cerca de duzentos e cinco bibliotecários participantes da Conferência Geral Anual da Biblioteca da Nigéria em 2004, foi identificado que a maioria dos bibliotecários estudados usa óculos por causa da fadiga ocular. Verificou-se que o uso de óculos melhora a produtividade e eficiência dos bibliotecários (AJAYI; AKINDOJUTIMI, 2005, tradução nossa).

Outra pesquisa realizada por Barría González (2012), com bibliotecários chilenos, demonstra que esses profissionais estão acometidos ao estresse relacionado ao trabalho devido à tensão emocional que apresentam diariamente. O estudo mostra que as doze doenças típicas de estresse em bibliotecários são: cansaço visual; dor de cabeça e enxaquecas; dores musculares (pescoço, costas); tendinite; falta de concentração, lumbago (dor na lombar); insônia; herpes; síndrome do cólon irritável; úlceras; refluxo; bruxismo; alergias (rinite) e falta de apetite.

No Brasil, o trabalho de Costa (2005) investigou os bibliotecários da rede de bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro, verificando que são reconhecidos os riscos de contaminação por parte dos profissionais, entretanto, faltam informações a respeito de qual tipo de contaminação, e também conscientização das empresas contratantes e maiores engajamentos dos órgãos da classe para a fiscalização em bibliotecas.

Em “*Health and Safety Guide for Libraries*” (2016) é apresentado métodos de reconhecimento, avaliação e controle de riscos em bibliotecas. O guia apresenta que o trabalho em biblioteca possui diferentes riscos à saúde e segurança dos profissionais, como: estresse, risco de escorregões, tropeções e quedas, lesão nas costas, preocupações de segurança, estações de trabalho inadequadas, inadequação da iluminação, poeira, mofo e má qualidade do ar interior (CANADIAN CENTRE FOR OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY, 2016, tradução nossa).

O problema deste trabalho também evidencia questões semelhantes aos resultados de pesquisas anteriores. Teve sua origem a partir de observações da autora em enquetes e posts na rede social – Facebook, sobre reclamações dos profissionais da área de Biblioteconomia no exercício da profissão, em muitas situações, em ambiente de trabalho considerado insalubre.

As questões variavam em relação às doenças respiratórias e cutâneas adquiridas pelos bibliotecários durante suas atividades laborais; a necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 1.511/2015 de 2015 que visa atribuir proteção ao trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória; a importância de maiores informações sobre os riscos presentes em bibliotecas; conscientização das práticas de trabalho para um labor saudável; preocupação de fiscalização e reconhecimento da biblioteca como potencial ambiente insalubre.

A partir da identificação desta lacuna na área da Biblioteconomia, chega-se a algumas questões norteadoras para o desenvolvimento deste trabalho: Quais atividades desenvolvidas em bibliotecas podem oferecer maiores riscos à saúde dos profissionais? Os bibliotecários atuantes nas bibliotecas do estudo recebem alguma orientação quanto à segurança do trabalho? Há algum documento formal a respeito disso disseminado no contexto laboral? As bibliotecas da atualidade adotam medidas preventivas que visam evitar a ocorrência de acidentes e garantir a segurança da equipe? Há a ocorrência de afastamento ou aparecimento de doenças decorrentes do trabalho? Neste contexto, a pesquisa identificou circunstâncias de insalubridade das quais o bibliotecário deve ter ciência de modo a tomar decisões no contexto da saúde laboral.

Neste sentido, o tema deste estudo delimitou-se em investigar a saúde ocupacional dos profissionais de Biblioteconomia atuantes em bibliotecas universitárias federais no município do Rio de Janeiro, identificando se em seu ambiente de trabalho há a presença de possíveis agentes e riscos ocupacionais que possam provocar sofrimento e doenças e sua relação com as atividades exercidas. Pretendeu-se identificar quais são os possíveis riscos de doenças ocupacionais presentes em bibliotecas, quais são as doenças que mais afastam profissionais

bem como apresentar medidas que podem ser tomadas para diminuir e assegurar uma vida de trabalho com mais saúde e qualidade.

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira e presente seção, de caráter introdutório apresenta a contextualização temática, algumas questões norteadoras, objetivo geral, objetivos específicos e a justificativa para o estudo.

A segunda seção apresenta o referencial teórico que foi segmentada em três subseções a fim de analisar com mais detalhes as questões relacionadas à temática. A primeira subseção apresenta um breve histórico das áreas que estão preocupadas com a relação entre trabalho e saúde. A segunda trata sobre os sentidos e alterações ocasionadas pelo trabalho no serviço público. A terceira subseção discorre sobre o amparo legal para questões relacionadas à saúde e segurança do trabalhador, debruçando em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), leis trabalhistas, órgãos e serviços que os profissionais podem recorrer em caso de doenças ou possível exposição a riscos.

A terceira seção discorre sobre o bibliotecário e seu ambiente de trabalho e foi dividida em quatro subseções. A primeira subseção apresenta uma breve contextualização da biblioteca universitária, universo de pesquisa do presente estudo. A segunda identifica as principais atividades desenvolvidas em bibliotecas a fim de identificar possíveis situações de exposição aos riscos ocupacionais. A terceira discorre sobre os riscos ocupacionais presentes em bibliotecas, identificando quais fatores configuram um ambiente insalubre. Foram englobados também outros riscos, além dos riscos ambientais (físico, químico e biológico) que possam vir a prejudicar a saúde do bibliotecário, como os riscos ergonômicos e mecânicos. A quarta apresenta algumas doenças ocupacionais acometidas aos profissionais bibliotecários de acordo com literatura.

A quarta seção constitui-se na Metodologia da pesquisa que apresenta os procedimentos metodológicos do trabalho, características do estudo, universo da pesquisa, o instrumento para a coleta de dados e técnica para análise. Também menciona os materiais documentais que foram utilizados para esta pesquisa.

A quinta seção evidencia os dados obtidos da pesquisa realizada nas bibliotecas universitárias federais do município do Rio de Janeiro. A pesquisa identificou a relação do bibliotecário com seu ambiente de trabalho, quais são as atividades desenvolvidas por esses profissionais e quais podem provocar alterações em seu organismo. A sexta seção apresenta as considerações finais do estudo.

Nesta sequência, observa-se a relevância da pesquisa ao contribuir para a identificação da biblioteca com a potencialidade de ser um espaço de trabalho insalubre e da necessidade de

maiores engajamentos da Classe para a melhoria nas condições de trabalho dos profissionais da área, questões já apontadas por diversos autores nesta temática na área de Biblioteconomia. Com isso, o presente trabalho orientou-se às ações na área da atenção à saúde dos bibliotecários, apresentando orientações de áreas afins que contribuem para estudos desta natureza e que visem à obtenção de ambientes salubres e de qualidade para esses profissionais.

## 1.1 OBJETIVOS

O presente estudo tem o objetivo destacar e evidenciar elementos para mobilizar lutas por melhorias de condições de trabalho que estabeleçam limites de tolerância à exposição a riscos ocupacionais, reconhecimento dos agentes agressores à saúde do profissional bem como o incentivo de equipamento de proteção coletiva (EPC) e equipamento de proteção individual (EPI) em bibliotecas.

### 1.1.1 Objetivo geral

A pesquisa tem objetivo de reunir indicadores para contribuir no reconhecimento da biblioteca como um ambiente que pode expor o bibliotecário a riscos à sua saúde, sujeitando-o ao amparo legal das legislações trabalhistas voltadas para sua integridade física.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Visando atender este objetivo geral, far-se-á necessário explorar os seguintes objetivos específicos como:

- a) Analisar na Literatura da Biblioteconomia, trabalhos que abordem a biblioteca como local de possível surgimento de riscos e doenças ocupacionais;
- b) Discutir a importância da saúde do bibliotecário e aplicação das legislações trabalhistas no sentido de evitar doenças laborais e garantir um meio ambiente de trabalho de qualidade para a saúde dos trabalhadores;
- c) Identificar e analisar o impacto do ambiente insalubre na saúde dos bibliotecários atuantes das bibliotecas universitárias federais no município do Rio de Janeiro.

- d) Buscar indicadores que contribuíssem para a aprovação do Projeto de Lei nº 1.511/2015 elaborado pelo Vereador Uldurico Junior que visa atribuir o adicional de insalubridade para os bibliotecários expostos a riscos ocupacionais.
- e) Analisar propostas de melhorias e boas práticas em seu ambiente de trabalho e incentivar a busca de melhores condições de trabalho.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

No ano de 2018 comemora-se 40 anos da Portaria 3.214 de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que apresentou as primeiras Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Tendo em vista essa iniciativa na legislação, este trabalho justifica-se à medida que contribui para o reconhecimento da biblioteca como espaço que pode proporcionar aos profissionais situações de riscos à saúde. Assim, espera-se que cada vez mais sejam incentivadas práticas laborais que visem à satisfação, qualidade, saúde e segurança no trabalho.

O interesse pelo assunto tratado neste estudo remete a participação da autora como ouvinte em um curso oferecido pelo Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro (SINDIB-RJ) em agosto de 2017 sobre “Agentes Agressores a saúde do Bibliotecário no ambiente de trabalho” onde foram abordadas questões relacionadas aos riscos inerentes ao trabalho biblioteconômico.

Além do exposto, há de se ressaltar a necessidade de debate do tema em questão, uma vez que a insalubridade nas bibliotecas é pouco debatida por profissionais da área. Perceber a biblioteca como um ambiente que pode agredir a saúde do bibliotecário é fundamental para atingir um labor com o mais alto nível de satisfação, pois um profissional incorporado nas campanhas de prevenção de saúde e segurança sente-se seguro para exercer as atividades inerentes a sua profissão.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta a contextualização teórica que auxiliou na construção deste estudo e deu suporte à análise dos dados.

### 2.1 A RELAÇÃO TRABALHO E SAÚDE

A preocupação com a saúde do trabalhador remota à primeira metade do século XIX, com a Revolução industrial. Com o processo de aceleração do trabalho tornou-se inviável não pensar na saúde e nas condições físicas dos operários em seu ambiente de trabalho, originando assim o primeiro serviço de Medicina do Trabalho. Inicialmente, a necessidade dos trabalhadores das fábricas terem cuidados médicos surgiu na Inglaterra e posteriormente, expandiu-se em outros países junto ao processo de industrialização (MENDES; DIAS, 1991, p. 342).

De acordo com Saliba (2010, p. 23) a Medicina do Trabalho “é fundamental no campo da saúde ocupacional e complementa todos os meios preventivistas, especialmente a higiene ocupacional”. O autor comenta que apenas com a participação de profissionais qualificados da área da saúde é possível reconhecer, avaliar e controlar os agentes físicos, químicos e biológicos.

Com advento da máquina a vapor, o ambiente de trabalho passou por transformações desde o aumento da produtividade até a exposição do trabalhador ao um ambiente agressivo, resultando em novas formas de produção e de organização de trabalho. Em seus estudos, Dejours (1987 apud MENDES, 1995, p. 34) demonstra que:

A organização do trabalho [é] a responsável pelas consequências penosas ou favoráveis para o funcionamento psíquico do trabalhador [...] Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora.

A organização do trabalho resultou o automatismo e adaptação ao um modelo de trabalho. Na psicopatologia, Freud (1930) vai defender que a atividade do homem busca ausência de sofrimento e obtenção do prazer. Com isso, “a busca do prazer no trabalho e a fuga do desprazer constituem um desejo permanente para o trabalhador em face das exigências contidas no processo, nas relações e na organização do trabalho” (MENDES, 1995, p. 35).

Com a Resolução Industrial a figura do trabalhador é transferida do perfil “escravo” no regime servil para o “livre” capaz de vender sua força de trabalho, em consequência, Minayo-Gomez e Costa (1997, p. 22) dizem que o trabalhador “tornou-se presa da máquina, de seus ritmos, dos ditames da produção que atendiam à necessidade de acumulação rápida de capital e de máximo aproveitamento dos equipamentos, antes de se tornarem obsoletos”.

O novo cenário de competição entre humano e máquina desencadeou o surgimento de diversos fatores de riscos, ocasionados pela “força motriz, a divisão de tarefas e a concentração de várias pessoas em um mesmo estabelecimento”, como destaca Saliba (2010, p. 19). Além desses fatores, Minayo-Gomez e Costa (1997, p. 22) comentam que:

As jornadas extenuantes, em ambientes extremamente desfavoráveis à saúde, às quais se submetiam também mulheres e crianças, eram frequentemente incompatíveis com a vida. A aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a acelerada proliferação de doenças infectocontagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes.

Assim, no ambiente laboral os riscos de acidentes e doenças ocupacionais surgiram rapidamente e desencadearam reações por parte do proletariado resultando em sucessivas propostas normatizações e legislações que interviam nas empresas. Em 1833, o parlamento inglês decretou a “lei das fábricas” proibindo o trabalho de menores de 18 anos e estabelecendo limite de 12 horas diárias e 69 semanais por jornada de trabalho. Posteriormente, em 1884, as primeiras leis de acidente de trabalho foram surgindo na Alemanha e aos demais países europeus, até chegar ao Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919 (SALIBA, 2010).

Também em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a partir do tratado de Versailles o que resultou maiores movimentos em prol de serviços médicos bem como a prevenção à saúde e integridade física do trabalhador. Diversas recomendações e diretrizes em relação à proteção da saúde e os serviços médicos para os trabalhadores foram estabelecidas (SALIBA, 2010).

Nos anos da Segunda Guerra Mundial, sobretudo no pós-guerra a partir do findar do conflito bélico, o custo provocado pelas perdas de vidas nas fábricas era irreparável. O período foi marcado por reivindicações da classe trabalhista de mão de obra produtiva e pelos gastos das companhias de seguro com indenizações às pessoas incapacitadas em decorrência de acidentes ou doenças do trabalho (MENDES; DIAS, 1991, p. 343).

Concomitante aos acontecimentos de reivindicações, novas tecnologias industriais estavam sendo inseridas nos ambientes de trabalho, apresentando novos processos, equipamentos e produtos químicos. A Medicina do Trabalho da época, aliada ao empregador, tinha como foco identificar processos danosos à saúde do trabalhador a fim de repará-los e possibilitar o retorno do trabalhador à linha de produção. O trabalhador era visto como uma peça de engrenagem no processo produtivo (MINAYO-GOMEZ; COSTA, 1997).

Assim, a Medicina do Trabalho estava preocupada em identificar as causas das doenças e acidentes baseando-se na teoria da unicausalidade, ou seja, para cada doença, um agente etiológico. Entretanto, muitas patologias geradas pelo trabalho são confundidas com outras doenças, dificultando a identificação dos processos de produção que geram tais doenças e a mera exposição a um agente exclusivo. O que demonstra a fragilidade da Medicina do Trabalho na intervenção dos problemas de saúde dos trabalhadores a partir dos processos de produção (MINAYO-GOMEZ; COSTA, 1997).

Neste sentido, eram necessárias contribuições interdisciplinares para a intervenção no ambiente, definindo estudos sobre o ambiente laboral e a prevenção das doenças. Surge então, sobretudo, dentro das grandes empresas a Saúde Ocupacional “com a organização de equipes progressivamente multiprofissionais, e a ênfase na higiene industrial, refletindo a origem histórica dos serviços médicos e o lugar de destaque da indústria nos países industrializados” (MENDES; DIAS, 1991, p. 343).

Os estudos sobre a Saúde Ocupacional nas escolas de saúde pública dos Estados Unidos centraram-se no termo “Higiene Ocupacional”, definido por Saliba (2010, p. 22) como:

Ciência que atua no campo da saúde ocupacional, por meio da antecipação, do reconhecimento, da avaliação e do controle dos riscos físicos, químicos e biológicos originados nos locais de trabalho e passíveis de produzir danos à saúde dos trabalhadores, observando-se também seu impacto no meio ambiente.

A área avança com uma proposta interdisciplinar preocupada com a relação do ambiente de trabalho com o corpo do trabalhador. Diferente da teoria da unicausalidade utilizada pela Medicina do Trabalho, a Saúde Ocupacional apresenta estudos com base da teoria da multicausalidade, onde a produção de uma doença pode estar ligada ao um conjunto de fatores de riscos que devem ser avaliados através da clínica médica e estabelecimento de indicadores de relação exposição-efeito de riscos ambientais e biológicos, ou seja, a relação entre agente-hospedeiro-ambiente. Apesar disso, a metodologia utilizada pela Saúde

Ocupacional repetia as limitações da Medicina do Trabalho (MINAYO-GOMEZ; COSTA, 1997).

No Brasil, a adoção e o desenvolvimento da saúde ocupacional refletiram na vertente acadêmica apresentando novos aportes nas instituições de ensino e pesquisa de escolas médicas; na criação da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO); e na legislação expressou-se na regulamentação do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trouxe reformulações sobre a obrigatoriedade de equipes técnicas multidisciplinares nos locais de trabalho (atual Norma Regulamentadora 4 da Portaria 3214/78); na avaliação quantitativa de riscos ambientais e adoção de "limites de tolerância" em Normas Regulamentadoras (MENDES; DIAS, 1991).

Apesar dos avanços significativos no campo conceitual da Saúde Ocupacional na relação trabalho-saúde, na década de 60, percebe-se a insuficiência do modelo uma vez que estava enraizado no mecanicismo – focado na Produtividade e ao fato de não concretizar a interdisciplinaridade com outras áreas (MENDES; DIAS, 1991, p. 343). Os autores também destacam que

A insuficiência do modelo da saúde ocupacional não constitui fenômeno pontual e isolado. Antes, foi e continua sendo um processo que, embora guarde uma certa especificidade do campo das relações entre trabalho e saúde, tem sua origem e desenvolvimento determinados por cenários políticos e sociais mais amplos e complexos (MENDES; DIAS, 1991, p. 344).

Outra questão que evidenciou a insuficiência do modelo foi a abordagem do trabalhador como o “objeto” das ações de saúde, e não “trabalhador como sujeito ativo do processo de saúde-doença, [incluindo-o] na participação efetiva nas ações de saúde” (NARDI, 1997, p. 220). As mudanças sociais, a participação dos trabalhadores em questões de saúde, a nova organização do trabalho, as modificações dos processos de trabalho, a utilização de novas tecnologias despertaram questionamentos sobre a relação trabalho-saúde, evidenciando a insuficiência do modelo de Saúde Ocupacional.

A abordagem clássica da saúde ocupacional, avalia as consequências do trabalho sobre a saúde e, embora procure adotar uma linha multidisciplinar, conserva uma metodologia de análise de acidentes tecnicista, monocausal e imediatista, sem se aprofundar em seus mecanismos e eventos condicionantes (STRAUSZ, 2001, p. 9).

Surge então, a partir da segunda metade da década de 60, um novo movimento social, nos países industrializados, sobretudo na Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos e

Itália. Essa nova geração estava engajada nas questões de saúde e segurança e apresentavam questionamentos sobre o valor do trabalho e da liberdade. Começa o engajamento dos trabalhadores nas questões relacionadas à sua saúde e segurança uma vez que são protagonistas das situações concretas do cotidiano dos trabalhadores, expressas em sofrimento, doença e morte (BERLINGUER, 1978; RIGOTTO, 1990 apud MENDES; DIAS, 1991, p. 345).

Em resposta ao movimento social, surgem novas legislações trabalhistas abordando as temáticas de saúde e segurança do trabalhador. Todas essas legislações evidenciaram o reconhecimento do exercício de direitos fundamentais dos trabalhadores. Além disso, a década de 70 é marcada pela terceirização dos serviços e implantação de novas tecnologias, a saber, a automação e a informatização, que modificaram a organização do trabalho (MENDES; DIAS, 1991).

Situada no campo das relações entre trabalho e saúde, a Saúde Ocupacional e a Medicina do Trabalho possuem como objeto de atenção a saúde, e não o trabalhador como objeto central. Neste sentido, Nardi (1997, p. 220) destaca:

[...] a característica que diferencia a Saúde do Trabalhador, em seu modelo teórico, é a afirmação do trabalhador como sujeito ativo do processo de saúde-doença (incluindo aí a participação efetiva nas ações de saúde) e, não simplesmente, como objeto da atenção à saúde, tal como é tomado pela Saúde Ocupacional e pela Medicina do Trabalho.

Neste sentido, Mendes e Dias (1991) complementam ao dizer que a Saúde do Trabalhador rompe a hegemonia que estabelece um nexo de causalidade entre a doença e um agente específico ou a um conjunto de riscos presentes no local de trabalho, como havia sido tratado pela a Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional, respectivamente.

Apesar das dificuldades desse modelo teórico-metodológicas, a Saúde do Trabalhador tem seu objeto de estudo o processo de saúde e doença dos grupos humanos em relação ao seu trabalho. Esse novo do modo de lidar com as relações de trabalho-saúde proporciona uma interação mais sólida entre trabalhadores e profissionais especializados (MENDES; DIAS, 1991).

Ainda para os autores a “saúde do trabalhador considera o trabalho, enquanto organizador da vida social, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição, e do fazer histórico” (MENDES; DIAS, 1991, p. 347).

Novos questionamentos sobre o trabalho surgem na classe trabalhadora. Na relação trabalho-saúde os trabalhadores buscam controle sobre as condições e ambientes de trabalho. Aliada ao trabalhador e suas vivências sobre o ambiente de trabalho, os autores Laurell e Noriega (1989 apud NARDI, 1997, p. 219) evidenciam que a Saúde do Trabalhador vai orientar ações a partir de uma metodologia que visa a “análise dos impactos dos ambientes e das formas de organização e gestão do trabalho na vida dos trabalhadores a partir da determinação histórica e social dos processos de saúde e doença”.

Além disso, Strausz (2001) ressalta que historicamente, os acidentes de trabalho foram vinculados ao trabalhador como resultado de sua própria responsabilidade. Entretanto a autora ainda destaca que nos últimos anos, a Saúde do Trabalhador tem desmistificado a cultura de culpabilização da vítima, apresentando novas abordagens interdisciplinares sobre as questões relativas aos acidentes e doenças decorrentes do trabalho (STRAUSZ, 2001). Conforme dispõe o art. 19 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social:

Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos [empregados, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial] provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1991a)

A lei supracitada também considera as doenças profissionais e doenças ocupacionais como acidentes de trabalho, assunto que será tratado em seção 3.4 *Algumas doenças acometidas aos bibliotecários*.

Ao longo dos anos, metodologias de análise dos acidentes de trabalho foram desenvolvidas visando atender as necessidades oriundas da revolução industrial. Sendo um campo interdisciplinar, contribuições de diferentes áreas foram constituindo o campo de investigação da Saúde do Trabalhador, em especial das Ciências Sociais. Strausz (2001, p. 9) destaca que essa área trouxe “uma abordagem sócio-técnica dos acidentes de trabalho, enquanto a Ergonomia moderna trouxe uma nova visão do posto de trabalho”.

De acordo com Iida (2005, p. 189) posto de trabalho refere-se à “configuração física do sistema homem-máquina-ambiente. É uma unidade produtiva envolvendo um homem e o equipamento que ele utiliza para realizar um trabalho, bem como o ambiente que circunda”. O autor ainda faz uma analógica biológica, considerando o posto de trabalho uma célula do

organismo humano, onde o homem é o núcleo. Assim, o conjunto dessas células, ou seja, postos de trabalho, constitui o tecido e o órgão, análogos aos departamentos, setores ou escritórios.

A década de 1970 presenciou profundas mudanças nos processos de trabalho. É assistida uma forte tendência à terceirização nas atividades econômicas dos países desenvolvidos, observando o declínio do setor secundário (indústria) e o crescimento exponencial do setor terciário. O período foi marcado pela implementação de novas tecnologias baseadas em duas vertentes: a automação (máquinas de controle numérico, robots e outros) e a informatização (MENDES; DIAS, 1991). Com a inserção das novas tecnologias, Strausz, Machado e Brickus (2007, p. 70) destacam que:

O crescimento do setor de serviços, aliado à flexibilização dos contratos e à precarização das relações de trabalho, tem trazido um incremento de exposições a novos riscos ocupacionais e doenças relacionadas ao trabalho. Os Distúrbios Osteoarticulares Relacionados ao Trabalho (DORT) ou as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e a Síndrome do Edifício Doente (SED) são alguns exemplos de síndromes modernas relacionadas diretamente à organização e ao ambiente de trabalho. As LER/DORT, mundialmente estudadas, já se configuram como epidemia. A SED ainda carece de estudos mais profundos em climas tropicais, como no Brasil, embora já seja estudada há mais de vinte anos nos países dependentes de climatização artificial (MOLHAVE, 1992; SKOV, 1992).

Ao colocar em pauta a preocupação com a saúde dos bibliotecários, ainda para autora é evidente a importância de estudos com esta temática, uma vez que embora seja reconhecido o adoecimento e afastamento de profissionais acometidos por problemas de saúde relacionados ao seu ambiente de trabalho, há escassos estudos que comprovem a situação. A autora destaca que “estudar o tema e divulgar os resultados, dá visibilidade às questões de saúde desses trabalhadores e ambientes” (STRAUSZ, 2001, p. 9). Ao estudar sobre a relação trabalho e saúde é fundamental compreender os sentidos e as alterações que o trabalho pode provocar no indivíduo, desta forma a seção a seguir apresenta algumas considerações sobre as modificações e influências do trabalho na vida humana.

## 2.2 OS SENTIDOS E AS ALTERAÇÕES PELO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

O trabalho é uma das atividades fundamentais da vida humana. Esta atividade “permite aos indivíduos produzir os bens e os serviços necessários e indispensáveis à vida

moderna, e lhes permite integrar-se ao sistema de relações que compõe a própria trama da sociedade” (DOLAN, 2006). Como resultado do trabalho, a remuneração financeira passa a ter papel fundamental para atender as necessidades básicas do ser humano. Embora considerado uma fonte de satisfação das diversas necessidades humanas, o trabalho pode ser fonte de sofrimento (NUNES; LINS, 2009).

Para o homem, o trabalho proporciona o desenvolvimento de sua satisfação ou não, e na concepção de ser uma atividade humana tem seu significado ancorado na tríplice material, psicológico e social. Na satisfação material o trabalho é responsável por atender as necessidades biológicas do ser humano como a alimentação, vestimentas, moradia, saúde física e mental. Na questão psicológica, esta atividade vai transmitir ao indivíduo sentimento de pertencimento a algo maior (empresa), proporcionando realização pessoal, segurança e novas experiências. Já a satisfação social está ligada ao posicionamento desse indivíduo na sociedade (MAURO, et al., 2007).

O sofrimento no trabalho pode ocorrer nas mais variadas atividades ocupacionais. No serviço público, o sentido do trabalho de um servidor público “é estigmatizado, sendo considerado privilegiado por ter um emprego estável, como se também não estivesse submetido a condições de trabalho que podem levar ao sofrimento e adoecimento” (CARNEIRO, 2006; WALLACE; LEMAIRE; GHALI, 2009 apud FARIA; LEITE; SILVA, 2017, p. 543).

Para Tavares Benetti e Ferreira de Araujo (2008 apud NUNES; LINS, 2009, p. 53-54) servidor público refere-se “os servidores estatutários, ocupantes de cargos públicos providos por concurso público e que são regidos por um estatuto definidor de direitos e obrigações”. Desempenham atividades, sobretudo no setor de serviços, prestando “um serviço do tipo intelectual (caracterizado no processamento de informações, negociações, fiscalização, ensino, pesquisa, policiamento, entre outras)”, conforme apontado por Porto (2006 apud NUNES; LINS, 2009, p. 54).

No âmbito das atividades de ensino e pesquisa, “as universidades públicas possuem por definição uma tríade que representa sua função-fim: ensino, pesquisa e extensão. Para atender a esses objetivos, são necessários servidores docentes e técnicos administrativos” (FARIA; LEITE; SILVA, p. 2017, p. 542). Esses últimos, por desempenharem serviços-meio são despercebidos frente às vulnerabilidades vivenciadas no ambiente de trabalho e “muitas vezes, não é dada atenção prioritária nas políticas públicas e internas das instituições de educação” (COUTINHO et al., 2008 apud FARIA; LEITE; SILVA, 2017, p. 542)

Ao colocar em pauta as causas frequentes dos distúrbios patológicos desencadeados pelo ambiente de trabalho, Mendes e Dias (1999, p. 432 apud DIAS, 2008, p. 16) evidenciam que:

[...] o trabalho tem um papel fundamental na inserção dos indivíduos no mundo, contribuindo para a formação de sua identidade a construção da subjetividade e permitindo que os mesmos participem da vida social, sendo elemento essencial para a saúde. Entretanto, na forma como esse trabalho está organizado e é executado por um grande contingente de profissionais, na sociedade atual, são maximizados seus efeitos negativos, entre eles o adoecimento e a morte.

Em razão do tempo que o trabalhador passa no trabalho, deve-se haver uma conscientização das implicações e das consequências que essas questões têm sobre os indivíduos. Dolan (2006) ao tratar sobre estresse, autoestima, saúde e trabalho vai abordar essas relações entre as pessoas no ambiente corporativo, evidenciando uma ligação íntima entre a estrutura organizacional e os inerentes processos psicossociais.

Além das novas tecnologias presentes na estruturação do trabalho, a presença humana é um dos aspectos fundamentais para as organizações contemporâneas. Lucena (1990 apud BLATTMANN; BORGES, 2005, p. 48) vai dizer que:

[...] Em sua essência, as organizações têm sua origem nas pessoas, o trabalho é processado por pessoas e o produto de seu trabalho destina-se às pessoas. As máquinas por mais sofisticadas que sejam são ferramentas do homem no trabalho.

Entretanto, em algumas situações no ambiente de trabalho, a presença humana pode estar sujeita a elementos agressores à sua saúde física e mental. A queda do rendimento e da produtividade são sinais visíveis que indicam o início de alterações no trabalhador. Assim, determinados elementos nesse cenário podem desencadear desequilíbrios que potencialmente ocasionam danos à saúde do trabalhador. Mauro et al. (2004, p. 339) identificam as alterações que o trabalho pode ocasionar no organismo e na personalidade do trabalhador:

- a) *Modificações fisiológicas*: alteração do processo metabólico, aumento do ritmo respiratório e cardíaco e alterações no teor físico-químico do sangue e dos tecidos musculares, resultantes do esforço produzido;
- b) *Aquecimento*: ou seja, intensificação do rendimento do trabalho pelo aumento da capacidade dos músculos e nervos condicionados à atividade exercida;

- c) *Queda da velocidade e qualidade do rendimento*: observáveis com o prolongamento forçado do trabalho, decorrente do esforço muscular e intelectual que surge com a fadiga;
- d) *Reativação*: é o súbito aumento do ritmo de trabalho, seja pelo estímulo do supervisor ou apelo nas últimas horas de trabalho;
- e) *Alterações no controle e coordenação motora*: observáveis na continuidade do esforço físico.

Desta forma, o trabalho está presente na sociedade como forma de realização, mas em alguns momentos pode ser visto como fonte de sobrevivência e sofrimento. Marx (1985) vai dizer que no processo de trabalho há cargas de trabalho que em interação com o trabalhador pode gerar sofrimento físico ou psíquico, desgastando a capacidade vital do profissional. Quando tratamos do trabalho do bibliotecário, Santa Helena (2009) destaca que as dificuldades enfrentadas por esses profissionais não são tão visíveis, o que faz duvidar sobre questões de doenças ocupacionais decorrentes de bibliotecas.

Ao tratar sobre a influência do trabalho no ser humano, ora benéfica, ora prejudicial, é fundamental que leis, decretos, normas entre outros documentos legislativos sejam formulados a fim de apresentar requisitos e procedimentos relativos à segurança e saúde do trabalhador em seu ambiente de trabalho. Neste sentido, a próxima seção apresenta os principais amparos legais na legislação trabalhista brasileira.

### 2.3 AMPARO LEGAL

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) promulgada em 5 de outubro de 1988 prevê no Capítulo II dos Direitos Sociais, em seu art. 7º, inciso XXII, “a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” (BRASIL, 1988). A CRFB é a lei que direciona e fundamenta as demais legislações em torno da saúde e segurança do trabalho e apresenta como fundamentos a dignidade da pessoa humana. Na relação trabalhista o direito à saúde constitui-se um direito fundamental do indivíduo que exercem funções que o expõe a riscos bem como não deve ser negociado, mas sim segurado integralmente. Neste sentido, Moraes (2002 apud MACHADO, 2016) argumenta que o trabalhador pode se proteger a partir de instrumentos jurídicos quando sentir ameaçado ou prejudicado nas atividades laborais ou no meio ambiente de trabalho.

Após o diagnóstico de uma doença relacionada ao trabalho realizado pelo médico, isto inclui àqueles realizados pela rede pública de serviços do SUS (dispositivo criado pela

CRFB), hospitais universitários ou filantrópicos, serviços médicos vinculados a planos ou seguros-saúde ou pelo SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho nas empresas, deve ser realizado o encaminhamento do trabalhador/paciente à Previdência Social (INSS). O afastamento do posto de trabalho é fundamental para a interrupção da exposição do trabalhador ao agente de risco que o estava provocando distúrbio ou doença (BRASIL, 2001).

Após o diagnóstico realizado no trabalhador, deve ser aberta uma CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho. Refere-se a um documento que, preenchido em sua primeira parte pela empresa contratante, reconhece a ocorrência de um acidente de trabalho ou de trajeto bem como uma doença ocupacional (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, 2018). Constitui-se de um instrumento de agravos relacionados ao trabalho utilizados pelos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que em seu capítulo V do título II dispõe sobre questões relativas à segurança e medicina do trabalho (BRASIL, 1977). Já a segunda parte deverá ser assinada pelo médico que atesta o Laudo de Exame. De acordo com art. 336 do Decreto n.º 3.048/1999 que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências fica estabelecido que:

[...] a empresa deverá comunicar à previdência social o acidente [...] ocorrido com o segurado empregado, exceto o doméstico, e o trabalhador avulso, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa aplicada e cobrada na forma do art. 286. [Além disso, menciona que] na falta de comunicação por parte da empresa, ou quando se tratar de segurado especial, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo (BRASIL, 1999).

Vale ressaltar que de acordo com a legislação previdenciária há restrições para adquirir ao direito do Seguro Acidente de Trabalho (SAT) que assegura benefícios relacionados com os infortúnios provocados por acidente de trabalho como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-acidente e aposentadoria especial. Assim, o trabalhador/paciente pode ser enquadrado em três situações, sendo elas “segurado pela Previdência Social e coberto pelo SAT; segurado pela Previdência Social, mas não coberto pelo SAT; não segurado pela Previdência Social e, por conseguinte, também não coberto pelo SAT” (BRASIL, 2001, p. 53).

Em relação ao período de afastamento, nos primeiros quinze dias de afastamento consecutivos da atividade por motivo de invalidez caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário. No 16º dia de afastamento, o paciente/trabalhador/segurado deverá passar por uma avaliação realizada pela Perícia Médica do INSS, que irá estabelecer a incapacidade laborativa ou não. Se estabelecida irá conceder ao trabalhador o benefício do auxílio-doença, pagamento este efetivado pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Em consonância ao estabelecimento pelo art. 9º do Decreto n.º 3.048/1999, lista os segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas: empregados, empregados domésticos, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. O Decreto também sanciona que:

O servidor civil [regido pelo Regime Jurídico Único (RJU)] ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, Estado, Distrito Federal ou Município, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado neste Regulamento, desde que amparados por regime próprio de previdência social (BRASIL, 1991).

Normalmente, os servidores públicos não dispõem de um instrumento específico de notificação de agravos relacionados ao trabalho, neste caso, o servidor que sofrer um acidente de trabalho deverá ter:

[...] processo aberto na unidade ou no órgão no qual trabalha e deve ser examinado pela perícia médica, a quem cabe caracterizar o nexó e a eventual incapacidade para o trabalho. O RJU não prevê benefícios específicos para o indivíduo vitimado por esses agravos, exceto a aposentadoria com vencimentos integrais na vigência de incapacidade total e permanente (BRASIL, 2001, p. 58).

Como aponta Machado (2016) na legislação brasileira há diversas documentações elaboradas a fim de garantir a saúde e segurança do trabalhador nas relações de trabalho. O órgão responsável pela elaboração de Normas Regulamentadoras destinadas à Segurança e Medicina do Trabalho é o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que aprovou em 8 de junho de 1978 as primeiras Normas através da Portaria 3.214. No âmbito do Direito legislativo brasileiro, as NR “são de observância obrigatória para as empresas privadas e públicas, órgãos de Administração direta e indireta, bem como para órgãos dos Poderes Legislativos que possuem empregados regidos pela CLT” (SEGURANÇA..., 2018).

Neste sentido, é importante mencionar que apesar do amparo legal que os trabalhadores têm direitos ainda é perceptível a necessidade de melhorias no ambiente de

trabalho em diversos setores. De acordo com o Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho estima-se que no Brasil ainda ocorre acidente de trabalho a cada 52 segundos. Por isso o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) continua seu trabalho no aperfeiçoamento das normas regulamentadoras, totalizadas no ano de 2018 com 36 normas, para a redução dos números de acidentes e doenças laborais (SEGURANÇA..., 2018). As NR apresentam disposições que visam a eliminação ou controle dos riscos ocupacionais presentes no ambiente de trabalho.

### 2.3.1 As Normas Regulamentadoras de maior interesse no trabalho biblioteconômico e suas recomendações

As Normas Regulamentadoras, editadas em 1978, contam atualmente com 36 normas. Em geral, a literatura aponta as seguintes normas como sendo de relevância para o bibliotecário: NR 4 – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); NR 17 – Ergonomia; NR 23 – Proteção contra incêndio; NR 26 – Sinalização de Segurança. Por isso, esta seção apresenta as NR's que possuem maior relação ao trabalho exercido por profissionais em bibliotecas, arquivos e centros de documentação. Também serão apresentadas aqui algumas recomendações para tornar a biblioteca um espaço seguro e de qualidade para o bibliotecário.

A NR 4 – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) determina que as empresas privadas e públicas tanto da Administração direta quanto indireta bem como os órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário que possuem empregados regidos pela CLT, são obrigadas a constituir e manter um SESMT com o objetivo de promover e proteger a saúde e integridade física do trabalhador em seu ambiente de trabalho (BRASIL, 1978a).

O dimensionamento do SESMT está relacionado com ao grau do risco da atividade principal e ao número de empregados no estabelecimento. A partir do dimensionamento com base no Quadro II desta NR, serão estabelecidos o quantitativo de profissionais especializados que se resume ao Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar ou Técnico em Enfermagem do Trabalho. São atribuições deste serviço: a promoção de atividades que visem conscientizar, educar e orientar os trabalhadores quanto a prevenção de acidentes de trabalho e doenças

ocupacionais, o registro em documento(s) específico(s) todos os acidentes e casos de doenças ocupacionais ocorridos, manter-se entrosado com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), entre outras (BRASIL, 1978a).

Cabe ressaltar que a precisão na recuperação de informação acerca da existência do SESMT no serviço público foi baixa. Isso se dá em razão da ausência do SESMT órgãos públicos da administração direta e indireta. Neste aspecto, Souza (2011, não paginado) anuncia:

Apesar de o Estado ter responsabilidade objetiva pelos danos causados a terceiros, independente de culpa ou dolo, bem como pelos danos causados aos seus servidores, o que se vê claramente aqui, data vênua, é uma verdadeira omissão do estado com aqueles que colaboraram para garantir a efetiva prestação dos serviços do Estado no seu menor nível de atuação, o Servidor Público.

Ainda para o autor deve-se haver maiores engajamento para a implementação de serviços especializados nas empresas públicas e nas autarquias que tenham servidores públicos não-celetistas, assim como houve nas empresas privadas, uma vez que os servidores públicos também “têm sido expostos aos infortúnios dos acidentes e doenças de trabalho” e os benefícios vão desde a “redução dos gastos previdenciários com afastamentos por acidentes e doenças do trabalho, além das aposentadorias por invalidez permanente [...] aumento da produtividade e da eficiência dos serviços públicos” (SILVA, 2011, não paginado).

A NR – 5 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) estabelece que as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, bem como qualquer instituição que admitam empregados deverá constituir uma CIPA. Esta comissão será composta por representantes do empregador e dos empregados com o objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho a fim de garantir a preservação da vida e a promoção da saúde no trabalho (BRASIL, 1978b).

Das atribuições da CIPA destacam-se a identificação dos riscos inerentes ao processo de trabalho que auxiliarão na elaboração do Mapa de Risco, com o assessoramento do SESMT nas empresas que tiverem; colaboração no desenvolvimento e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR 7) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR 9).

Conforme mencionado anteriormente, a CIPA é responsável pela elaboração do Mapa de Risco que deve apresentar graficamente os riscos existentes no local de trabalho. Conforme

a Portaria nº 5, de 17 de agosto de 1992, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Mapa de Riscos consiste na “representação gráfica do reconhecimento dos riscos existentes nos diversos locais de trabalho, e visa a conscientização e informação dos trabalhadores através da fácil visualização dos riscos existentes na Empresa” (BRASIL, 1994).

Desse modo, a CIPA, ao elaborar o Mapa de Risco de uma biblioteca, deverá considerar a participação do maior número de bibliotecários bem como atender as orientações do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). De acordo com a Gerência de Saúde e Prevenção (2012) é fundamental a participação das pessoas que estão expostas ao risco na elaboração do mapa, principalmente por conhecerem seu ambiente de trabalho e conseqüentemente as fontes geradoras de risco.

De acordo com a Portaria nº 25 de 29 de dezembro de 1994 para a implementação do mapa de risco na empresa deve-se ser seguidas as etapas de reconhecimento do processo de trabalho realizado no local em análise; identificação dos riscos existentes no local em consonância a classificação de riscos ocupacionais (ver 3.3 – Riscos Ocupacionais em bibliotecas); identificação das medidas preventivas que deverão ser implementadas; estabelecer indicadores de saúde (doenças diagnosticadas; acidentes de trabalho ocorrido; queixas mais frequente dos trabalhadores e causas de absenteísmo); conhecer os levantamentos ambientais realizados no local bem como a elaboração do mapa de risco.

Na biblioteca ou em qualquer outro espaço de trabalho que possa oferecer riscos aos trabalhadores, o mapa deverá ser afixado em local visível a todos e conter informações como: a classe do risco e sua cor, representada por círculos de três tamanhos (pequeno, médio e grande) que informam a gravidade de exposição; o número de trabalhadores expostos ao risco; a especificação do agente de risco (por exemplo: fungo, umidade, ruído, ritmo excessivo); causas mais frequente de afastamentos do posto de trabalho (BRASIL, 1994).

Neste sentido, Faustino, Silva e Silva (2015) argumentam que a elaboração do mapa de risco justifica-se à medida que previne os acidentes de trabalho uma vez que a partir dele os trabalhadores são informados sobre os riscos que estão expostos além do empregador identificar quais são os aspectos no ambiente de trabalho que deverão ser melhorados.

Outra norma fundamental para a proteção do bibliotecário, principalmente nas atividades que o expõem a agentes de risco é a NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Esta Norma dispõe sobre a obrigatoriedade da empresa contratante no fornecimento, gratuitamente, do Equipamento de Proteção Individual (BRASIL, 1978c). Além disso, a NR 6 define EPI sendo todo dispositivo ou produto com a finalidade de proteção de riscos do local de trabalho que possa afetar a segurança e saúde do trabalho, de uso individual pelo

trabalhador (BRASIL, 1978c). Compete ao SESMT, ouvida a CIPA e os trabalhadores usuários, a recomendação do EPI mais adequado ao risco existente em determinada atividade.

Para o trabalho em biblioteca, Santos (2017) destaca uma lista de EPI que devem ser utilizadas na realização das atividades biblioteconômicas além de alertar sobre a importância de utilização do equipamento de proteção nas atividades de conservação e preservação, pois são situações em que mais expõem o bibliotecário aos riscos físicos, químicos e biológicos. O autor destaca que durante o processo de higienização do acervo é recomendado o uso dos seguintes protetores: luvas, jalecos, óculos de proteção, protetor facial, equipamentos de proteção respiratória, roupa de proteção, botas e gorros.

Os equipamentos de proteção são divididos em individuais e coletivos. O Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) deve ser visto de forma prioritária pela empresa e a utilização de EPI para atender as situações de emergência. Em bibliotecas em que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção ao bibliotecário contra acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, o uso do EPI torna-se de uso obrigatório. Em referência aos EPC, Xarão (2009) apresentam alguns equipamentos coletivos que podem ser utilizados em arquivos, equipamentos estes que devem também ser implementados em bibliotecas e centros de documentação como: mesa ou cabine de higienização, chuveiro de emergência, recipiente para materiais perfuro cortantes, sprinklers, captadores de fumaça, extintores e mangueiras de incêndio, sinalizadores de risco. Ambos EPC devem ser implementados nas bibliotecas a fim de proteger o bibliotecário da fonte produtora do risco.

A NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) apresenta em suas disposições a obrigatoriedade dos empregadores e instituições contratantes que admitam trabalhadores como empregados na elaboração e implementação dos PPRA (BRASIL, 1994). Esse programa visa à preservação da saúde e da integridade do trabalhador, agindo de forma antecipada no reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais (físico, químico e biológico) existentes no ambiente de trabalho. Deverão ser adotadas medidas para o controle, minimização ou eliminação dos riscos ambientais sempre que for verificada a exposição ao risco acima dos limites de tolerância estabelecidos (BRASIL, 1994). O limite de tolerância a riscos ocupacionais está apresentado na seção 2.3.3, contudo cabe destacar que ele não se refere a uma divisão entre uma situação segura e insegura, mas sim “uma referência para a adoção de medidas de controle no ambiente ocupacional e demais providências” (SILVA, 2014, p. 79).

As ações do PPRA devem ser desenvolvidas em todos os setores da instituição com a colaboração dos trabalhadores e podem ser feitas pelo SESMT ou equipe de pessoas,

designada pelo empregador, capacitada a cumprir o que está estabelecido nesta NR. Neste sentido, o bibliotecário poderá “apresentar propostas e receber informações e orientações a fim de assegurar a proteção aos riscos ambientais identificados na execução do PPR” (BRASIL, 1994).

A NR 17 – Ergonomia “visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo conforto, segurança e desempenho eficiente” (BRASIL, 1990).

Para a adaptação do homem ao trabalho, cabe ao empregador realizar uma análise ergonômica do trabalho que deve apresentar considerações acerca das condições de trabalho. Conforme apresentado na norma, as condições de trabalho englobam os “aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto e [...] organização do trabalho” (BRASIL, 1990).

Os princípios da Ergonomia podem ser aplicados em quaisquer organizações desde o setor primário ao setor terciário, este responsável pela prestação de serviços, como setor de informação, de comunicação, de educação e biblioteca. Além disso, a partir das dimensões da Ergonomia física, cognitiva e organizacional, o ambiente das bibliotecas pode ser analisado e adaptado às condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores (SOUZA; SILVA, 2009).

Nesta NR são apresentadas algumas considerações acerca do levantamento, transporte e descarga individual de materiais que podem ser consideradas em atividades realizadas em bibliotecas como o peso carregado pelo trabalhador não deverá ser suscetível a danos à saúde e segurança bem como àquele que transporta materiais através de impulso (BRASIL, 1990), como o carro de transporte de livros utilizados em bibliotecas que deverá ser manipulado de acordo com a capacidade de força física do bibliotecário.

A automação dos serviços em bibliotecas provocou o aumento de tempo do trabalho realizado na posição sentada por isso deve-se haver um planejamento e adaptação do bibliotecário ao posto de trabalho observando aos requisitos mínimos: os assentos devem ser ajustados à estatura do indivíduo e a função exercida; devem possuir a borda frontal arredondada e encosto adaptado ao corpo para a proteção da região lombar; ter a distância requerida dos olhos ao campo de trabalho; além disso, o espaço deverá possuir características dimensionais que possibilitem a movimentação do trabalhador (BRASIL, 1990).

A Ginástica Laboral (GL) em bibliotecas pode ser uma medida adota para promover o bem-estar do bibliotecário. Refere-se a uma importante ferramenta contra acidentes de

trabalho, por meio de uma série de exercícios e atividades físicas que visa melhorar a saúde e evitar lesões por esforços repetitivos e outras doenças ocupacionais. Os benefícios da Ginástica Laboral já foram apontados por pesquisas na área da Biblioteconomia, onde os bibliotecários das bibliotecas investigadas possuem mais disposição para o trabalho, índice de stress reduzido bem como conscientização sobre as medidas de prevenção contra LERs/DORT e outras exposições ocupacionais (SANTOS, 2014).

Em relação os equipamentos do posto de trabalho são preconizados que nas atividades que envolvam a leitura de documentos para digitação seja fornecida suporte que proporcione a leitura do documento em boa postura, evitando movimentação frequente do pescoço e fadiga visual. Para as recomendações sobre iluminação deverá ser atendido os requisitos do posto de trabalho dispor de iluminação adequada, natural ou artificial (BRASIL, 1990). Sobre os níveis mínimos de iluminamento a serem observados no local deverão ser observados os valores de iluminâncias estabelecidas na NBR 5413 – Iluminação de ambientes de trabalho, norma brasileira registrada no INMETRO, substituída pela ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013. Os parâmetros de iluminamento estabelecidos na NBR de acordo com o tipo de ambiente, tarefa ou atividade realizada em bibliotecas deve seguir os padrões a seguir:

QUADRO 1 – Especificação da iluminância, limite de ofuscamento e qualidade da cor em bibliotecas

<b>Tipo de ambiente</b>	$\overline{E_m}$ <b>Lux</b>	<b>UGR<sub>L</sub></b>	<b>R<sub>a</sub></b>
Estantes	200	19	80
Área de leitura	500	19	80
Bibliotecárias	500	19	80

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2013).

Conforme exposto por Henn et al. (2008) e já comentado anteriormente, o risco de incêndio é iminente em bibliotecas por isso é fundamental a prevenção e o combate contra incêndios. A NR 23 – Proteção contra incêndio estabelece as medidas de proteção contra incêndios que devem estar presentes no ambiente de trabalho. Cabe ao empregador fornecer informações acerca da utilização dos equipamentos de combate ao incêndio; procedimentos para a evacuação do local com segurança; dispositivos de alarmes, saídas de emergências sinalizadas e de fácil abertura do interior do estabelecimento (BRASIL, 2011).

Recomenda-se a disposição de extintores em locais bem sinalizados e de fácil localização. Embora seja difícil estabelecer apenas um tipo de extintor para o ambiente de bibliotecas, Trinkey (2001) preconiza o uso dos tipos pó químico de uso múltiplo acondicionado sob pressão, utilizados em fogos de classe A, B, C. Além disso, a implantação de sistemas automáticos de aspersão (Sprinklers) e equipamentos de detecção de incêndio também são medidas que devem ser adotadas para assegurar a vida humana e das coleções.

Também apresentamos neste estudo as recomendações da NR 26 – Sinalização de Segurança que tem o objetivo de fixar as cores para segurança no estabelecimento a fim de indicar ou advertir acerca dos riscos existentes. Conforme esta norma, as cores são utilizadas para identificar equipamentos de segurança, delimitar áreas e identificar tubulações que funcionam como condutoras de líquidos e gases. Além disso, o uso de cores não dispensa a implementação de outras formas de prevenção de acidentes de trabalho bem como seu uso deverá ser bem distribuído de modo a não ocasionar distração, confusão e fadiga no profissional (BRASIL, 2011).

Nesta seção foram apresentadas normas regulamentadoras como importante instrumento para garantir a segurança e saúde dos bibliotecários em seu local de trabalho. Embora já exista legislação voltada para normas, políticas e diretrizes para a saúde do trabalhador brasileiro, é preciso ser desenvolvida legislações voltadas para o conforto ambiental em bibliotecas bem como em arquivos, museus e quaisquer centros de documentação. Por isso, a seção a seguir apresenta os órgãos da classe responsáveis pela fiscalização do exercício profissional, defesa dos direitos dos bibliotecários e desenvolvimento de leis no âmbito da Biblioteconomia.

### 2.3.2 Órgãos da classe

É da competência do Estado a organização, manutenção e execução da inspeção do trabalho, previsto no inciso XVI do artigo 22 da Constituição Federal de 1988 sendo “organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões” responsabilidade privativamente à União (BRASIL, 1988). Embora seja o Estado o responsável pelo controle do exercício das profissões, elas não são originadas pelas medidas adotadas pela União, mas sim por demandas populacionais em determinados contextos e momentos históricos. Côrtes (2015, p. 16) sustenta essa afirmativa ao dizer que “se a atividade profissional nasce do desejo de uma sociedade, ela assume um caráter público,

tornando-se objeto de fiscalização do Estado”. A autora continua ratificando que por meio dos conselhos profissionais o Estado delega a função pública de:

[...] fiscalizar, defender e disciplinar o exercício da atividade profissional, bem como o dever de zelar pelo interesse público. Delega, também, a supervisão qualitativa, ética e técnica do exercício das profissões, de acordo com a Lei, com o único objetivo de assegurar qualidade aos serviços prestados à sociedade (CORTES, 2015, p. 16).

Neste contexto, no âmbito da Biblioteconomia, pode-se citar o marco para a profissão que se deu a partir do Decreto nº 56.725, de 1965 (Anexo D) que possibilitou a instalação dos órgãos da classe responsáveis pelas fiscalizações do exercício da profissão, sendo eles Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos regionais de Biblioteconomia. Os conselhos cumprem seu papel à medida que atuam no controle ético e técnico-profissional, ratificando o seu compromisso com a sociedade na relação dos profissionais no exercício das suas funções. Neste sentido, Cortes (2015, p. 18) nos ajuda a compreender que a missão dos conselhos está na “atuação eficaz [protegendo] a sociedade de maus profissionais, de modo a assegurar à população atendimento responsável e de qualidade, seja em um hospital, em uma biblioteca, em um escritório de contabilidade”.

Com as mudanças ocorridas na Sociedade da Informação, os conselhos, de modo geral, incorporam às suas atribuições, um movimento mercante de lutas na sociedade, que segundo Rezende (2007 apud CORTES, 2015, p. 19) redimensiona seu papel “para além do seu aspecto normativo e fiscalizador, voltando-se para o movimento da sociedade na defesa dos direitos fundamentais do cidadão”. Com isso, no Sistema CFB/CRB, composto pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, é percebido “esforços em diversas frentes, entre elas destaca-se o acompanhamento para aprovação de Leis que privilegiem a cultura, a educação e a visão de bibliotecas como equipamentos culturais” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018). Aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia compete:

[...] ações administrativas, normativas, supervisoras e disciplinares, tendo ainda por finalidades gerais: zelar pelo bom conceito da profissão, orientar e defender o livre exercício da profissão, julgar infrações à Lei e à Ética, servir como órgão consultivo do Governo, no que se refere aos interesses dos bibliotecários. Também é sua atribuição a organização e manutenção de cadastros de profissionais registrados, de escolas de biblioteconomia e de bibliotecas e centros

de documentação (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2010 apud SPUDEIT; FÜHR, 2011, p. 243).

Para além da fiscalização do exercício profissional, outro organismo fundamental para a classe biblioteconômica é o Sindicato. Conforme De Plácido e Silva (1982 apud SPUDEIT; FÜHR, 2011, p. 236) um sindicato tem o objetivo “a defesa dos interesses comuns de uma classe, ou de um grupo de pessoas, ligadas entre si pelos mesmos interesses. Instituído-se para defesa de interesses de trabalhadores ou de pessoas de classes, qualifica-se como sindicato profissional”. Ainda para os autores, tendo em vista a importância dos sindicatos e atual sociedade capitalista, pode-se inferir que as representações em defesa dos direitos trabalhistas e busca por condições mais justas e humanas de trabalho cabe aos sindicatos.

Ainda para Spudeit e Führ (2011) o primeiro registro de um sindicato de bibliotecários no Brasil data de meados de 1970, localizado na Bahia, a partir do então Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Antônio Gabriel. Já em 1985, quando o movimento sindical começa a tomar força no país, é criado em São Paulo o Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo (SinBiesp), tornando-se um importante organismo em defesa dos direitos dos bibliotecários atuantes naquele estado. Três anos mais tarde, os bibliotecários do Paraná em busca da democratização do saber e o desenvolvimento humano constituiu o Sindicato de Bibliotecários (SINDIB/PR) no ano de 1988.

No município do Rio de Janeiro, onde esta pesquisa foi realizada, os bibliotecários contam com a representação legal do Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro que tem o objetivo de:

Defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria; representar judicial ou extrajudicialmente os interesses coletivos e/ou individuais da categoria, inclusive funcionando como substituto processual da categoria; promover e participar obrigatoriamente das negociações coletivas de trabalho com vistas à celebração de convenções e acordos coletivos com os sindicatos patronais e/ou entidades públicas ou privadas; propiciar a organização da categoria promovendo a eleição de representantes e delegados sindicais; promover a solidariedade entre seus representados e destes com as demais categorias profissionais; promover o desenvolvimento cultural e profissional dos representados; prestar assistência a seus associados, na forma que a Assembleia Geral decidir; colaborar, como órgão técnico e consultivo, com o poder público e o setor privado, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a categoria (SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Com base nas atribuições dos órgãos da classe biblioteconômica, pode-se inferir que questões referentes às condições insalubres no ambiente de trabalho devem ser encaminhadas ao sindicato do estado em que o bibliotecário contribui, uma vez que conforme apontam Ribeiro, Miranda e Reis (2015) cabe aos sindicatos a fiscalização nas “relações de trabalho, tais como salário, horas extras, insalubridade, acordos e dissídios coletivos, etc”. Desta forma, segundo o estabelecido no Código de Ética Profissional do Bibliotecário, o profissional tem o direito de dirigir-se aos referidos órgãos competentes caso julgue indignas as vulnerabilidades vivenciadas no exercício da profissão (ver em 3, § 9º).

### 2.3.3 Adicional de insalubridade e o Projeto de Lei nº 1.511/2015

Etimologicamente a palavra “insalubre” deriva do latim e significa “tudo aquilo que origina doença”, ou seja, característica ou condição do que é insalubre, conforme assinalado por Silva (2014). De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa, insalubre significa “que não é bom para a saúde, que causa doença, capaz de prejudicar de alguma forma a saúde do trabalhador” (HOUAISS, 2001). A questão da insalubridade no trabalho está relacionada ao surgimento das doenças ocupacionais e vem sendo estudada desde o século IV a.C, quando Hipócrates identifica e descreve a contaminação por chumbo em trabalhadores em atividades mineiras.

Ainda para Silva (2014), os debates que transitam no contexto sobre insalubridade bem como periculosidade são complexos, até mesmo para os estudiosos da área da saúde e segurança do Trabalho. No Brasil, a questão da insalubridade, tema central desta seção, surge através do Decreto nº 21.417 de 17 de maio de 1932 que proíbe o trabalho de mulheres em atividades insalubres. O que foi convalidado em 1943, com a promulgação da CLT através do Decreto-Lei nº 5.452 de 1 de maio de 1943 que além do trabalho feminino em atividades insalubres, proibia o trabalho infantil sob tais condições insalutíferas. O autor destaca que a CLT, criada no governo de Getúlio Vargas com base na Carta Magna de 1937, objetivou dar ao Brasil uma legislação que resguardassem os direitos trabalhistas dos trabalhadores brasileiros.

A Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978 que comemora no ano de 2018, 40 anos de contribuição no âmbito da saúde e segurança do trabalhador, trouxe em suas disposições diversas Normas Regulamentadoras (BRASIL, 1978), uma delas fazendo referência às atividades insalubres, a saber NR 15 – Atividades e Operações Insalubres que:

[...] estabelece os agentes que são considerados insalubres para efeito de recebimento de adicional de insalubridade, inclusive seus limites de tolerância, definindo, assim, as situações que, quando vivenciadas nos ambientes de trabalho pelos trabalhadores, ensejam a caracterização do exercício insalubre, e também os meios de proteção aos trabalhadores de tais exposições nocivas a sua saúde (SILVA, 2014, p. 20).

Diante da afirmativa acima, a fim de reparar financeiramente os efeitos nocivos que os riscos ocupacionais têm sob a saúde do profissional exposto à situação insalutífera, instituições contratantes ficam obrigadas ao pagamento do adicional de insalubridade quando não for possível a eliminação ou neutralização dos agentes insalubres presentes durante a jornada de trabalho e comprovada a existência da insalubridade. Esse instrumento legal está previsto no art. 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal 1988 que dispõe sobre “adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei”.

Desta forma, a insalubridade é definida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) através do Capítulo V – Da Segurança e da Medicina, Seção XIII – Das Atividades Insalubres ou Perigosas, art. 189 referindo-se às atividades ou operações insalubres que:

[...] que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos (BRASIL, 1943).

Conforme estabelecido na CLT, para que o trabalhador tenha direito ao adicional de insalubridade é necessário o estabelecimento entre a natureza e a intensidade do agente e o tempo de exposição acima dos limites de tolerância permitidos em lei. O Limite de Tolerância refere-se à “concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante sua vida laboral” (BRASIL, 1978d). Além disso, com base no art. 190 da CLT, fica estabelecido que:

O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes (BRASIL, 1943).

Nesse sentido, o adicional de insalubridade é direito concedido ao trabalhador que está exposto a agentes e riscos nocivos à sua saúde acima dos limites de tolerância definidos para os agentes. A NR 15 apresenta quatorze anexos que dispõem sobre o limite de tolerância do

respectivo agente insalubre bem como sua metodologia de avaliação (quantitativa ou qualitativa), conforme apontado por Saliba (2010, p. 384). Além da lista oficial dos agentes insalubres elaborada pelo MTE, para que o trabalhador tenha direito ao adicional de insalubridade é necessário que ocorra a prova pericial conforme mencionado no art. 195 da CLT que define “a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho” (BRASIL, 1943).

Assim, Silva (2014) nos ajuda a compreender que para “ser considerado um agente insalubre, o mesmo deve constar em algum dos anexos da NR – 15. Caso não conste, para efeito do pagamento do adicional de insalubridade, este agente não pode ser considerado insalubre”. O que corrobora ao pronunciamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) através da Súmula n. 448 SDI-1/TST que ratifica que “não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial” (BRASIL, 2014) que é disposta na NR.

Sobre o referido acima, é inegável que embora não seja reconhecido o direito do adicional de insalubridade do bibliotecário, a empresa contratante não deve eximir-se de suas obrigações para tomar medidas preventivas e proporcionar um ambiente de qualidade para o profissional. Ao passo que, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio da Súmula nº 289, é ratificado que:

O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado (BRASIL, 2007).

Desse modo, nos termos da Norma ficam estabelecidos os valores para o adicional de insalubridade: 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio; 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo, com base no salário mínimo da região, conforme quadro a seguir:

QUADRO 2 – Percepção de grau de insalubridade

Anexo	Atividade ou operações que exponham o trabalhador	Percentual
1	Níveis de ruídos contínuo ou intermitente	20%
2	Níveis de ruído de impacto	20%
3	Exposição ao calor com valor Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG)	20%
4	Revogado pela Portaria MTE nº 3.751 de 23 de novembro de 1990 <sup>2</sup>	-
5	Níveis de radiação ionizantes com radioatividade	40%
6	Ar comprimido	40%
7	Radiações não-ionizantes	20%
8	Vibrações	20%
9	Frio	20%
10	Umidade	20%
11	Agentes Químicos Cujas concentrações sejam superiores aos Limites de Tolerância fixados no Quadro 1 do Anexo 11 da NR 15	10%, 20% ou 40%
12	Limites de Tolerância para Poeiras Minerais	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo Agentes Químicos, considerados insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho	10%, 20% ou 40%
14	Agentes biológicos	20% ou 40%

Fonte: (BRASIL, 1978d; SILVA, 2014).

Ao olhar para biblioteca, a questão da insalubridade é tema recorrente nas reivindicações dos profissionais da área de Biblioteconomia e já foi objeto de estudo do CFB. No início da década de 1990, a Nona Gestão do CFB realizou um levantamento sobre a insalubridade e a profissão de bibliotecário. Foi proposta uma norma de conforto ambiental para arquivos, bibliotecas e museus, gerando o Projeto de Lei nº 3.201/93, entretanto tão iniciativa não encontrou o devido respaldo junto ao Ministério do Trabalho (CÔRTE, 2015).

<sup>2</sup> De acordo com Silva (2014, p. 77) “o anexo 4, que considerava a iluminação como agente insalubre, foi revogado pela Portaria n. 3.751 de 23 de novembro de 1990, que passou a considerar a questão da iluminação em um ambiente de trabalho como um agente de conforto, sendo incluído na NR 17 – Ergonomia”.

Novamente, frente às vulnerabilidades vivenciadas no ambiente de trabalho do bibliotecário, está tramitando na Câmara Legislativa o Projeto de Lei nº 1.511 de 2015, elaborado pelo Vereador Uldurico Junior. A proposta do PL visa acrescentar ao art. 200 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 o inciso IX — “trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória, exposto a agentes patogênicos” com o fito de atribuir medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória (CÂMARA, 2015).

Conforme mencionado por Santos (2017, p.67), o PL “obteve parecer favorável do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) em 21 de novembro de 2017”. Neste sentido, com a aprovação do Projeto espera-se que sejam estabelecidos Limites de Tolerância para exposição aos riscos presentes nesses ambientes, o incentivo do uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e atribuição do adicional de insalubridade para os profissionais das áreas de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória.

Contudo, é importante mencionar algumas questões controversas a respeito do adicional. Para Santos (2007) em sua revisão na literatura, verificou-se que há autores que discordam do pagamento de insalubridade, uma vez que a monetarização do risco afasta a devida atenção do objeto mais importante das reivindicações, a saúde do trabalhador. A autora apresenta os posicionamentos do jurista Sebastião Geraldo de Oliveira quem argumenta que “o valor pago é tão irrisório que o empresário não tem o incentivo para melhorar o ambiente de trabalho, uma vez que o custo é de apenas 10%, 20% ou 40% do salário mínimo por mês”. (OLIVEIRA, 2002, p. 362 apud SANTOS, 2007, não paginado).

Ainda para Oliveira (2002 apud SANTOS, 2007) o valor do adicional de insalubridade deveria incidir sob o salário contratual do empregado, como acontece com o adicional de periculosidade. É importante destacar que o direito ao adicional será assegurado ao empregado desde que seja comprovado por laudo pericial, além disso, os adicionais só podem ser somados em casos de exposições a situações de risco de natureza diferente.

Embora não seja tema central desta seção, é importante perceber as diferenças entre esses dois adicionais. Silva (2014) nos esclarece sobre as diferenciações: o adicional de insalubridade refere-se a situações que exponha o trabalhador a agentes insalubres como ruído, calor, vibrações, frio, umidade e outros agentes contidos na NR 15, enquanto o adicional de periculosidade é concedido ao empregado que é exposto a inflamáveis, explosivos, eletricidade, entre outras situações dispostas na NR – 16 Atividades e operações perigosas e seus anexos. Oliveira (2002 apud SANTOS, 2007) ainda contribui no

entendimento de que os agentes perigosos provocam acidentes de trabalho, enquanto os agentes insalubres ocasionam doenças profissionais ou do trabalho.

No âmbito do serviço público federal, o adicional de insalubridade é reconhecido no Regime Jurídico Único através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1990) em consonância a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos (BRASIL, 1991b). A normativa se dá por meio do Art. 68 da Lei nº 8.112/1990 que determina que “os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo” (BRASIL, 1990).

A Lei supracitada ainda menciona que o servidor que tiver o direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade deve optar por um deles além de passar por exames médicos a cada 6 meses. Os percentuais para pagamento do adicional de insalubridade, incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo, terão como base os valores fixados de acordo com a legislação específica Lei 8.270/1991, a saber: 5%, 10% e 20%, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente (BRASIL, 1991b).

Cabe ressaltar que o Decreto nº 97.458, de 11 de janeiro de 1989 por meio do art. 1 estabelece que “a caracterização e a classificação da insalubridade ou periculosidade para os servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional será feita nas condições disciplinadas na legislação trabalhista”. Portanto, os servidores públicos seguirão aos dispostos do art. 189 a 197 da CLT. Além disso, os parágrafos 1º e 2º do art. 195 da CLT estabelecem que:

§ 1º – É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas.

§ 2º – Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por Sindicato em favor de grupo de associado, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1943).

Tendo em vista os aspectos observados, o adicional de remuneração de insalubridade deve ser visto como um recurso para reparar os efeitos danosos à saúde do bibliotecário e auxiliá-lo, financeiramente, nos gastos oriundos de tratamentos, medicamentos e outros mecanismos de defesa do organismo. Por isso, em concomitância ao pagamento de adicional

de insalubridade para a classe bibliotecária, é preciso pensar em medidas que visem melhoras nas condições ambientais e ergonômicos do ambiente de trabalho desses profissionais.

No contexto das condições e situações insalubres vivenciadas no ambiente de trabalho pelo bibliotecário, as próximas seções serão responsáveis por apresentar a relação do profissional com seu ambiente de trabalho, a conceituação da biblioteca universitária, isto porque foi escolhida como universo de pesquisa bem como destacar as principais fontes geradoras de riscos e as doenças desencadeadas pela exposição aos agentes agressores à saúde do bibliotecário.

### 3 O BIBLIOTECÁRIO E SEU AMBIENTE DE TRABALHO

A prática biblioteconômica remota à época das grandes bibliotecas do Mundo Antigo, responsável pela guarda, preservação e disponibilização da História da Sociedade. Compreender a história da biblioteca é fazer uma retomada na história da humanidade, pois “em sua gênese, a instituição biblioteca foi construída na Antiguidade para atender os interesses da realeza, quer do ponto de vista administrativo, religioso, científico, econômico, político e cultural” (FERREIRA, 2012, p. 76).

No Brasil, a formação do profissional e oficialização do primeiro curso de Biblioteconomia se deu a partir da iniciativa de Manuel Cícero Peregrino da Silva, então diretor da Biblioteca Nacional, em 1911. Foi apenas em 1915 que o curso passa a funcionar nos porões da Biblioteca Nacional, voltado especialmente para os funcionários da Biblioteca Nacional (CÔRTE, 2015).

A regulamentação da profissão se deu através da Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962 que regula seu exercício e dispõe sobre a profissão do bibliotecário, sendo incluída ao quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). A Lei é estruturada por 37 artigos, divididos em cinco seções que sancionam o exercício e atribuições profissionais, a fiscalização do exercício da Profissão do Bibliotecário sob Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e Conselhos regionais de Biblioteconomia (CRB), anuidade e taxas, disposições gerais e disposições transitórias. Assim estabelece diretrizes para o exercício da profissão dispondo a obrigatoriedade de formação em Bacharel em Biblioteconomia para a realização de atividades pertinentes a área (BRASIL, 1962).

São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: a) o ensino da Biblioteconomia; b) a fiscalização de estabelecimento de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados, ou em vias de equiparação; c) administração e direção de bibliotecas; d) a organização e direção dos serviços de informação; e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência (BRASIL, 1962).

Outro documento relevante na área é o Código de Ética do Profissional Bibliotecário, uma vez que "a ética faz parte da competência profissional, do domínio dos conhecimentos

necessários para desempenhar seu papel na sociedade, articulado com o domínio das técnicas, das estratégias para realização do seu trabalho" como abordam Cuartas et al. (2003, p. 1). Aranalde (2005, p. 354) comenta que:

A postura ética requerida de um profissional da informação, como no caso de um bibliotecário, inclui a busca pelas melhores alternativas para organização, recuperação e disseminação das informações, tendo em vista as necessidades dos usuários com os quais interage e das instituições em que está inserido.

No Brasil, a questão da ética no contexto da Biblioteconomia começou a partir do primeiro trabalho elaborado por Laura Russo, apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), realizado em 1961. O texto foi aprovado pela Plenária do Congresso e enviado à Federação Brasileira Associações Bibliotecários (FEBAB) e para outras associações e instituições de ensino de Biblioteconomia no país, para que o documento fosse analisado a fim de receber críticas ou sugestões de melhoria. No ano de 1963 foi aprovado, com algumas alterações do texto original de Laura Russo, o primeiro Código Profissional dos Bibliotecários Brasileiros, durante o IV CBBB (CASTRO, 2000 apud CUARTAS et al., 2003, p. 3).

Vale ressaltar algumas disposições do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, como o art. 11º alínea “b” que assegura à classe biblioteconômica o direito de “apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalha, quando as julgar indignas do exercício profissional, devendo, neste caso, dirigir-se aos órgãos competentes, em particular, ao Conselho Regional”. Além do mencionado, cabe ao bibliotecário em relação aos colegas da classe, conforme disposto no art. 5º, alínea “c”:

[...] evitar a aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram referido procedimento (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002).

Souza e Silva (2007, p. 132) ainda destacam que:

A profissão de bibliotecário exige o emprego e muito esforço de todos os sentidos humanos da pessoa que a exerce. Assim, o profissional bibliotecário precisa estar em sintonia com o seu corpo e com sua mente para responder aos seus compromissos profissionais, dando destaque, no mínimo, para o que prescreve o Código de Ética de sua

profissão (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002).

A elaboração e publicação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), também foi um importante normativo para a área. A CBO apresenta as ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro, sendo uma ferramenta fundamental para estatísticas relacionadas ao emprego-desemprego, estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, entre outras (BRASIL, 2018). Conforme citado por Santos, Neves e Job (2004, p. 42-43), a CBO “é o resultado de uma extensa análise das atividades desenvolvidas em cada ocupação, realizada por trabalhadores que as exercem e que são reconhecidos pelos seus pares como alguém com alto desempenho”.

Este documento apresenta a família biblioteconômica na CBO, encontrando-a através do código nº 2612-05, inserida em uma classe maior denominada “Profissionais da Informação”, código nº 261. Essa por sua vez está inserida no Grupo 2 – Profissionais das Ciências e das Artes. Neste código estão inclusos os Bibliotecários, Documentalistas e Analistas de informações (pesquisador de informações de rede) (SANTOS; NEVES; JOB, 2004; SOUZA; SILVA, 2007).

A CBO/2002 é uma fonte de informação e diretrizes no sentido de contribuir para o conhecimento de atribuições pelo profissional bibliotecário bem como os empregadores. Através desse documento são apresentadas as habilidades dos bibliotecários e os possíveis mercados de atuação. No site do Ministério do Trabalho e Emprego são identificadas as principais habilidades desse profissional:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria (BRASIL, 2002).

Ao abordar o espaço de trabalho do bibliotecário é inegável o elo com a instituição biblioteca. Essa foi considerada pelo indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan como um organismo em crescimento e sempre experimentou as transformações dos milênios: da utilização da pictografia e do papiro, a construções de grandes bibliotecas como a Biblioteca

de Alexandria datada de 323 a.C, a invenção do papel e da imprensa por Gutenberg, a revolução industrial e a automação, a invenção do computador, o surgimento da informática, microcomputadores e da internet, entre outros inventos. O advento da informática provocou uma aceleração no surgimento de novos recursos na sociedade e modificou os comportamentos sociais e profissionais, o que tem afetado a segurança, o controle, e as perspectivas dos indivíduos em geral (VALENTIM, 2000).

As atividades desenvolvidas pelo bibliotecário também sofreram significativas mudanças ao longo dos anos, sobretudo pela inserção de novas tecnologias em seu ambiente de trabalho. De acordo com Morigi e Pavan (2004, p. 117) “o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é sentido sobre toda a vida social, seja no trabalho, no lazer e nas relações entre os indivíduos”. Conforme Ferreira (2003, p. 45 apud DIAS, 2008, p. 20)

[...] as profissões da informação têm-se caracterizado pela variedade e pela multiplicidade de suas funções, parece plausível que um mesmo profissional realize, ao mesmo tempo, atividades consideradas tradicionais e atividades emergentes.

Valentim (2000) revela que o desenvolvimento tecnológico influenciou e provocou mudanças nos modelos tradicionais de trabalho, principalmente para os profissionais que lidam com a informação. Neste sentido, Borges (2018, p. 57) destaca que a nova sociedade da informação e do conhecimento introduziu novos processos e instrumentos tecnológicos, induzindo o “uso de intensivo e em larga escala do computador para processamento de dados, redes de informação e comunicação, automação de processos produtivos”.

Percebe-se o surgimento de um novo profissional que deve dispor de habilidades e competências para a realização das suas tarefas: gestor, catalogador, classificador, indexador, disseminador, pesquisador, entre outras. O *know-how* do bibliotecário aprimorou-se, sobretudo pela contribuição que as novas tecnologias trouxeram para suas práticas de trabalho.

Entretanto, como aponta Santos (2014, p. 32) “as novas formas de trabalho originadas pela evolução tecnológica levaram bibliotecários e trabalhadores de bibliotecas a ficarem mais tempo frente a tela de computadores”. A autora ainda destaca que a automação dos serviços ocasionou o surgimento de outras tarefas e o aumento da carga de trabalho, sobretudo aquelas exercidas na posição sentada. Silva e Araujo (2003) ainda apontam que “a revolução industrial, também, ajudou a mudança da biblioteca/museu, que deixou de ser a única alternativa, passando a existir a biblioteca/serviço, oferecida ao público”.

Ainda para Valentim (2000) tradicionalmente o mercado de trabalho mais reconhecido pela sociedade e até mesmo pelo bibliotecário é o espaço da biblioteca. Neste contexto, Targino (1984, p. 35 apud SANTOS, 2014) apresenta a tipologia desses espaços: públicas, infanto-juvenis, especializadas, especiais, universitárias, escolares, ambulantes, comunitárias e particulares. Apesar disto, é importante destacar os novos campos de atuação para esse profissional:

As empresas privadas, independentemente de possuir uma biblioteca ou um centro de informação/documentação, podem utilizar a mão de obra de profissionais bibliotecários, como o setor de informática/microinformática da empresa, uma vez que este setor gera farta documentação de sistemas e necessita gerenciar, processar e recuperar as informações. Outro setor em empresas privadas que necessita de um profissional bibliotecário é a área de planejamento estratégico, aqui o profissional da informação terá a função básica de buscar informação relevante para a organização, disseminando-a para setores chave da empresa, utilizando-se das tecnologias de informação para distribuí-la (VALENTIM, 2000, p. 23).

Percebe-se um leque com diversos campos de atuação para os profissionais da informação como em editoras e livrarias onde pode ser realizado o processo de normalização das publicações, desenvolvimento de coleções para os clientes bem como a organização e recuperação; em provedores da internet e bancos de dados, pois são âmbitos que necessitam de organização e disponibilização das informações contidas em seus sites. Desta forma, esse profissional, neste caso o bibliotecário, deve entender a informação como objeto central de trabalho, conhecer e trabalhar as tecnologias da informação, fazer uso das técnicas administrativas, criar produtos e serviços informacionais orientados pelas necessidades de seus usuários, reorganizar a estrutura organizacional da unidade de informação quando for o caso, utilizar outras ferramentas que ajudem nos processos da unidade, entre outras capacidades (VALENTIM, 2000).

As alterações que as novas tecnologias trouxeram para o ambiente de trabalho e para os campos de atuação dos bibliotecários também tiveram influência sob a necessidade de surgimento de um novo perfil de profissional tanto na área de atuação como no mundo do mercado de trabalho. Conforme destacam Arruda et al. (2000, p. 17) é requerido “ao profissional além de maior qualificação profissional, maior envolvimento emocional e social do trabalhador”. Os autores destacam a importância de um novo perfil de profissional que seja comunicativo, possua a capacidade de interpretar dados, trabalhe em inter, multi ou

transdisciplinaridade com outras áreas para atingir os objetivos da organização e no contexto informacional, a geração, absorção e troca de conhecimento.

Além das alterações no perfil do profissional e campos de atuação, que exigem maior qualificação profissional, as transformações nos espaços de trabalho são evidentes e demanda do bibliotecário, aptidão para atuar em situações de trabalho diferenciadas. Torna-se evidente “o conteúdo e a forma como o trabalho é realizado, como o trabalhador se relaciona e se socializa no ambiente de trabalho”, de acordo com Arruda et al. (2000, p. 18). Assim, Souza (2008 apud ARAUJO, 2014) preconiza que a biblioteca deve ser configurada em um espaço propício ao trabalho do bibliotecário que deve atentar-se para as condições ambientais, localização geográfica da unidade, acervo, mobiliário e layout dos setores (administrativos, processamento técnico, referência, entre outros).

Conforme exposto, a literatura apresenta diferentes espaços para a atuação do bibliotecário. Para este estudo, o campo empírico de análise selecionado foi a biblioteca universitária, principalmente pelo papel primordial na produção de conhecimento por meio de suas contribuições no ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, torna-se necessário uma breve explicação desse tipo de instituição.

### 3.1 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A palavra biblioteca analisada a partir da sua estrutura etimológica origina-se da palavra grega *bibliothēke* que deriva dos radicais gregos *biblion* que significa “papel ou rolo com escrita” e *theke* que tem o significado de “depósito”. Inicialmente, funcionavam como “depósito de livros”, armazenando o conhecimento produzido de maneira restrita ao público (CUNHA, 1997 apud SANTOS, 2012).

A Idade Média foi marcada pelo surgimento de três tipos de bibliotecas: as monacais, as particulares, juntamente com as Bizantinas e ao final do século, as bibliotecas universitárias. Até então a biblioteca era vista apenas como uma guardiã dos livros. Contudo, devido ao crescimento do comércio livreiro e importantes mudanças intelectuais e sociais ocorridas na Europa do século XIII, as primeiras bibliotecas universitárias surgem em paralelo às primeiras universidades na Europa, sobretudo em Bolonha e Paris. Das principais bibliotecas universitárias destacam-se a Biblioteca Jurídica de Orléans na França, a Biblioteca Médica de Paris, a Biblioteca de Oxford, fundada em 1334, na Inglaterra e a de Cambridge, fundada em 1444, na Inglaterra (REBELO, 2011; SANTOS, 2012).

A partir do Renascimento, há um crescimento das bibliotecas universitárias motivado pelo cenário característico do período: o livro como manifestação de status social. Com a criação das bibliotecas universitárias, essas instituições assumem a função social de disseminadoras de informação bem como o bibliotecário passa a ser agente central nas bibliotecas, principalmente pelo seu caráter de disseminador da informação. Neste sentido, desde a Antiguidade até a atualidade foi assistido o processo evolutivo das bibliotecas. Decorrente dessa trajetória os processos e atividades funcionais desenvolvidas em bibliotecas foram transformados bem como o conceito e objetivos dessa instituição foram adaptados de acordo com o contexto vivenciados por elas e a partir do interesse e das necessidades informacionais de diversos usuários (SILVA; ARAUJO, 2003; SANTOS, 2012; SILVEIRA, 2014).

Como aponta Pinheiro (2007, p. 20 apud ARAUJO, 2014) o conceito de biblioteca sofreu alteração, sobretudo no século XV pelo advento da imprensa que parte da ideia de armazenamento dos registros de conhecimento com o acesso restrito para um espaço aberto que proporciona a diferentes públicos o acesso à informação, à cultura, à pesquisa e à produção do conhecimento. Neste contexto, a Unesco (2009 apud SANTOS, 2014, p. 30) vai definir biblioteca como:

[...] uma coleção organizada de documentos de vários tipos, aliada a um conjunto de serviços destinados a facilitar a utilização desses documentos, com finalidade de oferecer informações, propiciar a pesquisa, concorrer para a educação e lazer.

O século XXI vem sendo marcado pelas transformações que a revolução digital tem proporcionado. Diferentes instituições reúnem esforços para manter-se relevante no mercado e a biblioteca, em especial a universitária, percebe a “necessidade de adaptações a assegurar que as bibliotecas continuem a fazer parte integrante do compromisso da nossa sociedade com a educação e ao acesso igualitário à informação” (CUNHA, 2010, p. 1).

Muitas foram então as inovações técnicas experimentadas pelas bibliotecas universitárias em sua trajetória até a contemporaneidade. Entre estas se têm a introdução de novos métodos de análise, representação, organização, armazenamento e recuperação de informações que se sucederam à medida que os suportes de fixação do conhecimento humano foram evoluindo. Todavia, nada se compara à introdução da informática combinada às telecomunicações, a qual imprimiu nova dinâmica no ambiente de trabalho dessas organizações (FERREIRA, 2012, p. 78).

Portanto, é evidente que ao longo dos anos as bibliotecas sofreram alterações, mas nunca deixaram de lado a responsabilidade de armazenamento, organização e disponibilização da informação, visando atender as demandas informacionais do seu público que se constitui de alunos, docentes, pesquisadores e servidores vinculados à instituição a qual pertence. Além disso, a biblioteca vista como uma organização social é uma instituição de suporte à organização à qual está inserida, neste sentido absorve, reflete e reprocessa as características organizacionais de sua mantenedora, a universidade, a fim de atingir objetivos específicos (SANTA HELENA, 2009; TARAPANOFF, 1982).

Neste sentido, a biblioteca universitária é parte integrante da universidade com função social, uma vez que “universidade e biblioteca são agências sociais organizadas para atender as necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade de forma geral” (AQUINO, 1996, p. 185-197 apud SOUTO, 2016, p. 2). Ainda para a autora, a biblioteca universitária tem a finalidade de oferecer suporte ao ensino, pesquisa e extensão de modo a subsidiar o desenvolvimento da educação, cultura e da ciência. Assim é caracterizada como uma “organização prestadora de serviço de informação apoiando as atividades de ensino, aos docentes, aos discentes e aos pesquisadores da universidade, pois em seu âmbito inicia o processo de geração de conhecimento” (RIBEIRO, 2007 apud SOUTO, 2016, p. 2)

As bibliotecas universitárias possuem diversas funções, constituindo-se em organizações complexas e como uma série de procedimentos, produtos e serviços. Apesar de toda complexidade, o seu propósito é proporcionar acesso ao conhecimento. Em especial nas instituições de ensino, a biblioteca universitária é vista como fonte provedora das informações demandadas, seja pelo estudante, professor ou pesquisador, para a produção de conhecimento. São instituições com papel fundamental nas atividades de pesquisa para a produção do conhecimento das universidades. Assim, tais bibliotecas são responsáveis pelo suporte ao ensino, pesquisa e extensão (CUNHA, 2010; TARAPANOFF, 1982). De acordo com Damasio (2004, p. 1 apud SANTA HELENA, 2009, p. 5):

A biblioteca universitária detém um papel essencial nos processos de pesquisa e inovação do país. Detém o conhecimento universitário e têm a principal função de intermediárias entre o conhecimento científico e tecnológico e seus usuários, pessoas físicas ou jurídicas.

Em 1970, durante 16ª Assembleia Geral da Unesco as bibliotecas foram classificadas em seis categorias: nacionais, de instituições de ensino superior, especializadas, escolares, públicas e importantes não especializadas. As bibliotecas de instituições de ensino superior

podem ser categorizadas por: bibliotecas universitárias centrais; bibliotecas de institutos e departamentos universitários; bibliotecas de centro de ensino superior que não fazem parte da universidade (REBELO, 2011).

Portanto, a biblioteca universitária depende da universidade que a mantém, refletindo suas características e objetivos a fim constituírem-se em espaços de aprendizagem e produção do conhecimento. Assim considera-se uma extensão da universidade que oferece serviços com o intuito de promover, disseminar e transferir informações que garantam a atuação da comunidade (alunos, professores e pesquisadores) na promoção do ensino, pesquisa e extensão.

### 3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Diante das mudanças ocorridas no mundo científico e tecnológico, as organizações vêm sofrendo transformações em suas estruturas organizacionais, sobretudo em seus processos de trabalho, atividades e recursos humanos. A fim de obter uma base argumentativa para exigências por melhores condições de trabalho, é importante identificar as atividades desenvolvidas em bibliotecas, em especial para este estudo, as bibliotecas universitárias. Assim, esta seção é responsável por apresentar as principais atividades e tarefas rotineiras das bibliotecas universitárias, segundo a literatura.

Conforme mencionado por Ferreira (2012) foi, experimentada nas bibliotecas, principalmente as universitárias, a inserção de novas técnicas que introduziram aos processos de trabalhos novos métodos para o tratamento e distribuição da informação. As contribuições da informática e das telecomunicações possibilitaram a introdução de processos técnicos mais robustos e eficientes. Além disso, Lancaster (1993) destaca que profissionais que lidam com a informação como atividade finalística encontram-se desafiados frente as inovações tecnológicas, pois cada vez mais devem elaborar produtos e serviços que atendam as necessidades informacionais de seus usuários.

Como observado nas seções anteriores, a biblioteca possui como matéria prima a informação, e na biblioteca universitária essa informação serve para atender as necessidades informacionais e contribuir para produção acadêmica dos estudantes, professores, pesquisadores e toda as pessoas que compõem a comunidade universitária. Em vista do contexto de produção informacional exponencial que os cidadãos estão inseridos, a biblioteca universitária deve dispor de mecanismos para cumprir seu papel social referente ao ensino,

pesquisa e extensão, por isso ela deve engajar-se em atividades e tarefas para aperfeiçoar os produtos e serviços a fim de atender as necessidades informacionais do seu público alvo e potencial.

Há abordagens que identificam atividades básicas da biblioteca como adquirir e armazenar materiais bibliográficos; identificar e localizar os materiais; e apresentar estes materiais para os usuários. Na abordagem de Gilda Pires Ferreira (apud TARAPANOFF, 1982) as atividades desenvolvidas estão alinhadas aos objetivos de formação e desenvolvimento de coleções; promoção de acesso às coleções; assistência ao usuário; e cooperação entre bibliotecas. Desta forma, tradicionalmente, as bibliotecas universitárias desenvolvem atividades como: processos técnicos, serviços ao público, administração.

Em bibliotecas são desenvolvidos diversos processos e subprocessos pelos setores responsáveis. Os processos técnicos referem-se às atividades de seleção, tratamento e preservação da informação. O fundamento dos processos técnicos está na concepção de possibilitar a recuperação, acesso e uso da informação pelo usuário, por isso e em virtude das mudanças tecnológicas, os processos devem ser continuamente adaptados de modo a oferecer serviços qualitativos e dinâmicos (REIS; BLATTMANN, 2004; ARAUJO, 2015).

Categoricamente exposto pela CBO (2002 apud SANTOS; NEVES; JOB, 2004) as atividades e tarefas relacionadas aos processos técnicos dos recursos informacionais são: registro; classificação; catalogação; elaboração de linguagens documentárias, resenhas e resumos; prestar informações para o desenvolvimento de bases de dados; efetuar manutenção de bases de dados; gerenciar qualidade e conteúdo de fontes de informação; reformatar suportes; migrar dados; e desenvolver metodologias para gerenciamento de documentos digitais e eletrônicos; adquirir, inventariar, conservar, preservar e descartar acervo, entre outras.

Os serviços voltados para o atendimento ao público incluem a circulação, referência, serviço de orientação ao usuário e auxílio direto no uso da biblioteca por meio de treinamentos e cursos. Nas atividades desenvolvidas que envolvem diretamente o usuário estão: localizar e recuperar informações; prestar atendimento personalizado que inclui orientação ao usuário quanto às diversas linguagens para recuperação da informação bem como o funcionamento e recursos da Unidade de Informação; elaborar estratégias de buscas avançadas; intercambiar informações e documentos; controlar circulação de recursos informacionais; disseminar seletivamente a informação; elaborar clipping de informações; elaborar boletim bibliográfico, entre outros (TARAPANOFF, 1982; CBO, 2002 apud SANTOS, NEVES, JOB, 2004).

Além dos processos técnicos e serviços prestados aos usuários, as bibliotecas universitárias devem habitualmente “monitorar e aprimorar [...] suas políticas de gestão, uma vez que fatores como satisfação dos usuários, qualidade em serviços, gerenciamento eficiente da produção entre outros, são fundamentais para o sucesso e sobrevivência em longo prazo” (SILVA; SCHONS; RADOS, 2006, p. 16 apud JACQUES, 2015, p. 49)

Na atual Sociedade da Informação, o gerenciamento das unidades de informação é processo fundamental para permanência das bibliotecas frente às novas demandas do mercado. Para isso, os gestores de bibliotecas devem estar cientes da visão, missão e dos objetivos da instituição a qual atende além de participar nos processos e serviços gerenciais. Dos serviços gerenciais em bibliotecas, destacam-se: elaborar programas e projetos de ação; projetar custos de serviços e produtos; implementar atividades cooperativas entre instituições; administrar o compartilhamento de recursos informacionais; desenvolver planos de divulgação e Marketing; desenvolver políticas de informação; projetar unidades, redes e sistemas de informação; automatizar unidades de informação; desenvolver padrões de qualidade gerencial; controlar a execução dos planos de atividades; elaborar políticas de funcionamento das unidades, redes e sistemas de informação; controlar a segurança patrimonial da unidade, rede e sistema de informação, entre outros (BRASIL, 2002 apud SANTOS, NEVES, JOB, 2004, p. 51-52)

É importante salientar os recursos humanos nas bibliotecas universitárias. Normalmente, a equipe da biblioteca é formada pelo bibliotecário-chefe, bibliotecários e demais funcionários como auxiliares de biblioteca, técnicos em Biblioteconomia, técnicos-administrativos e estagiários. Para o funcionamento pleno da unidade é imprescindível que o quadro de pessoal e as atividades sejam bem definidos, delegando tarefas profissionais para bibliotecários e tarefas não-profissionais para técnicos e auxiliares de biblioteca (BARBOSA, 2005 apud SANTA HELENA, 2009).

### 3.3 RISCOS OCUPACIONAIS EM BIBLIOTECAS

Toda atividade profissional tem a probabilidade de oferecer riscos nocivos à saúde visto que em determinadas situações pode haver a ocorrência de algum desequilíbrio ou dano ao indivíduo. Conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (2010, p. 6) o termo saúde refere-se ao “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença”. Essa definição corrobora ao que foi proposto pela Agenda 2030 que

defende a promoção do trabalho decente, a proteção dos direitos trabalhistas e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores.

Vale destacar que o conceito de saúde vai além da presença ou não de alguma enfermidade, ele envolve a harmonia dos aspectos culturais, sociais e físicos. Por isso, os sentidos de saúde e doença, conforme Czeresnia, Maciel e Oviedo (2013) estão sujeitos a transformações ocorridas nos contextos sociais e econômicos que repercutem nos modos de perceber e agir em diferentes épocas. Ainda para os autores, “o tema da saúde é relacionado a características que se vinculam ao bem-estar, mas que não são definidas de modo científico, [ou seja], não há um conceito de saúde cientificamente fundamentado” (CZERESNIA; MACIEL; OVIEDO, 2013, p. 11).

Deste modo, Canguilhem (1995 apud CZERESNIA; MACIEL; OVIEDO, 2013) irão dizer que o estado da saúde e doença não deve ser pensado de modo cristalizado, mas processual e dinâmico. Desta forma, o autor ainda ressalta que a saúde perfeita ou bem-estar absoluto é uma utopia, pois as perturbações fazem parte da vida. Assim, a saúde pode ser compreendida como a recuperação do indivíduo a determinada doença.

Apesar dos riscos que os profissionais estão sujeitos em seu ambiente de trabalho, Mauro et al. (2004) preconiza que a vida humana deve ser alicerçada no equilíbrio dos componentes biológicos e psíquicos da personalidade bem como nos fatores sociais e do ambiente. A harmonia entre esses elementos proporciona ao indivíduo a sensação de bem-estar. Neste sentido, para a obtenção de um ambiente saudável de trabalho é necessário considerá-lo como um espaço para promoção da saúde e de atividades preventivas. Considera-se ambiente de trabalho saudável como:

[...] aquele em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho tendo em conta as seguintes considerações: [...] questões de segurança e saúde no ambiente físico de trabalho; questões de segurança, saúde e bem-estar no ambiente psicossocial de trabalho, incluindo a organização do trabalho e cultura da organização; recursos para a saúde pessoal no ambiente de trabalho; envolvimento da empresa na comunidade para melhorar a saúde dos trabalhadores, de suas famílias e outros membros da comunidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010, p. 6).

Para isso, torna-se necessária maior atenção no ambiente laboral dos trabalhadores, pois são espaços propícios à exposição de riscos ocupacionais. Deste modo, medidas preventivas devem ser tomadas no sentido de mitigar os riscos inerentes das atividades

exercidas. O estudo do ambiente de trabalho é fundamental para o reconhecimento das principais características que contribuem para acidentes de trabalho. Neste sentido, Porto (2008, p. 5) destaca que:

A análise dos riscos nos locais de trabalho deve necessariamente incorporar a vivência, o conhecimento e a participação dos trabalhadores, já que eles realizam o trabalho cotidiano e sofrem seus efeitos e, portanto, possuem um papel fundamental na identificação, eliminação e controle dos riscos.

As últimas décadas evidenciaram a preocupação em estudar os riscos nos locais de trabalho. Foi assistida, sobretudo nos países da Europa e América do Norte, a mudança na perspectiva de análise da causa de um acidente ou doença. Neste sentido, Porto (2008, p. 5) revela que “em vez de sistemas compensatórios e de fim de linha, busca-se enfatizar mais o aspecto preventivo, ou seja, atuar no controle e eliminação dos riscos na fonte, e não após a ocorrência de acidentes e doenças”. Desta forma, atualmente há um enfoque em estudos elaborados com antecedências orientados ao reconhecimento das possíveis fontes geradas de riscos, agindo de maneira preventiva no controle e eliminação dos riscos.

Além de considerar o trabalhador como sujeito fundamental na análise e controle de riscos, foram incorporadas outras questões relevantes para a análise de riscos como a própria organização do trabalho e as práticas gerenciais sejam como aspectos fundamentais nas políticas de segurança e saúde das empresas como também possíveis fontes de acidentes, doenças ou sofrimentos ao trabalhador (PORTO, 2008). O autor supracitado ainda destaca:

A análise de riscos nos locais de trabalho não é um mero instrumento burocrático: é um processo contínuo, que precisa periodicamente ser revisado, principalmente quando surgem novas circunstâncias, como mudanças tecnológicas ou organizacionais nas empresas (PORTO, 2008, p. 6).

Nessa perspectiva, é importante salientar que a inserção de novas tecnologias de informação e automação possibilitou a ampliação das atividades e serviços oferecidos pelas unidades de informação, constituindo-se instrumentos fundamentais para o trabalho biblioteconômico. No entanto, a Organização Mundial da Saúde dá destaque aos problemas de saúde ocupacional, em diferentes áreas, que foram desenvolvidos a partir do uso desses mecanismos (SOUZA; SILVA, 2007).

Segundo estimativas do Observatório digital de Saúde e Segurança do Trabalho ainda ocorrem um acidente de trabalho a cada 52 segundos no Brasil (SEGURANÇA... 2018). Já no âmbito biblioteconômico, a pesquisa realizada por Santana (2014), tendo como base dados

estatísticos coletados nas planilhas da Previdência Social brasileira, evidencia o quantitativo de profissionais da informação (bibliotecários e arquivistas) que foram afastados de seus postos de trabalho e receberam auxílio doença nos anos de 2008 a 2013. Das doenças com mais incidências de afastamentos estão àquelas ligadas a transtornos mentais e comportamentais; doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas. Em matéria publicada pelo Jornal do Brasil no ano de 2004 é mencionado que:

As doenças relacionadas ao stress e à fadiga física e mental também são apontadas por especialistas como as que mais afetam os trabalhadores apesar da subnotificação dos casos. É o que aponta uma pesquisa realizada em 2002 pelo Laboratório de Saúde do Trabalhador na UnB a partir de dados fornecidos pelo INSS. O estudo mostrou que bibliotecários e profissionais de saúde são os que mais se afastam por causa de doenças mentais (DOENÇAS..., 2004 apud SOUZA; SILVA, 2007, p. 132).

Conforme assinalado pela Trivaletto (1998 apud BRASIL, 2001, 37) o termo risco é originário da palavra inglesa *hazard* traduzida para o português como perigo ou fator de risco ou situação de risco que se refere a “uma condição ou conjunto de circunstâncias que tem o potencial de causar um efeito adverso, que pode ser: morte, lesões, doenças ou danos à saúde, à propriedade ou ao meio ambiente”. A partir da definição estabelecida pela Occupational Health and Safety Assessment Services (2007, p. 2) perigo é entendido como “fonte, situação ou ato com um potencial para o dano em termos de lesões, ferimentos ou danos para a saúde, ou uma combinação destes”.

O conceito de risco é definido como a “combinação da probabilidade da ocorrência de um acontecimento perigoso ou exposições e da severidade das lesões, ferimentos ou danos para a saúde, que pode ser causada pelo acontecimento ou pelas exposições” (OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY ASSESSMENT SERVICES, 2007, p. 4). Porto (2000) corrobora ao dizer que o conceito de risco, no contexto da saúde dos trabalhadores, está associado à possibilidade de perda, dano ou perigo gerada por algum elemento ou circunstância presente no ambiente ou em determinado processo de trabalho. Essas situações geradoras de riscos podem causar danos à saúde do trabalhador, seja por um acidente de trabalho, doença ou sofrimento.

Desta forma, o conceito de risco ocupacional está ligado à existência da probabilidade da ocorrência de algum dano à vida do trabalhador. Além disso, Porto (2000, p. 9) destaca que o termo é utilizado “para se referir aos riscos para a saúde ou a vida dos trabalhadores

decorrentes de suas atividades ocupacionais”. Assim risco ocupacional está associado ao risco inerente a uma função exercida rotineiramente.

Esses agentes que causam danos à saúde do trabalhador são classificados, de acordo com sua natureza, pelo Ministério do Trabalho e Emprego como riscos, físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais ou mecânicos. Podem também envolver nuances dos aspectos de ordem sociocultural, política psicológica e ética, de acordo com Lima e Silva; Rover (2006). É importante destacar que é feita uma diferenciação dos tipos de riscos através das cores, a fim de facilitar a sinalização no ambiente de trabalho, contribuindo para a segurança do trabalhador. O quadro abaixo demonstra a Classificação dos riscos ocupacionais quanto à natureza e as respectivas cores de sinalização.

QUADRO 3 – Classificação dos riscos ocupacionais quanto à natureza

<b>Grupo I</b>	<b>Grupo II</b>	<b>Grupo III</b>	<b>Grupo IV</b>	<b>Grupo V</b>
<b>Riscos Físicos</b>	<b>Riscos Químicos</b>	<b>Riscos Biológicos</b>	<b>Riscos ergonômicos</b>	<b>Riscos de Acidente</b>
Ruídos	Poeiras	Lixo urbano	Esforço físico levantado	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Vírus	Levantamento de e transporte de peso	Máquina sem proteção
Radiações ionizantes	Névoas	Bactérias	Exigência da postura inadequada	Ferramentas inadequadas e defeituosas
	Neblinas	Protozoários	Controle rígido da produtividade	
	Gases	Fungos	Iluminação deficiente	Probabilidade de incêndio ou explosão
Radiações não-ionizantes	Vapores	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
	Substâncias compostas ou produtos químicos em geral	Bacilos	Trabalho em turno noturno	Armazenamento inadequado
Temperatura (frio e calor)		Doenças Infectocontagiosas	Jornada de trabalho prolongada	Animais peçonhentos
	Monotonia e repetitividade			

Umidade		Esgoto	Outras situações causadas de stress físico ou psíquico	Outras situações de risco
---------	--	--------	--	---------------------------

Fonte: (BRASIL, 1994).

Categoricamente pode-se identificar que os riscos ocupacionais são classificados em cinco grupos de acordo com a Portaria nº 3.214, do Ministério do Trabalho do Brasil, de 1978: risco físico, químico, biológicos, ergonômico e mecânico. A presença desses riscos no ambiente ocupacional, em grau elevado de exposição, afeta diretamente a saúde do profissional. O termo *exposição* refere-se ao “contato da substância ou agente tóxico com as barreiras representadas pelas vias de introdução, podendo ou não ser absorvido” (VIEIRA, 1998, p. 83 apud SANTOS, 2007, não paginado). Em relação às vias de introdução, o autor ainda destaca os principais acessos das substâncias no organismo humano: via digestiva; via cutânea; via pulmonar; via parenteral; via ocular.

Neste sentido, riscos ocupacionais têm seu surgimento a partir das atividades insalubres e perigosas decorrentes das condições ou métodos de trabalho que podem provocar efeitos adversos à saúde do profissional. Além disso, Mauro et al. (2004) destacam que os profissionais especializados em Higiene e Segurança do Trabalho possuem um consenso em priorizar a obtenção de um ambiente totalmente saudável em detrimento de gratificações financeiras como os adicionais de insalubridade e periculosidade. O autor comenta que essas condições adversas à saúde do profissional costumam ser despercebidas pelos gerentes bem como passam a ser tornar rotineira para o trabalhador, que muitas das vezes costumam manter um autocontrole dos sintomas.

Em conformidade com o estabelecimento pelo Ministério da Saúde do Brasil o reconhecimento das condições de risco no ambiente de trabalho é fundamental para a identificação dos agentes potenciais de risco a saúde do trabalhador (BRASIL, 2001). Deve ser realizado um conjunto de procedimentos que visam à identificação da existência ou não dos riscos, e em caso da confirmação da presença desses agentes etiológicos, servir de fundamento para tomadas de decisões quanto às ações que deverão ser implementadas. Conforme exposto por Marano (2003 apud TERSARIOLLI, et al., 2005, p. 38) agentes etiológicos das doenças ocupacionais referem-se

[...] àquelas numerosas causas que têm a capacidade de provocar no homem um desequilíbrio físico-orgânico de suas funções e que se

traduzem por alterações funcionais, trazendo como consequência um estado que foi denominado como doença.

Deste modo, torna-se necessário o estudo e identificação das possibilidades de geração e dispersão desses agentes nocivos inerentes aos processos de trabalho, às máquinas, às operações e outros equipamentos utilizados nas bibliotecas bem como os produtos químicos e demais matérias-primas que são utilizadas para a manutenção dos acervos. Neste sentido, as bibliotecas assim como os arquivos mencionados por Xarão (2009, p. 34) são locais “propensos a inúmeros fatores de risco, como acidentes, problemas ergonômicos, ataques biológicos, entre outros”. Ademais, Souza e Silva (2007, p. 135) preconizam que:

[...] conhecer os direitos profissionais e os riscos potenciais que o bibliotecário sofre à sua saúde, no ambiente de trabalho, representa hoje um capital teórico que poderá resultar em instrumento de valorização profissional e conquista de saúde e bem estar.

Cada um desses de riscos possui agentes que produzem possíveis efeitos adversos à saúde, assim torna-se necessário o conhecimento a respeito das fontes geradoras de risco em bibliotecas. Para isso, as próximas subseções descrevem os riscos ocupacionais segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, com base nas definições apresentadas pela Fiocruz e disposto nas Normas, além de trazer apontamentos do Campo da Biblioteconomia.

### 3.3.1 Agentes físicos

São riscos decorrentes da exposição às diversas formas de energias, tais como: ruído, calor, frio, pressão, umidade, radiações ionizantes e não-ionizantes, vibração, etc. Relacionado aos agentes de ordem física nos ambientes das bibliotecas, podem-se identificar aqueles relacionados ao calor, frio e umidade. Conforme Strausz, Machado e Brickus (2007, p. 25) “a qualidade do ar de interiores de ambientes climatizados é uma preocupação mundial há mais de vinte anos, principalmente em países dependentes de climatização artificial”. A autora destaca que diversos estudos comprovam a influência dos agentes físicos, químicos e biológicos nas manifestações patológicas dos trabalhadores, sobretudo pela crescente utilização dos equipamentos de ar condicionado. Deve haver maior atenção a esses agentes, pois podem provocar predisposições ou agravar outras doenças.

Da mesma maneira que “o calor e a umidade contribuem significativamente para a destruição dos documentos, principalmente quando em suporte-papel”, como destaca Cassares

(2000), esses agentes podem provocar efeitos adversos saúde dos bibliotecários. Além disso, o autor comenta que “evidências de temperatura e umidade [relativamente] altas são detectadas com a presença de colônias de fungos nos documentos” que em ordem biológica também pode ser considerado um agente agressor aos profissionais e usuários que lidam com esses materiais.

Trinkley (2001, p. 52) aponta que “o sistema de climatização constitui uma questão de preservação frequentemente problemática” uma vez é necessário para a conservação dos papéis, filmes e outros materiais, mas também pode prejudicar o conforto térmico dos funcionários e usuários. O autor destaca que os “níveis de umidade de 30% podem ser bons para o papel e o filme, mas podem também contribuir para o desenvolvimento de infecções respiratórias das vias superiores entre os funcionários e os usuários” (TRINKLEY, 2001, p. 52).

Em relação às condições ideais para a permanência em ambiente de trabalho climatizado artificialmente, Rocha (1998 apud STRAUSZ; MACHADO; BRICKUS, 2007) recomenda que níveis de temperatura para a zona de conforto variem de 20 a 25°C e de 50 a 55% para a umidade relativa do ar. Os níveis de temperatura, umidade e velocidade do ar são fundamentais para atingir o conforto térmico, já que níveis muito acima do estabelecido podem provocar sonolência e níveis abaixo de 18% podem provocar tremores. De acordo com Iida (2005, p. 499) “umidades abaixo de 40% favorecem a evaporação do suor, mas aumentam o risco de infecções respiratórias. O ar seco provoca ressecamento e fissuras nas vias respiratórias, por onde penetram as bactérias presentes no ar”.

Cada atividade realizada em bibliotecas requer níveis de umidade, temperatura e circulação do ar adequados para a saúde do bibliotecário durante sua jornada de trabalho. Assim, Lima e Silva (2014 apud SANTANA, 2014, p.62) preconizam limites recomendáveis para o conforto dos profissionais, conforme quadro a seguir:

QUADRO 4 – Limites de Temperatura, Umidade e Circulação de Ar

<b>Atividades desenvolvidas</b>	<b>Item de climatização</b>	<b>Limites</b>
Tarefas de administração e treinamento	TEMPERATURA	17-27°C
Trabalhos em áreas de pintura, desenho, artes gráficas, laboratório de restauração	TEMPERATURA	18-22°C
Bibliotecas, Arquivos e Museus	TEMPERATURA	+/- 20°C
Áreas de armazenamento	TEMPERATURA	10-12,7°C

Trabalhos em áreas de pintura, desenho, artes gráficas e laboratórios de restauração	CIRCULAÇÃO DE AR (Velocidade do fluxo de ar nos sistemas de ar condicionado)	0,25 m/s
Outras atividades	CIRCULAÇÃO DE AR (Velocidade do fluxo de ar nos sistemas de ar condicionado)	0,35 m/s
Tarefas de administração e Treinamento	CIRCULAÇÃO DE AR (Troca de ar)	30 m <sup>3</sup> /h
Trabalhos em laboratórios de Restauração	CIRCULAÇÃO DE AR (Troca de ar)	30 m <sup>3</sup> /h
Outros locais de atividade	CIRCULAÇÃO DE AR (Troca de ar)	50 m <sup>3</sup> /h

Fonte: (LIMA e SILVA, F. H. A, 2014, p. 39-40 apud SANTANA, 2014, p. 62).

Além disso, Trinkey (2001) indica que haja ventilação nas bibliotecas, pois, no olhar da preservação do acervo, minimiza a probabilidade de eclosão de mofo e na perspectiva da integridade física do bibliotecário e dos usuários, assegura a saúde e o bem-estar. Também é importante ressaltar a necessidade de manutenção das tubulações de ar. Desta forma, recomenda-se que a velocidade do ar entre 0,1 e 0,2 m/s em trabalhos leves a temperaturas indicadas.

Outro fator de risco físico presente nas bibliotecas é o ruído. A conceituação mais utilizada para ruído é “som indesejável” e na definição de natureza operacional, refere-se a um “estímulo auditivo que não contém informações úteis para a tarefa em execução” (IIDA, 2005, p. 504). Normalmente a biblioteca é considerada um espaço silencioso, sobretudo pelo seu papel na contribuição da produção de conhecimento dos usuários que utilizam esses locais para estudo, entretanto em algumas atividades desenvolvidas pode haver picos de ruídos, como conversas paralelas, inserção de livros nas estantes ou atendimento ao público (FONSECA JUNIOR; CARVAHO; ALVES, 2017). Os autores continuam ao informar que NBR 10152 (ABNT, 2000) estabelece os índices considerados aceitáveis de ruídos em bibliotecas que devem estar entre 35 e 45 dB(A)<sup>3</sup>. Além disso, é possível adotar outras medidas para garantir condições de conforto acústico agradável como: salas de estudo em

<sup>3</sup> Decibel ou dB é uma unidade de medida utilizada para quantificar a intensidade do som.

grupo e individual; pisos de características flutuantes; materiais que absorvam os ruídos dos dutos e tubulações (RIBEIRO, 2006 apud FONSECA JUNIOR; CARVAHO; ALVES, 2017, p. 9).

Com isso, pode-se perceber que há diversas doenças decorrentes da exposição aos agentes físicos, em especial as relacionadas à temperatura e umidade, em condições extremas como taquicardia, aumento da pulsação, cansaço, irritação, fadiga térmica, prostração térmica, choque térmico, perturbação das funções digestivas, hipertensão, bem como relacionadas à umidade como doenças do aparelho respiratório, da pele e circulatórias, e traumatismos por quedas (GERÊNCIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO, 2012).

### 3.3.2 Agentes químicos

Os agentes dos riscos químicos são aqueles que possuem a propriedade de penetração no organismo do trabalhador, sejam substâncias, compostos ou produtos na forma líquida, gasosa ou partículas. A absorção pode ocorrer pelas vias respiratórias por meio de poeiras, fumos gases, neblinas, névoas ou vapores ou através do contato com agentes absorvidos pelas vias cutâneas ou digestivas.

A via respiratória é o principal meio de absorção dos agentes químicos para dentro do organismo, sobretudo pela exposição corporal em atmosferas contaminadas por substâncias químicas. Já o acesso da substância por via digestiva é considerado normalmente um caso acidental e ocorre por maus hábitos como roer unha, falta de higienização nas mãos ou alimentar-se no local de trabalho. A via cutânea é um comum meio de acesso desses agentes, uma vez há diferentes produtos químicos com a propriedade de penetração na pele (PEIXOTO, 2011). O autor ainda destaca que “uma vez absorvida, a substância tóxica entra na circulação sanguínea, provocando alterações, as quais poderão criar quadros de anemia, alterações nos glóbulos vermelhos e problemas da medula óssea” (PEIXOTO, 2011, p. 44).

Alguns contaminantes atmosféricos são facilmente detectados em determinadas operações como aquelas que expõem o trabalhador a agentes como vapores, neblinas ou poeira. Em contrapartida, há compostos que em determinadas circunstâncias, não são rapidamente identificados ora por não possuírem odor e, conseqüentemente, o organismo não dispôr de sensores biológicos para sua detecção, ora por ser serem produzidos acidentalmente a partir de reações químicas (BRASIL, 2001).

Dos agentes químicos em bibliotecas pode-se inferir que a presença de sujidades no acervo representa o “agente de deterioração que mais afeta os documentos” como aponta

Cassares (2002, p. 26). Além da poeira encontrada nos livros, configurando-se um agente químico nocivo ao bibliotecário, há outros contaminantes químicos presentes no ambiente da biblioteca que podem provocar efeitos adversos à saúde do profissional e que provocam sintomas como “[...] obstrução nasal, irritação da garganta e nariz, desidratação das mucosas (nariz, boca, garganta e olhos), desidratação e rachaduras da pele, dor de cabeça, cansaço e sonolência” (LIMA; SILVA, 2009 apud SANTANA, 2014, p. 49)

Ainda para Santana (2014) em relação aos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) orienta-se que os sistemas de climatização tenham manutenção adequada e tenha-se o hábito de utilizar equipamentos de higienização de acervo a fim de evitar contaminações com os agentes químicos presentes na atmosfera laboral. O autor também apresenta um quadro com os principais contaminantes químicos presentes no ambiente de trabalho do bibliotecário com base em Lima e Silva (2009).

QUADRO 5 – Os contaminantes químicos e seus efeitos

<b>Contaminante Químico</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Efeitos</b>
Formaldeído	Espuma de uréia-formaldeído presente em isolante térmico	Carcinogênico
Material Particulado Inalável	Poeira, fuligem, resíduo de fumaça, fibras têxteis e aerossóis alcalinos do concreto	Aumento de doenças respiratórias e diminuição da função pulmonar
Dietilaminoetanol (DEAE)	Anticorrosivo usado em tubulações de vapor	Irritações oculares e respiratórias, erupções cutâneas e problemas de saúde
Óxido de Etileno	Fumigatório arquivos/coleções	Câncer e Esterilidades
Para-Diclorobenzeno (PDB)	Repelente de insetos	Lesões no fígado, rins, anemia hemolítica, perda de peso, rinite, tumefação periorbitária (maior risco em pessoas com pré-disposição a doenças hepáticas, renais, sanguíneas ou do Sistema Nervoso Central)

Naftalenos (Naftalina)	Repelente de pragas	Sudorese abundante, náuseas, insuficiência renal aguda, dores abdominais e de cabeça, hemólise das hemácias e efeitos carcinogênicos
Diclorvós (DDVP)	Inseticida organofosforado para o controle de pragas	Dores de cabeça, náusea, tonteira, tremores e câibras musculares, salivação, desmaios, sensação de incômodo no peito, febre, cianose, coma, parada cardíaca, choque, insuficiência respiratória e edema pulmonar
Piretrinas Naturais e Piretróides Sintéticos	Inseticida de baixa toxicidade aos mamíferos (extraído de flores do <i>Chrysanthemum cinerariaefolium</i> ), porém instável no meio ambiente	Irritação cutânea, dermatite alérgica, dor de cabeça, náuseas, vômitos e zumbido no ouvido
Brometo de Metila (Bromometano)	Gás utilizado em fumigação para controle de pragas	Irritação cutânea, olhos e trato respiratório. Efeitos agudos entre 30 minutos e 6 h: mal-estar, distúrbios de visão, náuseas, dor de cabeça, vômitos, vertigens e tremores nas mãos. A alta exposição ao Brometo causa tremores generalizados, convulsões, coma e óbito

Fonte: (LIMA e SILVA, 2009 apud SANTANA, 2014, p. 50-51).

Os componentes mencionados são utilizados nos programas de higienização dos acervos que são contaminados por agentes biológicos como fungos, roedores, baratas, brocas (anobídeos) e cupins (CASSARES, 2000). O autor ainda apresenta a definição das

intervenções que são realizadas no acervo a fim garantir a integridade e existência dos materiais, são elas: preservação, conservação e restauração.

**Preservação:** é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

**Conservação:** é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

**Restauração:** é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico (CASSARES, 2000, p. 12).

Assim, os contaminantes químicos também podem ser encontrados em laboratórios de restauração e preservação uma vez que são utilizados produtos químicos para a realização dessas medidas. Essas atividades, sobretudo em bibliotecas com acervo histórico, devem ser realizadas com o uso de Equipamentos de Proteção Individual como máscara facial, óculos de proteção, luvas e jaleco ou avental, além de exigirem práticas higiênicas como lavar as mãos após a realização do trabalho (CASSARES, 2000; XARÃO, 2009 apud MACHADO, 2016). Ainda para Cassares (2000) é preconizada a realização dessas atividades por profissionais especializados.

Outra questão importante relacionada aos agentes químicos é a preocupação de que a biblioteca deverá assegurar o controle do fumo pelos funcionários e usuários. Trinkley (2000) explica que além de apresentar risco à saúde e ao acervo resultado em incêndio, as partículas propagadas pelo fumo são não removidas prontamente pelos sistemas comuns de climatização, configurando-se em agentes nocivos ao ar circulante da biblioteca.

Neste sentido, observam-se diversos agentes químicos presentes em bibliotecas que embora utilizados em diversas atividades, muita das vezes, não são identificados. Tais agentes, principalmente os produtos e substâncias químicas utilizadas nos processos de higienização/restauração, controle de pragas, entre outras intervenções no acervo, podem provocar efeitos adversos à saúde do bibliotecário.

### 3.3.3 Agentes biológicos

São microrganismos que incluem vírus, bactérias, *riquétsias*<sup>4</sup>, protozoários e fungos, entre outros, que podem ser absorvidos pelas vias respiratórias, cutâneas ou digestivas. Normalmente, os ambientes de trabalho com a presença desses agentes são hospitais, laboratórios de análises clínicas e atividades agropecuárias, entretanto é possível a ocorrência em outros locais. Além disso, “o fato de que frequentemente ocorrem em situações não-ocupacionais complica o estabelecimento donexo causal” (BRASIL, 2001). Outro agravante para o reconhecimento desses agentes nos ambientes se dá ao fato de que em sua grande maioria esses microrganismos não são visíveis ao olho nu (PEIXOTO, 2011).

Nas bibliotecas, o surgimento desses agentes ocorre principalmente pela falta de higiene no ambiente, temperatura e umidade relativamente alta e falta de ventilação nos acervos, conforme aponta Cassares (2000). Consequentemente, contaminam os ambientes condicionados e facilmente se reproduzem em qualquer ambiente favorável a sua nutrição, por exemplo, na poeira presente do local bem como nas fibras de papel, couro, madeira e tecidos (STRAUSZ; MACHADO; BRICKUS, 2007).

Dentre as partículas suspensas na atmosfera que podem causar problemas alérgicos respiratórios estão os fungos. Em sua maioria, desenvolvem-se em material orgânico em decomposição, enquanto alguns são parasitas obrigatoriamente. Necessitam para o seu crescimento de fontes de carbono, nitrogênio e hidrogênio, além de fatores adicionais e utilizam-se das mais diversas temperaturas. Em sua maioria, se reproduzem a partir de elementos chamados esporos, que são transportados pelo ar atmosférico e inalados pelo corpo humano (STRAUSZ; MACHADO; BRICKUS, 2007, p. 28).

Percebe-se que a temperatura e a umidade são agravantes para o crescimento fúngico nos espaços das bibliotecas. As espécies de fungos mais frequentes em ambiente fechados e úmidos (anemófilos) são: *Penicillium*, *Aspergillus*, *Fusarium* e *Rhodotorula*, de acordo com (Gambale et al., 1989 apud STRAUSZ, 2001, p. 29). São agentes responsáveis pelo surgimento de doenças ocupacionais do trato respiratório, como a rinite e asma de sintomatologia perene (STRAUSZ; MACHADO; BRICKUS, 2007).

---

<sup>4</sup> Riquétsias: do latim *rickettsia*, é um gênero de bactérias que são carregadas como parasitas por vários carrapatos, pulgas e piolhos.

Pessoas que apresentem asma e alergia a este fungo podem sofrer danos bronquiais e tamponamento bronquial intermitente, também conhecido como “Aspergilose Bronco-Pulmonar Alérgica” (ABPA), ou seja, trata-se de uma doença infecciosa no pulmão. Já o *Penicillium* sp, o comum “bolor do pão”, além de causar problemas pulmonares também pode causar perturbações dermatológicas. Existem muitos outros fungos presentes no meio ambiente que podem vir a causar alergias, doenças respiratórias e de pele (SANTANA, 2014, p. 51-52).

Assim como os fungos, os ácaros também necessitam de elevadas temperaturas para se proliferarem. Esses agentes se alimentam de escamas de pele, resto de alimentos e insetos e alojam-se em piso, carpetes, cortinas, estofados, etc. Nas doenças originárias desses agentes estão: conjuntivite alérgica; rinite perene, cuja intensidade varia com a estação do ano; rinite associada com crises asmáticas; asma pura e, com menor frequência dermatite e urticária (STRAUSZ, 2007).

As condições climáticas também oferecem riscos ao surgimento das bactérias do tipo *Legionella*, *Nocardia*, *Streptomyces*, *Pseudomonas*, *Actinomyces*, etc. Das doenças acometidas por essas bactérias, a *Legionella pneumophila* através do ar provoca doenças pulmonares como a “doença dos legionários” ou “pneumonia dos legionários” ou em uma versão menos intensa chamada de “febre de Pontiac”. Os sintomas variam do mal-estar geral, dor de cabeça, febre e calafrios como também anorexia e mialgia. No ar também pode ser encontrada uma espécie de bactéria chamada *Bacillus subtilis* que podem causar enfermidades em pessoas com baixa imunidade (LIMA; SILVA, 2009 apud SANTANA, 2014).

Neste sentido, a fim de evitar a infestação de fungos e demais microrganismos nos acervos e posterior contaminação pelos bibliotecários, Cassares (2000, p. 18) sugere que seja estabelecida uma política de controle ambiental que estabeleçam limites de temperatura e umidade recomendados, evitando oscilações acentuadas; praticar higienização no local de trabalho e no acervo; orientar usuários e funcionários quanto às boas práticas higiênicas; ter atenção quanto a acidentes com substâncias aquosas.

Em relação à limpeza desses materiais a fim de eliminar as sujidades extrínsecas às obras, Santana (2014) faz algumas considerações a fim de evitar a proliferação de bactérias e fungos como a utilização da higienização mecânica (à seco) dos itens do acervo, além da frequente limpeza das estantes e do local de trabalho. Quanto aos equipamentos que serão utilizados nessa atividade, Spinelli (1997 apud SANTANA, 2014) recomenda a utilização do

equipamento conhecido como “Mesa de Sucção” no processo de varredura de folha a folha do item a ser higienizado.

FIGURA 1 – Higienização com a Mesa de Sucção



Fonte: Spinelli (1997)

Durante os procedimentos que envolvem uso de ferramentas, equipamentos e outros materiais que expõem o trabalhador a agentes nocivos a sua integridade física, é recomendada a utilização de Equipamento de proteção individual (EPI). Cassares (2000) indica o uso de EPI para a limpeza de material com fungo como luvas de látex, máscaras, aventais, toucas e óculos de proteção (nos casos de sensibilidade alérgica). As luvas, toucas e máscaras devem ser descartáveis.

### 3.3.4 Agentes ergonômicos

São “os agentes caracterizados pela falta de adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas do trabalhador” (GERÊNCIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO, 2012), provocando desconforto ou afetando à saúde do trabalhador. São exemplos de agentes ergonômicos: esforço físico levantado, levantamento e transporte de peso, exigência da postura inadequada, controle rígido da produtividade, iluminação deficiente, imposição a ritmos excessivos, trabalho em turno noturno, jornada de trabalho prolongada, monotonia e repetitividade e outras situações causadas pelo stress físico e psíquico.

Basicamente, o sistema Neuro-Músculo-Esquelético tem funções de locomoção, sustentação da postura ereta e o manuseio de objetos (WATKINS, 2001 apud TAUBE, 2002). Possui papel fundamental na sobrevivência do indivíduo bem como na realização das suas atividades de trabalho. Ao realizar uma determinada tarefa, o indivíduo manipula objetos que o submete a algum grau de inclinação ou posição antifisiológica que oferece condições ergonômicas inadequadas. De acordo com Iida (2005, p. 164) “postura é o estudo do

posicionamento relativo de partes do corpo, como cabeça, tronco e membros, no espaço. A boa postura é importante para a realização do trabalho sem desconforto e estresse”.

A imposição as cargas físicas intensas podem acometer os profissionais a doenças relacionadas ao sistema do movimento, particularmente as doenças ocupacionais Lesões por Esforço Repetitivo (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Essas doenças podem atingir qualquer trabalhador independente da natureza da sua atividade e provocam afecções epidemiológicas principalmente nos membros superior e coluna. Desta forma, a Ergonomia, possui papel fundamental para solucionar problemas ergonômicos oriundos a realização da tarefa de trabalho (TAUBE, 2002).

A Ergonomia surge como campo científico no final da II Guerra Mundial, como resultado da necessidade de analisar o trabalho interdisciplinar realizado por diversos profissionais naquele período. Relaciona-se com os fatores relativos à organização do trabalho, que estão presentes em quase todos os tipos de atividades humanas, esses conhecidos como riscos ergonômicos (BRASIL, 2001).

Inicialmente, a Ergonomia era uma área aplicada apenas nas indústrias, com foco no binômio homem-máquina, marcado pelo esforço repetitivo. Com a inserção de novos processos de trabalho através de alta tecnologia e sofisticadas estratégias de gestão, ela passa a atuar em um sistema mais complexo, principalmente no setor de serviço (saúde, educação, transporte, lazer e outros), com a preocupação em observar questões relacionadas aos aspectos cognitivos, ou seja, da aquisição e processamento de informações pelos trabalhadores. Assim, a Ergonomia passa a ter como objeto de estudo o trinômio homem-máquina-ambiente, apresentando diversas contribuições para a melhoria do ambiente de trabalho (IIDA, 2005; BRASIL, 2001).

No Brasil, a partir da definição da Associação Brasileira de Ergonomia apresentada por Iida (2005, p. 2), entende-se por Ergonomia o:

[...] estudo das interações das pessoas com a tecnologia, a organização e o ambiente, objetivando intervenções e projetos que visem melhorar, de forma integrada e não dissociada, a segurança, o conforto, o bem-estar e a eficiência das atividades humanas.

Observa-se que a Ergonomia (ou fatores humanos) está preocupada com a adaptação do trabalho para o homem uma vez que leva em consideração qualquer relacionamento humano com uma atividade produtiva sendo observado o ambiente físico e os aspectos organizacionais. A fim reduzir a fadiga, estresse, erros e acidentes, a Ergonomia configura-se

em uma disciplina interdisciplinar com diversos profissionais envolvidos no planejamento e projeto do trabalho como médicos do trabalho, engenheiros de projeto, desenhistas industriais, engenheiros de produção, analistas de trabalho, psicólogos, enfermeiros e fisioterapeutas, entre outros (IIDA, 2005). Além disso, o autor destaca que o para a redução de algumas sintomatologias como fadiga, dores corporais, absenteísmo e doenças ocupacionais, é fundamental o redesenho dos postos de trabalho.

Na área da Biblioteconomia, a produção bibliográfica<sup>5</sup> em torna da Ergonomia aplicada às bibliotecas ou centros de informação é mais acentuada em proporção aos outros riscos. Conforme aponta Araujo (2014) os fatores ergonômicos possuem efeitos adversos à saúde, entretanto os transtornos acometidos em profissionais de unidades de informação não são percebidos imediatamente o que resulta no surgimento de doenças silenciosas. A autora também destaca à luz do trabalho realizado por Souza (2013) que existe uma parcela de profissionais inconscientes com questões ergonômicas bem como desprovidas de condições ergonômicas adequadas.

Conforme Maia et al. (2007, p. 261), a Ergonomia avança com estudos e aplicações sobre “adequação do trabalho às capacidades e realidade da pessoa que trabalha” com a intervenção de propostas para a prevenção das DORTs através de exercícios ergonômicos como a Ginástica Laboral (GL) bem como o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Além dessas intervenções, a autora destaca que as instituições fazem uso de outros mecanismos para a prevenção e promoção da segurança e saúde dos trabalhadores tais como Avaliação dos Riscos Ambientais em consonância com a Norma Regulamentadora 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores.

A iluminação também é um fator fundamental que deve ser levado em consideração nas instalações de bibliotecas, pois permite que os objetos sejam visualizados e exerce influência psicológica nos funcionários e usuários, além de auxiliar em atividades de leitura e compreensão textual. Os níveis gerais de iluminamento em bibliotecas devem variar em referência ao local analisado. Por isso a importância da separação do acervo com o posto de trabalho do bibliotecário (THINKEY, 2001; FONSECA JUNIOR; CARVALHO; ALVES, 2017).

---

<sup>5</sup> Diversos trabalhos foram realizados levando em conta os aspectos ergonômicos em bibliotecas como dos autores Taube (2002), Blattmann; Borges (2005), Carvalho (2005), Souza; Silva (2007), Araujo (2014), Freitas (2009), Lima; Cruz (2010), Wellichan; Santos (2017), entre outros.

Em pesquisa realizada por Grandjean (1987 apud IIDA, 2005, p. 217) foi observado que em salas de trabalho com computadores funcionários possuíam o hábito de retirar algumas lâmpadas para reduzir a iluminação ambiente. Isso se dava ao desconforto provocado pelo contraste entre o fundo escuro dos monitores com luminosidade do ambiente. O autor destaca que a iluminação deficiente gera a fadiga visual que conseqüentemente provoca de 20% de todos os acidentes de trabalho. Neste sentido, é recomendável a prevenção para evitar a fadiga visual.

Em postos de trabalho que dispõem de computadores para a realização das atividades, é aconselhável que os níveis de iluminamento sejam entre 300 lux para a leitura de documentos em bom estado e 500 lux para documentos de baixa legibilidade. Para documentos que estejam em um grau inferior de legibilidade ainda menor é recomendável a utilização de fonte localizada de até 1000 lux (IIDA, 2005).

A arquitetura da biblioteca deve promover também a utilização da iluminação natural, pois segundo Cordeiro (2015 apud FONSECA JUNIOR; CARVALHO; ALVES, 2017, p. 9-10) contribui na “conservação energética, beneficia manutenção de uma luz variável que satisfaz a natureza psíquica do homem”. Além disso, Thinkey (2001, p. 49) preconiza que “objetivo ideal para as bibliotecas é desenvolver maneiras de utilizar as qualidades da luz ambiente e, ao mesmo tempo, proteger as coleções de sua exposição direta”.

Desta forma, além das situações de risco ergonômico presentes na biblioteca como exigência da postura inadequada, iluminação deficiente, monotonia e repetitividade e outras situações, pode-se também identificar que as disposições e aspectos arquitetônicos também devem ser levados em consideração na análise dos riscos ergonômicos.

### 3.3.5 Agentes mecânicos ou de acidentes

Considera-se qualquer fator que exponha o indivíduo a uma situação vulnerável que possa afetar sua integridade, e seu bem-estar físico e psíquico. São agentes que podem provocar um acidente de trabalho como as máquinas e equipamentos sem proteção, arranjo físico inadequado, ordem e limpeza do ambiente, sinalização, probabilidade de incêndio e explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos etc.

Conforme apontado por Peixoto (2011) esses agentes podem provocar ao trabalhador uma série de situações de risco com potencial de causar cortes, fraturas, escorregões entre outras lesões, sendo assim, sua presença estática ou dinâmica pode gerar acidentes de trabalho. Além disso, ainda para o autor “as máquinas desprotegidas, pisos defeituosos ou

escorregadios, os empilhamentos de materiais irregulares são exemplos de fatores de risco” (PEIXOTO, 2011, p. 45). Em bibliotecas, Dias (2008) comenta que pesquisas apontam os fatores que mais acometem profissionais às doenças são aqueles de ordem biológica e mecânica.

O espaço da biblioteca pode apresentar alguns dos agentes de riscos mecânicos mencionados acima como: arranjo físico e armazenamento inadequado, ordem e limpeza do ambiente de trabalho e probabilidade de incêndio. Quanto ao arranjo físico e armazenamento inadequado, cita-se como exemplo uma estante sobrecarregada com número excedente de livros que pode configurar-se como uma situação de risco à integridade do bibliotecário.

Devido ao encaixotamento de livros em depósitos para doação ou até mesmo nas estantes, é possível o surgimento de animais peçonhentos (SANTOS, 2017). Além disso, a falta de higienização, o hábito de alimentar-se no ambiente de trabalho ou até mesmo o local geográfico onde a biblioteca está localizada, pode desencadear a proliferação de animais dessa natureza. A ocorrência de acidentes que envolvem animais peçonhentos pode ser atípica quando identificada em bibliotecas. Entretanto, Santos (2017) evidencia a importância de considerar esse agente como agressor à saúde do bibliotecário. O autor menciona um acidente com uma bibliotecária do município de Minas Gerais que foi picada por um escorpião ao desmontar uma árvore de natal.

Esses animais são assim denominados uma vez que “possuem veneno e que podem inoculá-lo, prejudicando a saúde do homem” (FUNDACENTRO, 2001). Entre os animais peçonhentos mais perigosos estão as serpentes, aranhas, escorpião, taturanas, abelhas, vespas e formigas. Neste sentido, recomendam-se modificações culturais e boas práticas no ambiente de trabalho que incluem algumas considerações como limpeza meticulosa (elimine comida e bebida), evitar o acúmulo de materiais, controle de temperatura e umidade (detém pragas), restrição do local de alimentação e eliminação de lixo (TRINKEY, 2001).

A probabilidade de ocorrência de incêndio também deve ser levada em consideração nas bibliotecas, pois materiais como madeira, papel e tecidos podem se tornar combustíveis nessa situação. Embora não seja possível a estruturação de uma instalação completamente segura contra incêndio deverá ser realizado o máximo de esforços para a implementação de um projeto para prevenção de incêndio. Em relação à estrutura de uma biblioteca o bibliotecário e o arquiteto devem considerar a importância de utilização de equipamentos resistentes ao fogo, sendo assim Trinkey (2001, p. 64) destaca que

Mobílias tais como escrivaninhas, mesas e cadeiras devem ser incombustíveis ou de madeira tratada com retardadores de fogo. Todos os estofamentos e plásticos devem ser auto-extinguíveis. Tecidos e cortinas devem ser à prova de chamas. Carpetes (se utilizados na biblioteca) devem ser de qualidade comercial com baixo teor de propagação de chamas.

Neste sentido, Peixoto (2010) recomenda algumas medidas preventivas como cuidado com o armazenamento de materiais inflamáveis, manutenção adequada das instalações e equipamentos, instalação elétrica apropriada e bem protegida, ordem e limpeza no local de trabalho e uso de instalações de para-raios nas edificações das bibliotecas. Além dessas, outras recomendações foram apresentadas na seção sobre Normas Regulamentadoras, especificamente a NR 23 – Proteção contra incêndio.

### 3.4 ALGUMAS DOENÇAS ACOMETIDAS AOS BIBLIOTECÁRIOS

Conforme exposto acima, diversos fatores ambientais, psíquicos ou sociais podem provocar o surgimento de doenças ocupacionais em bibliotecários. Por consequência das diversas atividades executadas em ambientes como bibliotecas, arquivos e centros de documentação, são numerosos os riscos de acidentes de trabalho provocados pelos riscos ocupacionais. De forma a contribuir para a percepção da biblioteca como espaço de trabalho com potencial de provocar alguma perturbação à saúde, a presente seção pretende expor as principais doenças ocupacionais acometidas aos profissionais presentes na literatura.

Os estudos voltados para a relação Doença/Trabalho são recorrentes na história da sociedade humana e evidenciam trabalhadores que sofreram problemas de saúde relacionados ao ambiente de trabalho. Conforme aponta Maia et al. (2007) os distúrbios desenvolvidos nos indivíduos acompanham a evolução do trabalho. Em 1700 foi publicado na Itália o livro “*De Morbis Artificum Diatriba*”, traduzido para o português “As Doenças dos Trabalhadores”, pelo médico Bernardino Ramazzini que agrupou os sintomas clínicos relacionados a cinquenta e quatro doenças ocupacionais (SILVA, 2014).

Demais estudos foram desenvolvidos relacionando as doenças desenvolvidas a partir das condições laborais. Com relação à profissão biblioteconômica, Santa Helena (2009) evidencia que as dificuldades vivenciadas pelos profissionais não são tão visíveis e causam espanto quando são colocadas em pauta, sobretudo as questões relacionadas às doenças psíquicas.

De acordo com Barreira (1994 apud DIAS, 2008), a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que diferentes fatores contribuem para o aparecimento de doenças decorrentes do trabalho como físicos, de organização do trabalho, psicossociais, individuais e socioculturais. Para tanto, torna-se importante o entendimento do que é uma doença ocupacional.

Conforme exposto por Costa (2009 apud SANTOS, 2014, p. 15) “doenças ocupacionais são moléstias de evolução lenta e progressiva, originárias de causas igualmente gradativas e duráveis, vinculadas as condições de trabalho”. Relaciona-se com a “falta ou perturbação de saúde, ou seja, um distúrbio. É um estado de falta de adaptação ao ambiente físico, psíquico ou social, no qual o indivíduo sente-se mal (sintomas) e apresenta alterações orgânicas evidenciáveis (sinais)” (CRUZ, 2001 apud ARAUJO, 2014, p. 25). O termo distúrbio é conceituado por Cruz (2001 apud TAUBE, 2002) como qualquer tipo de patologia que acomete o ser humano, significando “perturbação orgânica”.

Além disso, essas doenças estão ligadas as atividades laborativas por um nexos causal, que dispensa o infortunado de provar qualquer nexos de causalidade. Para o estabelecimento do nexos casual, o art. 21-A da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 estabelece que:

A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento.

O nexos causal refere-se a uma investigação, por meio da anamnese ocupacional, que apresenta subsídios para sustentar a hipótese diagnóstica do médico do trabalho para o estabelecimento da relação entre a patologia e a exposição. Segundo Desoille, Scherrer e Truhaut (1975 apud BRASIL, 2001), a comprovação deve basear-se em “argumentos que permitam a sua presunção, sem a existência de prova absoluta”. A ideia de presunção permite chegar a um diagnóstico que visa beneficiar o trabalhador e evite debates inacabáveis sobre essas relações.

Ainda sobre o nexos de causalidade, Saliba (2010, p. 31) nos ajuda a compreender que na ocorrência de um acidente de trabalho ou doença deve-se observar sua relação com o fato danoso. O nexos de causalidade de acidentes de trabalho é mais simples de ser comprovado do que de uma doença profissional ou do trabalho, pois esta implica em uma exposição ocupacional a um agente ambiental. Deste modo, é imprescindível uma análise minuciosa do

processo e ambiente de trabalho, da intensidade ou da concentração do(s) agente(s) causador(es) de danos, o tempo de exposição, entre outros fatores que contribuam para o estabelecimento do nexo de causalidade.

O estabelecimento da relação etiológica entre o dano/doença e o trabalho implica em questões previdenciárias, trabalhistas, de responsabilidade civil e às vezes, criminal. A investigação e o diagnóstico desencadeiam ações preventivas e deve ser sempre a mais sólida o possível, pois quando incompletos ou displicentes podem provocar prejuízos críticos à saúde do paciente (BRASIL, 2001).

A legislação previdenciária também apresenta uma definição para Doença Ocupacional, equiparando-as à Acidente de Trabalho típico. No aspecto legal, as doenças ocupacionais são subdivididas entre doenças de trabalho e doenças profissionais. Os incisos do art. 20 da Lei nº 8.213/91 as conceituam:

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produza incapacidade laborativa;

d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho (BRASIL, 1991).

Considera-se então doença ocupacional àquela diagnosticada a partir da sua relação com o trabalho exercido pelo profissional que decorre do grau e tempo de exposição a agentes etiológicos nocivos à saúde. Em relação às doenças que podem ser adquiridas pelo labor em bibliotecas e centro de documentação, a literatura apresenta moléstias, em sua maioria, relacionadas à natureza de ordem biológica e ergonômica. Ranney (2000 apud TAUBE, 2002,

p. 29) ainda comenta que o termo doença ocupacional deve ser “utilizado apropriadamente quando há relação direta entre um fator de risco e um dano à saúde”.

Cabe ressaltar que os sentidos de saúde e doença em um indivíduo são relativos a uma experiência, ou seja, depende do que foi experimentado pela pessoa. Assim “quando alguém adoece, o que está em questão é uma diminuição de disposição, perda da habilidade ou capacidade de exercer uma atividade” (CZERESNIA; MACIEL; OVIEDO, 2013, p. 14).

Conforme destacado por Dias (2008) a identificação das doenças ocupacionais inerentes a profissão do bibliotecário está relacionada com o tipo e características das atividades exercidas. O quadro a seguir apresenta uma compilação de dados obtidos a partir de diferentes pesquisas<sup>6</sup> sobre doenças ocupacionais acometidas a bibliotecários, de modo que apresente uma simplória e ainda imatura relação entre doença, agente e atividade geradora do risco.

As doenças foram agrupadas de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, também conhecida como Classificação Internacional de Doenças (CID) publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para este quadro foi utilizado os códigos das doenças da CID-10, contudo é válido destacar que a CID-11 já foi elaborada e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, apresentando um panorama atualizado das doenças no mundo (OMS..., 2018).

Já as sintomatologias tiveram como base as informações dispostas no documento elaborado pelo Ministério da Saúde do Brasil, intitulado de “*Doenças Relacionadas ao Trabalho*” (BRASIL, 2001). Cabe salientar que as informações das doenças aqui expostas foram obtidas a partir resultados apresentados na literatura e não possuem caráter científico nem diagnóstico clínico feito por médicos do trabalho. Desta forma, este estudo não pretende esgotar o assunto tampouco conceituar cientificamente cada moléstia.

---

<sup>6</sup> TAUBE (2002) realiza uma análise da incidência de distúrbios musculoesqueléticos no trabalho do bibliotecário, apresentando considerações ergonômicas com enfoque preventivo de LER/DORT; TERSARIOLLI et al. (2005) aborda as doenças ocupacionais inerentes ao trabalho de profissionais de unidade de informação; SANTOS (2007) apresenta as doenças ocupacionais respiratórias; DIAS (2008) apresenta um estudo de caso da biblioteca do Centro de Ciências da Saúde Universidade Estadual de Londrina, trazendo considerações em torno das doenças laborativas; LOURENÇO; ALMEIDA (2008) trata sobre o estresse ocupacional e assédio moral em profissionais bibliotecários; SANTA HELENA (2009) aborda a influência do trabalho na saúde física e psíquica dos bibliotecários da área da saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; SANTOS (2014) também apresenta algumas doenças ocupacionais relacionadas aos bibliotecários; SANTANA (2014) apresenta em uma das suas seções dados coletados da Previdência Social entre os anos de 2008 a 2013 sobre as doenças que mais afastaram bibliotecários e arquivísticas de seus postos de trabalho e que receberam auxílio doença.

QUADRO 6 – Doenças relacionadas ao trabalho acometidas aos bibliotecários

Doença ocupacional		Sintomatologia	Agente	Classificação do Risco	Situações de exposição
Transtornos Mentais e do Comportamento (Grupo V)	Estresse Ocupacional <sup>7</sup>	Cansaço físico e emocional, cefaleia, palpitações, agressividade, falta de motivação, absenteísmo, aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial;	Jornada, ritmo e sobrecarga de trabalho; introdução de novas tecnologias, natureza e conteúdo do trabalho; assédio moral;	Ergonômico	Administração do acervo;  Processo decisório;  Atender demandas de usuários cada vez mais complexas;
			Substâncias químicas como solventes e produtos tóxicos	Químico	Higienização e desinfestação do acervo
Doenças da pele e do tecido subcutâneo (Grupo XII)	Dermatoses ocupacionais	Lesões superficiais elevadas contendo pus ou bolhas; descamação e fissuras; coceira;	Microrganismos (bactérias e fungos) e parasitas infecciosos vivos	Biológico	
			Ferramentas infectadas e defeituosas; traumatismos repetidos; más condições de higiene pessoal	Mecânico ou de acidente	

<sup>7</sup> Em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou o estresse como a doença do século. O estresse ocupacional é gerado no organismo quando indivíduo se submete às situações que “exijam um grande esforço, sobretudo, emocional para serem superadas” no local de trabalho. Além disso, o estresse em organizações pode apresentar sintomatologia a nível cardio-respiratório provocando sensação de opressão e hipercontração muscular, além de surgirem em situações de assédio moral (LOURENÇO; ALMEIDA, 2008).

<b>Doenças respiratórias (Grupo X)</b>	Rinite	Espirros, prurido do nariz, tosse seca, congestão nasal, obstrução do fluxo de ar e corrimento nasal;	Exposição a gases, vapores, névoas e poeira.	Químico	Contato direto com produtos químicos utilizados nos processos de higienização e restauração;
	Sinusite	Secreção nasal, tosse noturna, cefaleia e febre;	Inseticidas, detergentes, tintas aerodispersóides		
	Ulceração ou necrose e perfuração do septo nasal	Ardência e dor nas fossas nasais,	Partículas e gases tóxicos		
	(DPOC) <sup>8</sup>	Tosse, secreção, dispnéia e perda de peso;	Vírus, bactérias e fungos;	Biológico	Manuseio de acervo contaminado por agentes biológicos.
	Faringite aguda	Dor de garganta, sensação de ressecamento, inflamações na faringe;			
	Laringotraqueíte	Dor na laringe e traqueia e crises de tosse seca.			

<sup>8</sup>O termo DPOC refere-se ao grupo de doenças pulmonares obstrutivas crônicas caracterizadas por limitação crônica ao fluxo aéreo como enfisema e bronquite crônica (BRASIL, 2001, p. 327).

Doenças do Sistema do Tecido Conjuntivo (Grupo XIII)	LER/DORT <sup>9</sup>	Dor intensiva na área da lesão, parestesia, inflamação de tecidos, fadiga, decadência do desempenho profissional, crepitação nas articulações, formigamento e dormência	Postura inadequada;  Repetitividade de movimentos  Fadiga;	Ergonômico	Atividades que envolvem a digitação  Carimbar, grampear, limpar e guardar livros;  Carregamento de um montante de volumes <sup>10</sup>
--	-----------------------	---	--	------------	---

Fonte: (BRASIL, 2001).

<sup>9</sup> Na revisão realizada por Brandimiller (1996 apud TAUBE, 2002) as manifestações de lesões ocupacionais referem-se sinovite, tendinite, miosite, fascite, tenossinovite e neuropatia periférica por compressão. Estão inseridos no grupo de LER/DORT os transtornos do plexo braquial, mononeuropatias dos membros superiores e mononeuropatias dos membros inferiores (BRASIL, 2001, 195). De acordo com os dados da Previdência Social obtidos por Santana (2014) há sessenta e seis casos de afastamentos de profissionais bibliotecários e arquivistas por motivos de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo entre os anos de 2008 a 2013.

<sup>10</sup> De acordo com Bridger (2003 apud IIDA, 2005, p. 179) “o manuseio de cargas é responsável por grande parte dos traumas musculares entre os trabalhadores. Aproximadamente 60% dos problemas musculares são causados por levantamento de cargas e 20%, puxando ou empurrando-as”. Em biblioteca, tal atividade pode estar relacionada ao remanejamento do acervo.

Diante desta lista de doenças ocupacionais ligadas ao trabalho biblioteconômico, torna-se indispensável o reconhecimento dos agentes etiológicos causadores de doenças em bibliotecas, arquivos e centros de documentação. Por meio da análise de dados realizada por Santana (2014) nas tabelas estatísticas disponibilizadas pela Previdência Social sobre auxílio-doença previdenciário concebido por atividades em Bibliotecas e Arquivos (91.01-5) referentes ao ano de 2008 até 2013, foi evidenciado que do total de doenças que mais afastam profissionais de seus postos de trabalho estão 22% ligadas às lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (S00-T98); 21% relacionadas a transtornos mentais e comportamentais (F00-F99); 20% representam doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99); às outras doenças referem-se ao aparelho circulatório, aparelho digestivo e demais fatores externos que influenciam o estado de saúde desses profissionais.

Conforme exposto, foi percebido que algumas atividades desenvolvidas pelos bibliotecários podem afetar diretamente sua saúde, sobretudo àquelas relacionadas com tomadas de decisões que podem desenvolver situações de estresse e fadiga; procedimentos de higienização, conservação, preservação e restauração de acervos, provocando doenças respiratórias, ocular, digestivas e cutâneas; ocorrência das LER/DORT devida a interação constante e monótona com computadores nas atividades de processo técnico.

A eliminação total dos riscos é utópica, entretanto desenvolver medidas preventivas e estratégias que visam adequação do trabalho ao homem é primórdio para atingir altos níveis de satisfações nos ambientes de trabalho. Portanto, a análise de risco é um importante instrumento para a identificação dos problemas ou danos ocasionados pela exposição aos agentes de risco. Reconhecer o ambiente da biblioteca como potencial espaço de risco à saúde é fundamental para o incentivo de políticas e gestão de programas de saúde e segurança que visem à eliminação ou controle dos riscos, maior visibilidade das vulnerabilidades vivenciadas por esses profissionais nas instâncias jurídicas bem como iniciativas preventivas para um trabalho de qualidade.

## 4 METODOLOGIA

O processo de pesquisa busca sistematicamente a solução de determinado problema que se coloca em pauta, sendo definida por Minayo (1994, p. 17) como “a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade”. Através da pesquisa há o aumento da atividade de ensino bem como a atualização do conhecimento. Por meio das questões da investigação ocorre a retroalimentação do ciclo de produção do universo científico. Desta forma, toda pesquisa requer uma metodologia para atingir seus objetivos. A partir de uma metodologia o pesquisador percorrer o caminho metodológico para atingir seus objetivos no estudo. Entende-se por metodologia:

O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador (MINAYO, 1994, p. 16).

Na produção do conhecimento científico, segundo Habermas (1987 apud GUERRA, 2014, p. 7), a metodologia considera-se o caminho do pensamento. Guerra (2014, p. 7) nos ajuda a entender que “cada área do conhecimento é constituída por um conjunto de técnicas especializadas de pesquisa, que variam conforme a natureza e as características de seu objeto de estudo”. Tendo em vista a importância da metodologia para a pesquisa, esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos estabelecidos nesta pesquisa. Caracteriza a pesquisa, descreve a população para o estudo, apresenta o instrumento de pesquisa e define os critérios para coleta e análise dos dados.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica, ou seja, uma revisão do conhecimento acumulado e apropriação dos conceitos fundamentais para compreensão do tema (GUERRA, 2014), pois o estudo incide sobre aspectos relacionados à saúde ocupacional, o profissional bibliotecário e construções legais da saúde do trabalhador. Durante a revisão de literatura foram realizadas buscas combinadas nas bases de dados em língua portuguesa e inglesa, a saber: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Repositório Institucional da Fiocruz, Portal de periódicos da CAPES, Repositório da Universidade Federal Fluminense (UFF), Redes de Revistas Científicas de América Latina

y el Caribe, España y Portugal (Redalyc). Para a recuperação dos documentos, utilizaram-se as seguintes estratégias de busca: *“saúde do bibliotecário”*; *“riscos ocupacionais AND bibliotecari\*”*; *“saúde do trabalhador” AND surgimento; bibliotecário AND “ambiente de trabalho”*; *bibliotecas universitárias AND atividades*; *“occupational health AND librarians”*.

Apresenta-se como uma abordagem qualitativa-quantitativa com o objetivo de reunir indicadores que evidencie a biblioteca como um potencial local de risco à saúde do bibliotecário, e ao mesmo tempo, analisar a percepção desse profissional com o seu ambiente de trabalho. Conforme Minayo (2008 apud GUERRA, 2014, p. 10) o método quantitativo é utilizado para pesquisas que “têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática”. Ao passo que a análise qualitativa permite capturar “motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” que não seriam perceptíveis em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 22). Neste sentido, a autora destaca que os dados obtidos através de métodos quantitativos e qualitativos não se opõem, mas sim, complementam-se à medida que apresentam uma realidade social dinâmica e improvável de dicotomia.

Este estudo caracteriza-se também em uma pesquisa de campo e descritiva, pois teve como característica o aprofundamento da temática “Saúde do bibliotecário” e foi construído a partir de dados coletados de determinado grupo a fim de compreender a relação do bibliotecário com o seu ambiente de trabalho. Além disso, este tipo de pesquisa permite que novos olhares sejam feitos sobre este objeto de estudo. De forma semelhante, Gil (1999 apud OLIVEIRA, 2011, p.22) defende que estudos descritivos “têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa descritiva permitiu estabelecer características do objeto de estudo e correlações entre as variáveis.

#### 4.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A especificidade da pesquisa foi marcada pelo recorte geográfico no município do Rio de Janeiro e segundo a tipologia da biblioteca, escolhidas para este estudo, as universitárias. O recorte deu-se de forma intencional por ser o local onde a pesquisa acadêmica foi realizada. A fim de mapear tais instituições, foi realizada uma busca na base de dados do Ministério da

Educação (MEC) no primeiro semestre de 2018, onde contém informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino.

Para este estudo foi delimitado que as bibliotecas fossem vinculadas a organizações acadêmicas universitárias, de categoria administrativa na esfera Pública Federal e localização no município do Rio de Janeiro. A delimitação de acordo com a organização, categoria administrativa e localidade foi realizada para facilitar a coleta e análise de dados, isso porque são instituições com características semelhantes quanto aos processos organizacionais. Em seguida, constataram-se duas universidades públicas federais: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Consideramos importante uma contextualização das bibliotecas que fazem parte do universo de pesquisa deste estudo. Portanto, a seção seguinte apresenta algumas especificações desses espaços.

#### 4.2.1 Sistema de bibliotecas da UNIRIO

Em 1986, com o objetivo de integração entre a Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais a fim de dotar aos padrões exigidos pela Rede Bibliodata<sup>11</sup>, foi criado o Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBIBLI). A Biblioteca da UNIRIO participa do Bibliodata desde o início, sendo uma das instituições contribuintes para Rede de catalogação cooperativa de Bibliotecas brasileiras. O UNIBIBLI é composto por uma Biblioteca Central e de sete Bibliotecas Setoriais. Atualmente, o UNIBIBLI é composto por 26 bibliotecários sendo distribuídos em cargos Diretoria, chefe de divisão e unidades setoriais e função de bibliotecário (UNIVERSIDADE... 2018).

A Biblioteca Central da UNIRIO foi criada através do art. 6º do Estatuto da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, sendo inaugurada em 11 de novembro de 1977 e registrada sob o nº 396 no Conselho Regional de Biblioteconomia (UNIVERSIDADE... 2018). A Biblioteca tem como missão:

Fornecer apoio informacional ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da UNIRIO. Para tanto, deve cuidar do patrimônio informacional da Universidade, selecionando, adquirindo, processando, tornando disponível e garantindo o acesso e a preservação dessa informação,

---

<sup>11</sup> A Rede Bibliodata é uma rede de catalogação cooperativa das bibliotecas brasileiras participantes que possuem os dados bibliográficos dos acervos disponíveis no Catálogo Coletivo Bibliodata (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2012).

esteja ela registrada em qualquer tipo de suporte (UNIVERSIDADE... 2018).

As bibliotecas do UNIBIBLI atuam como suporte às atividades da Universidade, sobretudo no incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Possuem um espaço aberto à comunidade acadêmica bem como aos demais públicos. Em relação ao seu acervo, a Biblioteca Central possui obras de literatura brasileira e estrangeira, psicologia, legislação, história e teses. Este espaço também integra três, das setes bibliotecas setoriais do UNIBIBLI. Além de possuir em suas dependências uma biblioteca infanto-juvenil, que atua no incentivo à leitura de crianças e adolescentes (UNIVERSIDADE... 2018).

As bibliotecas setoriais, além do suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão aos cursos ministrados, também contribuem para os Programas de Pós-Graduação e de Mestrado Profissional oferecidos pela Universidade. As três bibliotecas que estão nas dependências da Biblioteca Central atendem aos cursos oferecidos pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Humanas e Sociais e Centro de Letras e Artes da UNIRIO (UNIVERSIDADE... 2018).

As demais bibliotecas setoriais também atuam no fomento do ensino dos cursos de Graduação das áreas de Biomedicina, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas, Medicina e Cirurgia, a Residência Médica, Ciências Jurídicas, Administração Pública e Ciências Políticas, ou seja, as Escolas dos Centros da UNIRIO (UNIVERSIDADE... 2018).

#### 4.2.2 Sistema de bibliotecas da UFRJ

A fim de desenvolver ações para promover a integração das bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1983 foi criado o Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI). O SiBI consolidou seu apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão bem como à cooperação técnico-científica, cultural, literária e artística da Universidade. O sistema é responsável pelo gerenciamento das bibliotecas da instituição, sendo órgão encarregado da capacitação de seus membros, desenvolvimento e tratamento dos acervos, elaboração das políticas de informação e padrões técnicos (UNIVERSIDADE..., 2018).

O SiBI é o gerenciador das quarenta e cinco bibliotecas pertencentes à UFRJ e está subdividido entre Coordenação, Secretaria, Centro Referencial, Desenvolvimento de Bibliotecas, Processamento Técnico e Memória Institucional. As bibliotecas setoriais atendem

as áreas de ciências humanas, ciências sociais e aplicadas, ciências exatas e da terra, ciências da saúde e biológicas, letras e artes bem como bibliotecas de Memória e obras raras. Atualmente, o SiBI conta com a participação de 224 bibliotecários nos campus da UFRJ no Rio de Janeiro, Xerém e Macaé (UNIVERSIDADE..., 2018).

As bibliotecas centrais e setoriais da UFRJ têm o intuito de atender à demanda informacional da sua comunidade acadêmica. Os acervos das unidades de informação estão disponibilizados para consulta e empréstimo dos usuários, contendo aproximadamente 1.230.010 títulos e 3.347.326 exemplares físicos e 27.770 livros eletrônicos, com os mais variados tipos documentais como livros, obras de referência, normas técnicas, coleções especiais, teses e dissertações, obras raras e antigas, periódicos e multimeios (SIBI, 2016).

#### 4.3 DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Conforme apresentado anteriormente, o estudo enveredou para uma pesquisa de campo, contando com a participação dos bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias federais do município do Rio de Janeiro. Deste modo, inicialmente, foi verificado o número de bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO e da UFRJ, conforme apresentado a seguir:

TABELA 1 – Quantitativo de bibliotecários

<b>Universidade mantenedora</b>	<b>Número de bibliotecários</b>
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	26
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	213
Total	239

Fonte: A autora (2018).

Com isso, o universo de pesquisa foi composto por 239 bibliotecários. Referente aos dados informados na seção anterior, torna-se importante destacar que para esta pesquisa não foram contabilizados os bibliotecários das bibliotecas dos polos de Xerém e Macaé do SiBI da UFRJ por não pertencerem ao município do Rio de Janeiro, além da Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS (UFRJ) pela inviabilidade das respostas devido ao sinistro ocorrido no Museu Nacional, em 2 de setembro

de 2018. A pesquisa restringiu-se ao município do Rio de Janeiro, sobretudo pelo escasso tempo para a coleta dos e-mails institucionais dos bibliotecários e das bibliotecas.

Em consonância à fundamentação teórica, escolhemos o questionário como instrumento para coleta de dados, definido por Marconi e Lakatos (1996, p. 88 apud OLIVEIRA, 2011, p. 37) como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Além disso, Taube (2002, p. 50) anuncia que esse instrumento permite “aprofundar-se no universo operacional dos trabalhadores colocando-os em uma situação onde este possa expressar sua concepção sobre sua atividade de trabalho”.

Dentre as vantagens de utilização desse instrumento estão: alcance de número elevado de participantes; a economia de recursos financeiros; assegura anonimato; facilita a compilação e comparação das respostas. Em contrapartida, o questionário também oferece algumas desvantagens, entre elas podemos destacar: interpretações distorcidas das perguntas; o anonimato não assegura a sinceridade nas respostas; baixo retorno de respostas (MARCONI e LAKATOS, 1996; LAVILLE; DIONNE, 1999; MALHOTRA, 2001 apud OLIVEIRA, 2011, p. 37).

Após a escolha do instrumento, iniciaram-se os esforços a fim de obter os e-mails institucionais de cada bibliotecário do universo da pesquisa. Os recursos utilizados foram: envio de solicitação de e-mails dos bibliotecários para o correio eletrônico da biblioteca ou setor, telefonemas e mensagens instantâneas via messenger para bibliotecas com páginas na rede social Facebook. O quadro abaixo apresenta o quantitativo de e-mails dos bibliotecários recuperados.

TABELA 2 – E-mails institucionais recuperados

Biblioteca	Número de e-mails
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	25
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	121
Total	146

Fonte: A autora (2018).

O questionário foi elaborado através do Formulário do Google dispendo de 7 perguntas abertas e 22 perguntas fechadas (APÊNDICE A). As perguntas abertas tiveram como objetivo obter respostas mais ricas e variadas, ao passo que as fechadas ofereceram maior facilidade na tabulação e análise dos dados, conforme preconiza CERVO & BERVIAN

(2002, p. 48, apud OLIVEIRA, 2011). O questionário foi estruturado em 6 seções, a saber: dos aspectos gerais; dos aspectos ambientais; dos aspectos ergonômicos e mecânicos; do conhecimento de normas, regulamentos, políticas em saúde e segurança; das doenças e afastamentos; das informações adicionais.

Antes do envio oficial do questionário ao universo de pesquisa, foi realizado um pré-teste com a população para verificar a clareza e possíveis melhorias no conteúdo a fim de atingir os objetivos propostos da pesquisa, no período de 23 de outubro a 24 de outubro de 2018. A população-teste representou 5,85% do universo total da pesquisa, sendo os bibliotecários participantes escolhidos de modo aleatório. Com o teste foi verificada a eficiência de determinadas questões bem como evidenciou que outras deveriam ser reformuladas para melhor compreensão dos respondentes.

O questionário oficial foi aplicado no dia 25 de outubro de 2018 e ficou disponível para respostas até o dia 11 de novembro de 2018. As perguntas foram enviadas de modo padronizado para os e-mails institucionais dos bibliotecários recuperados (APÊNDICE B). Durante este período, foram realizadas duas tentativas a fim de aumentar o número de respondentes ao questionário. O primeiro envio ocorreu no dia 25 de outubro e a segunda tentativa no dia 5 de novembro de 2018. Quando não foi possível recuperar o e-mail de todos os bibliotecários de determinada biblioteca, o questionário foi enviado para o e-mail da biblioteca e quando foi possível recuperar o contato, para os setores.

A apresentação dos dados deu-se por meio de recursos estatísticos, tabelas e gráficos que possibilitaram a sintetização das descrições dos resultados. Como último procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa, definimos a técnica para análise dos dados coletados. Marconi e Lakatos (1996 apud OLIVEIRA, 2011, p. 46) nos ajuda a compreender a importância da utilização de uma técnica apropriada, pois “a partir dela, é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, conclusão essa que poderá ser final ou apenas parcial, deixando margem para pesquisas posteriores”.

Desta forma, foi definida a Análise de conteúdo como a técnica empregada para analisar os dados obtidos, definida por Bardin (2011, p. 48) como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Além disso, Trivinões (1987, p. 137 apud OLIVEIRA, 2011, 46) infere que “[...] todos meios que se usam na investigação quantitativa podem ser empregados também no enfoque qualitativo”. A escolha dessa técnica deu-se pela sua contribuição para estudos, como este, de abordagem quantitativa e qualitativa.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

*“Se você não pode medir, você não pode gerenciar”.*

(Peter Drucker)

O estabelecimento de indicadores permite uma análise profunda e precisa das anomalias no ambiente de trabalho. Um bom indicador é capaz de evitar que determinado problema se agrave ou proporcione sérios prejuízos ao profissional bem como alerta aos responsáveis as informações necessárias para a implementação de melhorias no ambiente laboral (ARAUJO, 2006 apud RIBEIRO, 2011, p. 8). É evidente que por se tratar de uma pesquisa realizada no Campo da Biblioteconomia, não se pretende proporcionar índices prontos para implementação de ações preventivas no ambiente de trabalho analisado, mas sim apresentar aspectos e falhas que devem ser levados em consideração na elaboração de políticas.

Para tanto, as próximas subseções apresentam os resultados da pesquisa que apontam para a percepção dos bibliotecários quanto à sua saúde e às influências do ambiente de trabalho em sua integridade física e mental. A estruturação da seção foi segmentada de acordo com seis seções que compõem o questionário: dos aspectos gerais; dos aspectos ambientais; dos aspectos ergonômicos e mecânicos; do conhecimento de normas, regulamentos, políticas em saúde e segurança; das doenças e afastamentos; e das informações adicionais.

### 5.1 DOS ASPECTOS GERAIS

A pesquisa pôde alcançar a maioria dos bibliotecários atuantes no âmbito de universo de pesquisa. Os resultados dizem respeito às amostras obtidas no sistema integrado das bibliotecas universitárias da UNIRIO e UFRJ. Conforme descrito na Metodologia, foram contabilizados 239 bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO e UFRJ. Deste modo, o estudo contou com a participação de 53,97% do universo total de pesquisa, ou seja, obtendo o retorno de 129 profissionais, dos quais 31,8% ocupam cargo de Bibliotecário (a)-chefe e 68,2% de Bibliotecário.

Inicialmente, além do cargo ocupado pelo respondente, procurou-se identificar as atividades rotineiras desses profissionais. Além das opções oferecidas: “Administrativo”, “Processo técnico”, “Atendimento ao público” e “Treinamento ou curso”, a questão possibilitou que os bibliotecários acrescentassem outros serviços prestados na biblioteca em que atua bem como selecionassem mais de uma opção das atividades propostas. Desse modo,

um bibliotecário pôde escolher todas as opções disponíveis e acrescentar outras tarefas desempenhadas. Com isso, obtivemos as seguintes atividades realizadas:

QUADRO 7 – Atividades realizadas em bibliotecas universitárias

<b>Atividades</b>	<b>Respostas</b>
Apenas Administrativo	3
Administrativo e Atendimento ao público	5
Administrativo, Atendimento ao público e Treinamento ou curso	8
Administrativo, Atendimento ao público, Treinamento ou curso e Desenvolvimento de Coleções	1
Administrativo, Coordenação e Gerenciamento das atividades técnicas	1
Administrativo e Desenvolvimento de Coleções	1
Administrativo e Processo técnico	2
Administrativo, Processo técnico e Desenvolvimento de Coleções	1
Administrativo, Processo técnico e Treinamento ou curso	1
Administrativo, Processo técnico e Atendimento ao público	25
Administrativo, Processo técnico, Atendimento ao público e Treinamento ou curso	24
Administrativo, Processo técnico, Atendimento ao público, Treinamento ou curso e Contação de histórias infantis	1
Administrativo, Processo técnico, Atendimento ao público, Treinamento ou curso, Normalização, Comutação e Gestão de bibliotecas	1
Administrativo, Processo técnico, Atendimento ao público e Treinamento ou curso, Planejamento	1
Administrativo, Processo técnico, Atendimento ao público e Treinamento ou curso, Visita guiada	1
Administrativo, Processo técnico, Atendimento ao público, Treinamento ou curso e Atualização em redes sociais.	1
Atendimento ao público, Treinamento ou curso, Indexação, elaboração de ficha catalográfica, busca e recuperação em bases de dados	1
Administrativo e Treinamento ou curso	1
Apenas Atendimento ao público	5
Atendimento ao público e Treinamento ou curso	3

Atendimento ao público, Treinamento ou curso, Conservação e Restauração de obras	1
Apenas Processo técnico	10
Processo técnico e Atendimento ao público	19
Processo técnico, Atendimento ao público e Normalização	1
Processo técnico, Atendimento ao público e Treinamento ou curso	8
Processo técnico, Atendimento ao público, Treinamento ou curso e Pesquisa, digitalização de acervos raros e especiais	1
Processo técnico, Atendimento ao público, Treinamento ou curso, Normalização e Pesquisa bibliográfica	1
Desenvolvimento de Coleções, organização de pequenos eventos e divulgações de bases assinadas/adquiridas	1
<b>Total</b>	<b>129</b>

---

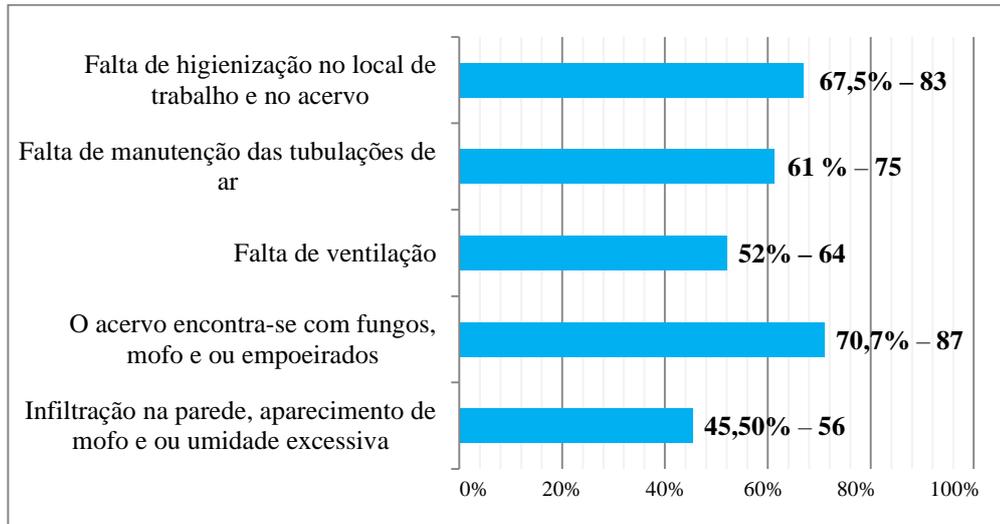
Fonte: A autora (2018)

A questão contou com a participação de 100% dos respondentes. Verificou-se que 59,7% (77 respondentes) desempenham funções administrativas, as atividades que envolvem o processo técnico são realizadas por 75,2% dos profissionais (97 respondentes), os serviços prestados durante o Atendimento ao usuário são realizados por 82,9% (107 respondentes) e 41,9% (54 respondentes) atuam no oferecimento de treinamentos e cursos na biblioteca. Das atividades acrescidas pelos bibliotecários, destacam-se as atividades voltadas ao Desenvolvimento de Coleções, mencionada por 1,67% (4 respondentes).

## 5.2 DOS ASPECTOS AMBIENTAIS

As questões que compuseram este bloco visaram verificar elementos que evidenciam possíveis situações de risco para a saúde do bibliotecário, decorrentes dos riscos ambientais, sendo eles o risco físico, químico e biológico. A primeira questão apresentou algumas situações de vulnerabilidades vivenciadas em ambientes insalubres e objetivou verificar em quais dessas situações aqueles profissionais reconheciam em seu ambiente de trabalho. Esta questão foi respondida por 123 bibliotecários, o que nos faz inferir que o restante, totalizando 6 bibliotecários, não identifica tais situações em seu local de trabalho. Gráficamente, apresentamos os dados coletados sobre situações insalubres identificadas em bibliotecas:

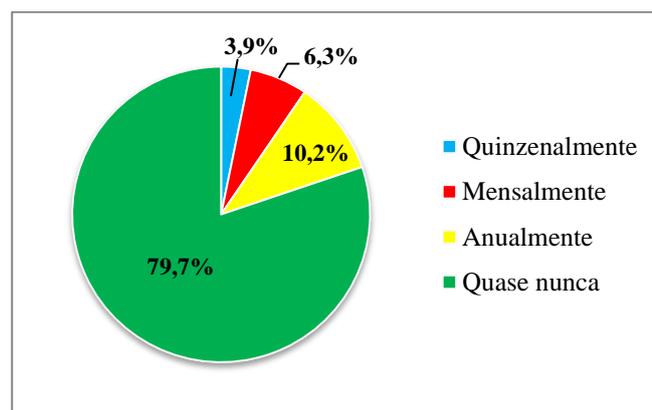
GRÁFICO 1 – Situações insalubres em bibliotecas



Fonte: A autora (2018)

Em seguida, tendo em vista que a higienização do acervo “deve ser um hábito de rotina na manutenção de bibliotecas ou arquivos, razão por que é considerada a conservação preventiva por excelência” (CASSARES, 2000, p. 26) e sendo um processo que expõe o bibliotecário a agentes biológicos e químicos, a segunda questão desse bloco verificou a periodicidade em que é realizada a higienização do acervo. Foi identificado que este processo quase nunca é realizado nas bibliotecas.

GRÁFICO 2 – Periodicidade na higienização de acervos



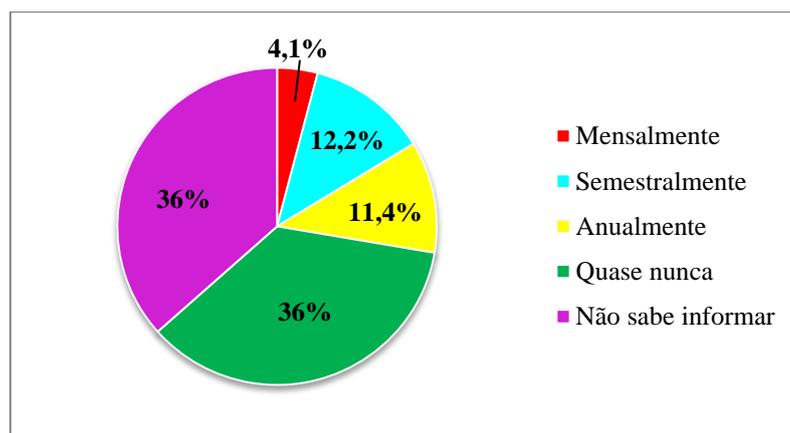
Fonte: A autora (2018)

Na seção 3.3 *Riscos Ocupacionais em bibliotecas*, conforme aponta a literatura, foram apresentados alguns componentes químicos utilizados para o controle de pragas e insetos no acervo como uma medida preventiva, tais como: Formaldeído, Óxido de Etileno, Para-

Diclorobenzeno (PDB), Naftalenos, Diclorovós (DDVP) e Brometo de Metila. Contudo, chama a atenção que apenas 1,6%, que equivale a 2 bibliotecários, têm conhecimento a respeito das substâncias químicas utilizadas para a higienização do acervo e que 23,4% dos respondentes não tem certeza sobre o uso. A maioria, 75% dos profissionais não utilizam produtos químicos durante sua jornada de trabalho o que pode ser um bom indicador, entretanto pode estar relacionado com a falta de higienização no acervo e, conseqüentemente, com proliferação de fungo, mofo e poeira nos livros, conforme evidenciado nas questões anteriores.

As questões correspondentes a 4ª até 6ª apresentaram aspectos referentes aos agentes de risco físico, sobretudo aqueles ligados à temperatura e a umidade do ar nas bibliotecas. Em relação à temperatura e umidade relativa do ar foi verificado que 23,4% (30 respondentes) das bibliotecas possuem algum tipo de controle/monitoramento, ao passo que 76,6% (98 respondentes) não possuem. Já a adequação de temperatura do ar às exigências das tarefas realizadas foi reconhecida por apenas 40,2% (51 respondentes) em contrapartida aos 59,8% (76 respondentes) de bibliotecários que não reconhecem a temperatura do ar adequada. Em relação à periodicidade de limpeza feita nos equipamentos de ar condicionado, verificou-se que 36% não sabem informar sobre a manutenção, como demonstra o gráfico a seguir:

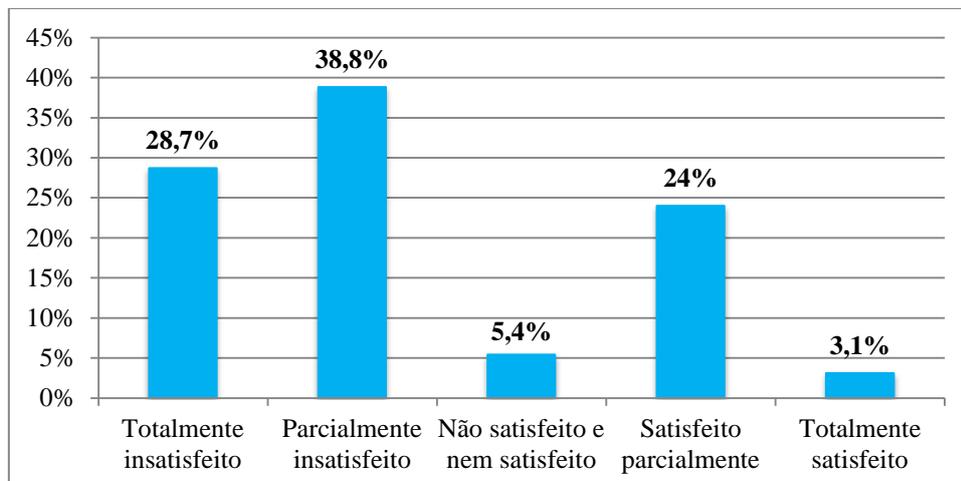
GRÁFICO 3– Periodicidade da limpeza do ar condicionado



Fonte: A autora (2018)

Com os resultados obtidos nesta seção pode-se inferir o nível de satisfação dos bibliotecários com os aspectos ambientais em seu espaço de trabalho, aqui se referindo à exposição à umidade, temperatura baixa ou elevada, ruído, poeira, produtos químicos, fungos, bactérias é, em sua maioria, parcialmente ou totalmente insatisfeito.

GRÁFICO 4 – Nível de satisfação com os aspectos ambientais

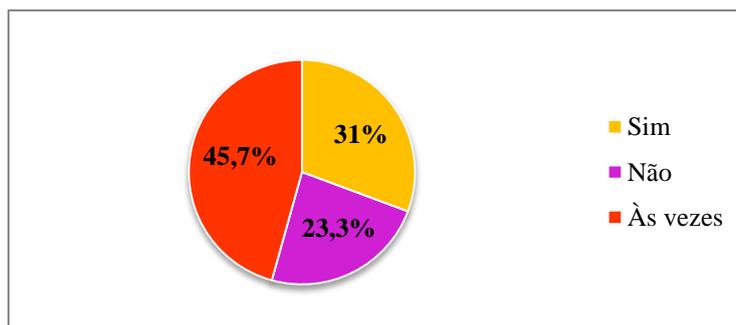


Fonte: A autora (2018)

### 5.3 DOS ASPECTOS ERGONÔMICOS E MECÂNICOS

Neste bloco, os bibliotecários foram questionados a respeito da adaptação das condições de trabalho às suas características psicofisiológicas, levando em consideração o levantamento de carga, posição inadequada ou incômoda e iluminação como agentes ergonômicos, conforme exposto na literatura. Com isso, primeiramente foi verificado se durante o exercício das atividades em bibliotecas o bibliotecário carrega algum peso, constando que o levantamento ou transporte de cargas é realizado ocasionalmente por 53,5% (69 respondentes), raramente por 29,5% (38 respondentes), frequentemente por 12,4% (16 respondentes) e nunca por 4,7% (6 respondentes). A pergunta seguinte verificou se a postura inadequada é um agente ergonômico presente em bibliotecas com potencial de prejudicar à saúde do bibliotecário, identificando que em determinadas tarefas é exigida a posição incômoda.

GRÁFICO 5 – Realização de determinadas tarefas em posição incômoda



Fonte: A autora (2018)

Conforme apresentado por Grandjean (1987 apud IIDA, 2005, p. 217) a iluminação deficiente gera a fadiga visual que conseqüentemente provoca 20% de todos os acidentes de trabalho. Por isso, foi averiguada a adequação da iluminação, uma vez que tem papel fundamental na influência psicológica nos funcionários e usuários. Os resultados da pesquisa apontam que 53,5% (69 respondentes) consideram a iluminação do seu ambiente de trabalho adequada e 46,5% (60 respondentes) não. Ainda sobre os aspectos ergonômicos, verificou-se qual o nível de satisfação quanto ao mobiliário (mesa, cadeira, por exemplo) do ambiente de trabalho desses profissionais em relação à adaptação do seu biotipo e realização das tarefas, evidenciando que a maior parte dos bibliotecários está parcialmente insatisfeito, como demonstra a tabela a seguir:

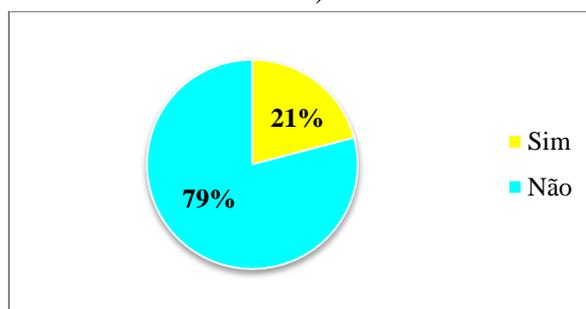
TABELA 3 – Nível de satisfação quanto ao mobiliário

<b>Nível de satisfação</b>	<b>Respostas</b>
Totalmente insatisfeito	27,1%
Parcialmente insatisfeito	32,6%
Não satisfeito nem insatisfeito	4,7%
Satisfeito parcialmente	24%
Totalmente satisfeito	11,6%

Fonte: A autora (2018)

Ao abordar os riscos mecânicos em bibliotecas, o risco da probabilidade de incêndio e a importância de debate sobre esta temática nos atentou acerca da discussão em relação à prevenção de incêndios. Por isso foram testadas perguntas referentes ao treinamento dos profissionais quanto à prevenção de incêndios, à disposição da biblioteca com saídas de emergências bem como à presença de sinalização de segurança nos espaços em que atuam como o mapa de risco e combate a incêndio. Os resultados evidenciam que 14,1% (18 respondentes) possuem treinamento quanto à prevenção de incêndios e 85,9% (110 respondentes) não. As bibliotecas que atuam 23 dos bibliotecários participantes da pesquisa, correspondente a 17,8% dos respondentes possuem saídas de emergências, ao passo que 82,2%, referente a 106 respondentes, não. Em relação aos dispositivos de sinalização de segurança no ambiente de trabalho desses profissionais, foi verificado que, em sua maioria, as bibliotecas não possuem sinalizadores de segurança.

GRÁFICO 6 – Presença de sinalizadores de segurança (Mapa de risco, combate de incêndios)



Fonte: A autora (2018)

#### 5.4 DAS NORMAS, REGULAMENTOS, POLÍTICAS EM SAÚDE E SEGURANÇA

O conjunto de questões que compuseram este bloco visou verificar o conhecimento dos bibliotecários sobre os riscos à saúde existentes no seu local de trabalho, demonstrando que 57,4% não possuem informações, enquanto 42,6% estão conscientizados sobre os riscos ocupacionais presentes no espaço onde atuam. Observou-se também que 96,1% das bibliotecas não possuem algum regulamento interno quanto à saúde e segurança no trabalho, entretanto, ainda que incipiente 3,9% dos bibliotecários responderam que a biblioteca em que atuam possui algum tipo de documento sobre os riscos à saúde no ambiente interno. Também recebemos retorno de 1 bibliotecário informando sobre o desenvolvimento de um Plano de Contingência na biblioteca em que atua.

É importante destacar que essa é uma iniciativa imprescindível para garantir a segurança dos bibliotecários e vem sendo implementada em bibliotecas<sup>12</sup> em todo o país. Conforme leitura dos Planos de Contingência de duas bibliotecas universitárias, uma em Anápolis (GO) e outra em Florianópolis (SC) foi identificado que o conteúdo dos planos apresenta informações a respeito da biblioteca, dos riscos presentes no local de trabalho, ações conjuntas e procedimentos para a preservação de bens, ambientes e pessoas e procedimentos em caso de emergência.

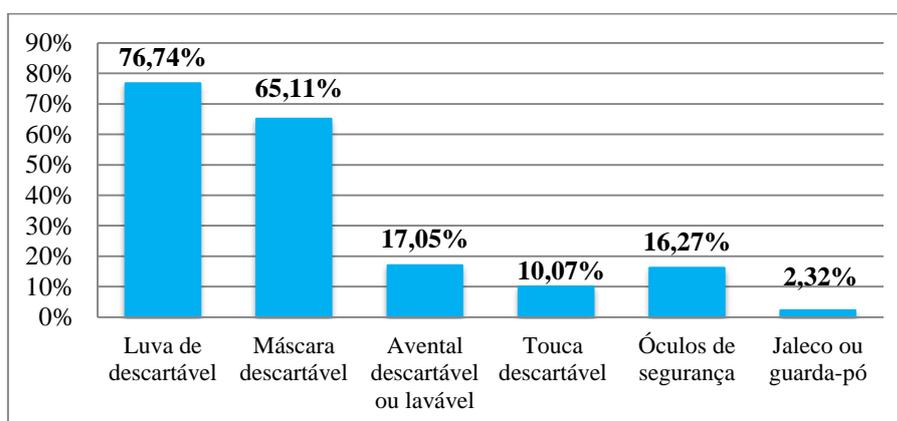
A terceira questão pretendeu identificar quais são os Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) utilizados pelos bibliotecários durante a realização das tarefas, normalmente

<sup>12</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de contingência da BU/UFSC**, 2018. Disponível em: <<http://portal.bu.ufsc.br/files/2013/09/PlanoContingencia.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FACULDADE FIBRA. BIBLIOTECA FIBRA. **Plano de contingência da biblioteca**, 2018. Disponível em: <<http://fibra.edu.br/wp-content/uploads/2016/08/Plano-de-conting%C3%Aancia-da-biblioteca.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018

recomendados nas atividades de conservação e preservação, pois são situações que mais expõem o bibliotecário aos riscos físicos, químicos e biológicos. Foram fornecidas algumas opções de EPI como *luva de descartável*, *máscara descartável*, *avental descartável*, *touca descartável* e *óculos de segurança*. Além das opções, o bibliotecário pode acrescentar outros EPIs utilizados bem como escolher mais de uma opção. Os resultados obtidos são apresentados no gráfico a seguir:

GRÁFICO 7 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI) utilizados em bibliotecas



Fonte: A autora (2018)

Ainda sobre os aspectos normativos/legislativos, procuramos saber a opinião desses profissionais acerca da aprovação do Projeto de Lei nº 1.511/2015 de 2015. Conforme apresentado no referencial teórico, esse PL reivindica o incentivo financeiro do adicional de insalubridade aos bibliotecários, uma vez que estão expostos aos agentes físicos, químicos e biológicos no exercício de suas atividades (Ver em 2.3.3 *Adicional de Insalubridade e o Projeto de Lei nº 1.511/2015*). A pesquisa mostrou que 96,8% concordam com a aprovação do projeto de lei, contudo observamos em determinadas falas algumas ressalvas quanto ao reparo de um incentivo financeiro de compensação ao bibliotecário que fica exposto a agentes nocivos à sua saúde por um longo período de trabalho. Nesta perspectiva, alguns apontamentos foram feitos:

*Os bibliotecários são expostos a situações de trabalho insalubres, à poeira, principalmente é comum, sendo assim, a insalubridade deveria ser sim, obrigatória (Bibliotecário 2);*

*Todos os trabalhadores estão expostos aos agentes citados. Cabe especificidade para atender aos requisitos da lei, e não correr o risco de substituir as adequações necessárias dos ambientes de trabalho por ínfima monetização para "concordar em receber" agravos potenciais à saúde (Bibliotecário 13);*

*[Porque] adoecemos. Não é uma possibilidade, é uma certeza. E dinheiro nenhum traz nossa saúde de volta. [O adicional de] insalubridade seria apenas uma forma de amenizar os danos (Bibliotecário 30);*

*É inegável que, por mais cuidado que [tenha], o ambiente de biblioteca enseja preocupação quanto à questão de risco à saúde. Isso acontece porque estes ambientes em geral recebem pouca atenção das suas respectivas instituições mantenedoras no que se refere à higienização dos acervos e do ambiente de trabalho. Em função disso, nestas situações é importante que os profissionais sejam de alguma forma compensados pelos riscos a que estão expostos. Como as instituições não fazem isso de forma espontânea, é preciso uma legislação para resguardar as pessoas da incidência destes riscos. Daí a importância da lei (Bibliotecário 73);*

*O Projeto de Lei 1.511/2015 apresenta uma contradição aos bibliotecários. Por um lado, reconhece os perigos da exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos que podem trazer prejuízos à saúde do bibliotecário no exercício de sua atividade profissional. Dessa forma, reconhecem-se problemas nas condições de trabalho que precisam ser contornados. Por outro lado, pressupõe a biblioteca como um lugar de periculosidade à saúde. Nesse sentido, a biblioteca pode ser concebida como um lugar com periculosidade aos profissionais que nela atuam, mas, também, aos usuários que a frequentam. Tendo em vista a contradição, projetos de lei que dispusessem sobre as condições de salubridade das bibliotecas poderiam ser mais efetivos do que inventivo financeiro adicional de insalubridade (Bibliotecário 92);*

*Acho que o ideal mesmo era que usassem o dinheiro do pagamento de insalubridade e investissem em ações de prevenção aos riscos (Bibliotecário 108).*

Verificou-se nas falas acima que, embora o adicional de insalubridade seja um mecanismo de reparar os danos à saúde acometidos os bibliotecários, o essencial vai além da uma remuneração financeira. Conforme o discurso dos bibliotecários acima, evidenciamos a necessidade de reformulações culturais e organizacionais nas ações de prevenção aos riscos ocupacionais.

## 5.5 DAS DOENÇAS E AFASTAMENTOS

Esta seção permitiu verificar os índices de afastamentos e casos de desenvolvimento de doenças ocupacionais em bibliotecários. Na primeira questão desta temática, investigamos os afastamentos por problema de saúde relacionado ao trabalho e qual foi a causa. O respondente pode acrescentar opções não oferecidas bem como escolher mais de um motivo

para seu afastamento. Embora 54,5% dos bibliotecários (67 respondentes) nunca tenha se afastado por doença ocupacional, observou-se um número de afastamento expressivo em relação a doenças respiratórias, da pele e olhos, conforme evidenciado na tabela seguinte:

TABELA 4 – Quantitativo de afastamentos por doenças ocupacionais

<b>Tipo de doença</b>	<b>Número de casos</b>	<b>Porcentagem<sup>13</sup></b>
Doenças respiratórias	35	28,45%
Doenças dermatológicas	15	12,19%
Doenças dos olhos	16	13%
Doenças pulmonares	8	6,50%
Transtornos mentais	8	6,50%
Doenças do trato digestivo	8	6,50%
Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo	6	4,87%
Problemas na garganta	1	0,81%
Doença ortopédica em razão de tombo na biblioteca	1	0,81%
Total:	98	

Fonte: A autora (2018)

Além dos afastamentos mencionados, houve casos específicos que, embora não tenha afastado o profissional do trabalho, provocou o desenvolvimento de determinada doença ou situação de sofrimento. Identificamos alguns casos isolados como:

*[...] Também tive problemas de fungo na unha por um ano e meio, devido à manipulação de acervo contaminado. Contudo, não fiquei afastada das funções profissionais, mantive a rotina de trabalho, paralela ao tratamento de saúde (Bibliotecário 14); Ainda não fui afastada, mas preciso, por estresse (Bibliotecário 38);*

*Doença respiratória que atingiu as vias pulmonares, porém na época, no dia seguinte que tive que buscar atendimento com pneumologista a instituição entrou em greve e como eu não estava bem não fiz o registro oficial da doença. Na época a médica me deu 15 dias de licença (Bibliotecário 43);*

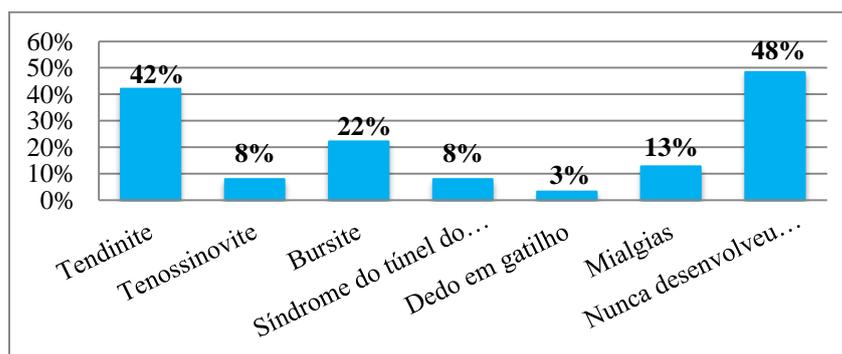
<sup>13</sup> Referente a 123 respondentes

*Não foi necessário o afastamento, mas tenho blefarite crônica e rinite (Bibliotecário 62);*

*Tive uma tosse horrível que perdurou por mais de 1 mês, mas não fiquei afastada do trabalho (Bibliotecário 113).*

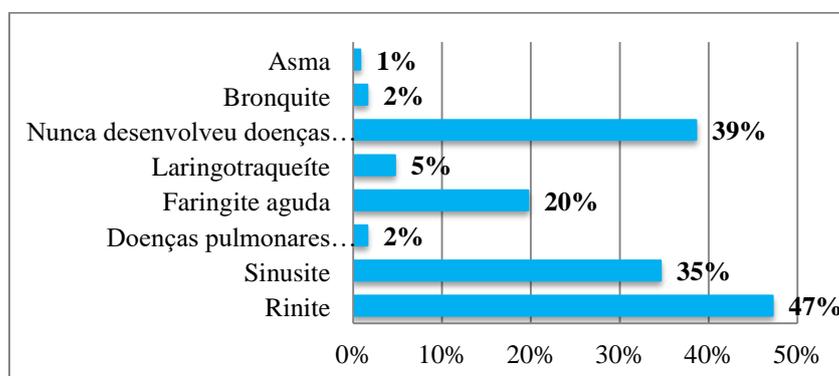
Ainda sobre a temática “Afastamento”, a maioria da população pesquisa 76,7% (99 respondentes) conhece alguém que tenha se afastado do trabalho por problemas de doenças relacionadas às atividades desenvolvidas em bibliotecas, em detrimento de 23,3% (30 respondentes) que não. Em seguida, procurou-se saber quais são as enfermidades mais típicas do conjunto de doenças relacionadas à síndrome de Lesões por Esforço Repetitivo – LER<sup>14</sup>, doenças do trato respiratório e de pele decorrentes da realização das tarefas desenvolvidas no ambiente de trabalho. Os dados estão expostos nas ilustrações a seguir:

GRÁFICO 8 – Quantitativo de casos de Doenças relacionadas à síndrome LER<sup>15</sup>



Fonte: A autora (2018)

GRÁFICO 9 – Quantitativo de casos de doenças respiratórias<sup>16</sup>

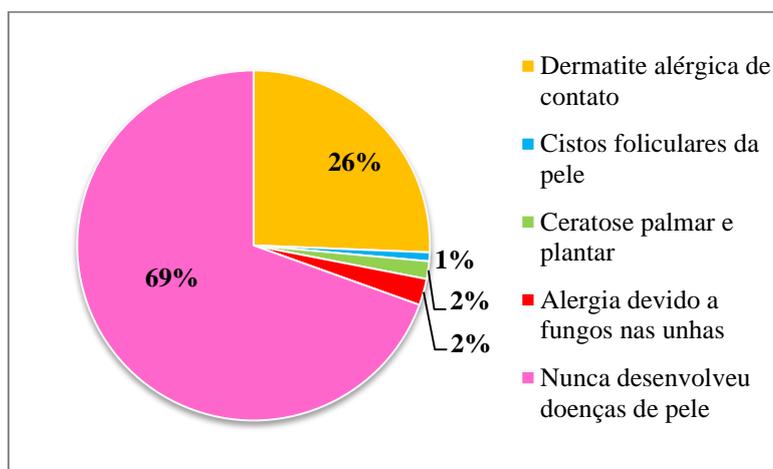


Fonte: A autora (2018)

<sup>14</sup> Para o aprofundamento das doenças relacionadas à síndrome de Lesões por Esforço Repetitivo – LER em bibliotecários indicamos a leitura do texto Oswaldo Taube (2002) citado na referência.

<sup>15</sup> Referente a 126 respondentes.

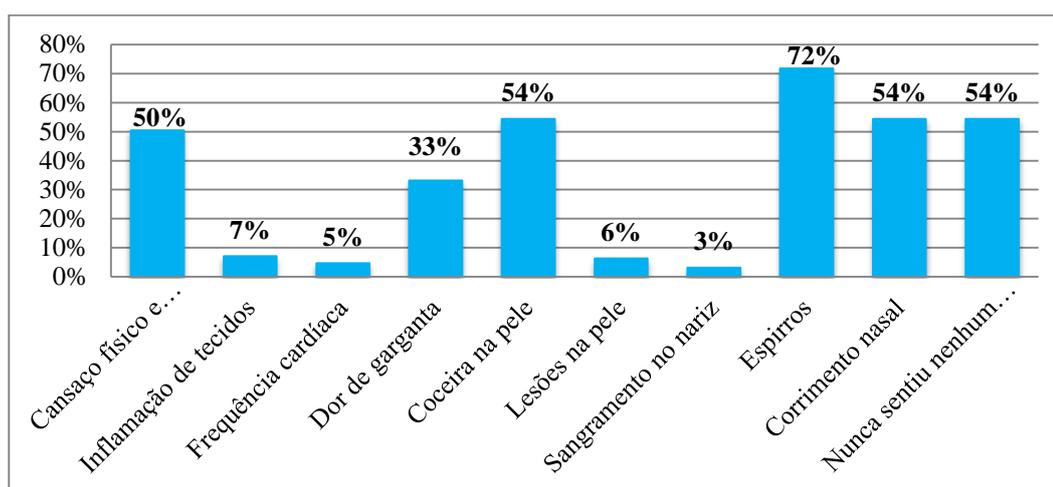
<sup>16</sup> Referente a 127 respondentes.

GRÁFICO 10 – Quantitativo de casos de doenças de pele<sup>17</sup>

Fonte: A autora (2018)

Na sexta questão deste bloco, ainda sobre as doenças ocupacionais tentamos obter uma relação entre sintomatologias de doenças e os tipos de atividades desenvolvidas em bibliotecas, a saber: higienização e preservação do acervo e processo técnico. Durante as atividades ligadas à higienização e preservação do acervo, foi verificado que a maior sintomatologia é *espirros*, seguida de *coceira na pele*.

GRÁFICO 11 – Média geral das sintomatologias oriundas de atividades de higienização e preservação do acervo

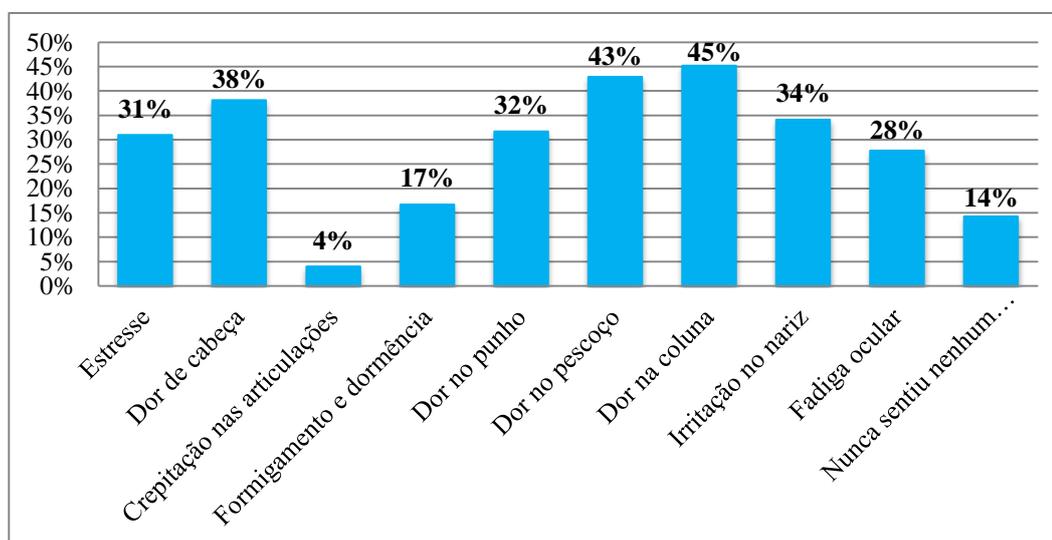


Fonte: A autora (2018)

Já nas atividades de processo técnico *dor na coluna* e *no pescoço* são sintomas recorrentes, conforme apresentado no gráfico a seguir:

<sup>17</sup> Com base em 123 respostas.

GRÁFICO 12 – Média geral de sintomatologias oriundas de atividades de processo técnico



Fonte: A autora (2018)

Conforme exposto nos quadros 11 e 12, pode-se identificar que os processos de higienização e processamento técnico do acervo são atividades que expõem o bibliotecário a agentes de riscos ocupacionais. Os profissionais são expostos a agentes que surtem efeitos adversos à saúde daqueles que lidam constantemente com os materiais em tratamento. Além disso, são atividades que exigem esforços corporais e impõem os profissionais a posições incômodas e monótonas.

## 5.6 DA PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO FRENTE ÀS PENOSIDADES VIVENCIADAS

A última seção desta pesquisa abriu espaço para relatos das experiências vivenciadas por esses profissionais no seu ambiente de trabalho. Por isso, o principal objetivo desta seção foi verificar a percepção do bibliotecário frente às penosidades causadas por um ambiente insalubre. Foram obtidos vinte e sete discursos acerca das vulnerabilidades vivenciadas pelos profissionais. Neste sentido, explicitamos abaixo alguns depoimentos:

*Após o recebimento de várias caixas de doação de periódicos mal conservados e precisei trabalhar com eles diretamente, tive uma tosse constante com catarro e precisei entrar em tratamento com antialérgicos e com corticoide por um longo período (60 dias) (Bibliotecário 22).*

*[...] e a falta de limpeza no acervo... Temos que ficar implorando para o pessoal da limpeza passar um paninho, até nas nossas estações de trabalho (Bibliotecário 23).*

*Eu já tive algumas vezes na vida crise de coluna por estar realizando a higienização de livros, inventário, remanejamento... Também já tive inúmeras crises de Rinite, Sinusite e outros problemas respiratórios. Na crise mais recente a médica suspeitou de estar desenvolvendo asma e me passou alguns exames, mas ainda não realizei os mesmos. (Bibliotecário 48).*

Embora a maioria dos relatos tenha enveredado para o reconhecimento da biblioteca com um potencial ambiente insalubre ao bibliotecário, algumas falas elucidaram concepções positivas sobre seu espaço de trabalho além de certificarem a importância de estudos que abordem os aspectos ambientais, ergonômicos e mecânicos em bibliotecas:

*O ambiente da biblioteca não é insalubre [porém] existem alguns aspectos que precisam melhorar, como a higienização frequente, o controle de umidade, a manutenção frequente do ar condicionado, entre outras coisas (Bibliotecário 63).*

*Apesar de eu não ter queixas graves em relação à questão insalubridade, acho de extrema importância que este assunto seja tratado, trabalho com diversas pessoas que constantemente se ausentam do trabalho devido às condições insalubres. Este é um problema muito sério e acho que devido ao tempo de serviço, criei uma defesa natural, um escudo (Bibliotecário 70).*

*[...] As condições, no geral, são boas, mas faltam serviços de segurança contra incêndio, rotas de fuga, etc e nossas janelas são gradeadas (Bibliotecário 79).*

*[...] os documentos históricos [...] são higienizados quando trazidos para o acervo (Bibliotecário 85).*

*[...] Aqui não é totalmente insalubre. Temos duas faxineiras exclusivas (pois o espaço é enorme) e só o que falta mesmo é uma política de higienização, [porque] obviamente muita poeira acumulase nos periódicos mais antigos. Banheiros e cozinhas estão sempre limpos [...] (Bibliotecário 104).*

Em seguida, chama a atenção os relatos sobre as sintomatologias constantes durante a jornada de trabalho como cansaço, irritação e estresse. São evidenciadas também situações que provocaram o aparecimento de rinite alérgica como a presença de poeira no acervo. Além disso, foram identificadas outras experiências insalubres ocasionadas, sobretudo pelos riscos físicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos:

*Como funcionamos próximo à área om mata, temos sempre, na área de biblioteca ocorrência de insetos como mariposa, mosquito e aranhas (Bibliotecário 10).*

*Alergia se desenvolveu devido a micro-organismos provenientes do carpete, falta de ventilação e umidade (Bibliotecário 16).*

*São vários os problemas, os móveis da biblioteca são todos reaproveitados e ergonomicamente falhos, por serem antigos. Já aconteceu alagamento quando teve um temporal e, por sorte, a água não alcançou a tomada, que era uma "gambiarra" que ficava pendurada quase encostando no chão. A iluminação também é ruim, cansa muito a vista [...] (Bibliotecário 23)*

*Ficamos sem ar condicionado vários meses e neste período a temperatura era muito alta e as condições insalubres para os profissionais e usuários, atualmente recebemos novos aparelhos de ar condicionado (Bibliotecário 79).*

*Como a biblioteca não possui ar condicionado já passei mal devido ao calor, pressão baixa. Uma funcionária desenvolveu uma alergia nas mãos e problema respiratório após o contato com periódicos antigos. Lembrar que não apenas os bibliotecários, mas todos os funcionários de uma biblioteca passam por situações como essa (Bibliotecário 82)*

*[...] a maioria aqui já teve alergia respiratória ao manusear acervo velho (Bibliotecário 104).*

*Colegas acometidas por fungos na garganta e pulmão (Bibliotecário 113).*

Dos casos de doenças relatadas, é indispensável alertar sobre depoimentos abaixo:

*Em virtude do tempo de exposição (29 anos), no ambiente insalubre da biblioteca, foi detectado nódulos no pulmão, que de acordo com o pneumologista tem sua origem nos ácaros e fungos do ambiente de trabalho (Bibliotecário 49).*

*Já desenvolvi Síndrome de Pânico enquanto trabalhava na biblioteca, por isso marquei Transtornos Mentais. Em maior ou menor grau as atividades das bibliotecas causam desconforto e problemas de ordem física ou psíquica, caso não tenham condições adequadas de trabalho ou relaxamento (Bibliotecário 86)*

*Afastamento por doenças causadas por níveis baixos de limpeza e higienização são recorrentes: conjuntivite, asma, espirros, coceira nos olhos (Bibliotecário 105).*

Quando à disponibilização e uso de EPI, foram feitos alguns apontamentos:

*[...] temos luvas e máscaras à disposição para trabalhar (Bibliotecário 104).*

*Trabalhamos com livros antigos que nunca foram higienizados e sem nenhum material de proteção (Bibliotecário 88).*

*Mesmo utilizando mascara e luvas, no manuseio do acervo, tive uma crise muito forte de sinusite (Bibliotecário 107).*

A fim de ratificar a proposta do estudo que foi reunir indicadores que evidenciem o espaço da biblioteca com potencial agravamento à saúde dos bibliotecários, observamos nas falas abaixo a importância de atribuir o adicional de insalubridade à remuneração salarial do bibliotecário:

*Atualmente há um entendimento no serviço público federal de que apenas servidores que lidam com produtos químicos perigosos, tais como solventes e reagentes, fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade. Contudo, eu acredito que aqueles que lidam diretamente com livros e periódicos antigos, reconhecidamente infestados por ácaros e fungos, também estão expostos a riscos biológicos. Diante desta questão, penso que esses servidores deveriam, também, fazer jus ao recebimento de adicional de insalubridade (Bibliotecário 58).*

*Bibliotecários merecem insalubridade, pois trabalham com papéis e poeiras, que às vezes causam muitos problemas, pois não são identificáveis a olho nu se forem pós-prejudiciais ou que com a temperatura se tornem nocivos [...] (Bibliotecário 87).*

Por fim, foi relatado que na Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (UFRJ) ocorreu uma contaminação fúngica, em 5 de setembro de 2017. Os profissionais informaram que a suspeita surgiu a partir de reclamações de usuários e de alguns funcionários que desenvolveram problemas oculares, respiratórios e cutâneos. Em nota, a referida biblioteca informa que as colônias se concentravam no forro do teto, este já retirado, e que desde então são realizadas análises toxicológicas a fim de constatar se o problema de contaminação foi resolvido com essa ação (NOTA..., 2018).

Ainda sobre a biblioteca do CSS/UFRJ atualmente, a equipe está alocada em um espaço temporário onde são concentradas atividades de técnicas, serviços de circulação (empréstimos, consultas, reservas e nada consta) e alguns computadores para pesquisa. A fim de atender à demanda da comunidade acadêmica, o espaço também oferece o setor de referência (orientações de pesquisas científicas, revisões sistemáticas e fichas catalográficas), e 40 cadeiras para estudo. Além disso, as atividades de treinamentos para grupos de pesquisa foram mantidas (NOTA..., 2018).

Por enquanto, por questão de logística, o acervo está sendo higienizado conforme a demanda da comunidade, sobretudo pelo critério de seleção dos livros mais emprestados,

bibliografia básica e complementar dos cursos. Embora a biblioteca disponha de cerca de 17.000 itens, apenas 2.000 livros foram higienizados. Estima-se que mais 1.000 livros entrarão no acervo temporário, entretanto o processo de higienização está parado devido à troca filtro da máquina utilizada no processo. Espera-se que o processo seja finalizado ainda no ano de 2018 (NOTA..., 2018).

Desta forma, o objetivo dessa coleta de dados foi reunir indicadores que ratifiquem a importância de um olhar mais atento aos profissionais bibliotecários e suas condições de trabalho e ao mesmo, alertar sobre a necessidade na formulação de políticas de prevenção e promoção da saúde para a classe bibliotecária. Os níveis de afastamento e doenças podem ser indicadores que evidenciem as diferentes fontes agressoras à saúde do bibliotecário. A média geral das sintomatologias oriundas das atividades de higienização e preservação bem como processo técnico são índices que demonstram a necessidade de intervenção na forma como o trabalho é realizado.

Mesmo não sendo objetivo desta pesquisa, foi possível verificar a relevância da temática, sobretudo pelo retorno que autora obteve dos bibliotecários. Muito foi mencionada a importância na conscientização dos profissionais e dos órgãos legais sobre os riscos ocupacionais inerentes à profissão bibliotecária. Durante a divulgação do questionário, obtivemos o retorno de uma bibliotecária que nos informou sobre a criação da Comissão dos Trabalhadores em Bibliotecas e Arquivos da UFF com a finalidade de lutar por melhores condições de trabalho. Além disso, anualmente, a Comissão promove o Encontro de Trabalhadores em Bibliotecas e Arquivos da UFF que aborda os diversos desafios que a classe enfrenta para realização das atividades laborais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é resultado de pesquisa desenvolvida em nível de graduação, onde se procurou reunir indicadores que evidenciem o espaço da biblioteca com potencial agravo da saúde dos bibliotecários, em um trabalho específico junto com os bibliotecários atuantes nas bibliotecas universitárias no município do Rio de Janeiro. A proposta de estudo pretendeu contribuir para a aprovação do projeto de lei nº 1.511 de 2015, elaborado pelo deputado Vereador Uldurico, que visa atribuir o adicional de insalubridade para os bibliotecários expostos a riscos ocupacionais.

Inicialmente, com base na compreensão da literatura acerca desta temática, atingindo o primeiro objetivo específico deste estudo, buscamos analisar as situações referentes aos aspectos ambientais, ergonômicos e mecânicos bem como as práticas preventivas e legais para o exercício do trabalho biblioteconômico. Com isso, o estudo identificou situações de vulnerabilidades vivenciadas nos espaços da biblioteca, principalmente àquelas relacionadas temperatura, umidade, fungos e poeira. O que se demonstra verídico a partir do Quadro 11 – *Média geral das sintomatologias oriundas de atividades de higienização e preservação do acervo* onde se destacam espirros, coceira na pele, corrimento nasal e dor de garganta como as sintomatologias acometidas aos profissionais que realizam atividades diretamente com o acervo.

Em um segundo momento, procurou-se identificar a importância da saúde do bibliotecário e como se dá a aplicação das legislações trabalhistas brasileiras. Os resultados obtidos nesta pesquisa reafirmam a necessidade de uma intervenção pelos órgãos da classe junto ao Ministério do Trabalho reivindicando os direitos trabalhistas dos bibliotecários. Além disso, ratifica a importância na formulação de políticas internas com o fito de promover e orientar bibliotecários, auxiliares e técnicos em Biblioteconomia bem como outros funcionários dessas instituições acerca da importância de boas práticas em saúde e segurança no trabalho em bibliotecas.

Por isso, é lícito inferir que a aprovação do PL será de grande contribuição para os bibliotecários uma vez que é devido a esses profissionais, pois estão expostos a riscos nocivos à sua integridade física e mental. Além disso, a exposição aos riscos ocupacional, mesmo que de maneira intermitente, não elimina o direito do profissional ao adicional de insalubridade. Contudo, é fundamental compreender que o adicional não deve ser interpretado como um eliminador de riscos, deixando de lado o mais importante, a saúde do indivíduo bem como

não exime as instituições mantenedoras dessas instituições de oferecerem um ambiente saudável para seus funcionários e engajado nas campanhas de prevenção e promoção à saúde.

A partir da revisão de literatura realizada e com base nos dados obtidos nesta pesquisa, foi possível construir um debate acerca da saúde dos bibliotecários, principalmente àqueles atuantes em bibliotecas universitárias que diariamente atendem demandas dos seus usuários cada vez mais complexas, e conseqüentemente, dispõem de atendimentos cada vez mais personalizados e serviços mais específicos. Neste sentido, sabendo das transformações ocorridas nos ambientes de trabalho, sobretudo ocasionadas pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação que introduziram novas práticas de trabalho, é possível inferir que tais profissionais, em decorrência da alta demanda de sua comunidade alvo, tem a probabilidade da ocorrência de altos níveis de transtornos mentais, apresentando sintomatologias como estresse, dor de cabeça, no pescoço, na coluna, fadiga ocular e cansaço físico e mental. Neste momento, o objetivo específico foi atingido, pois foi possível identificar e analisar o impacto do ambiente insalubre na vida dos bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias.

Conforme verificado na pesquisa, para além de uma contribuição monetária às vulnerabilidades vivenciadas por esses profissionais, torna-se necessária evidenciar algumas recomendações para atingir o mais alto nível de satisfação da relação do profissional bibliotecário com seu ambiente de trabalho. Deste modo, deve-se haver o aumento na periodicidade de higienização do acervo e ambiente de trabalho bem como na manutenção dos aparelhos de ar condicionado, maiores engajamentos para formulações de normas, regulamentos e políticas internas que visem à saúde e segurança dos bibliotecários, higiene pessoal após contato com materiais empoeirados ou contaminados, e principalmente, a obrigação na utilização do equipamento de proteção individual nas atividades que exponham o profissional a situação agravante à sua saúde.

No tocante aos regulamentos, normas e políticas internas recomendam-se a elaboração de um Plano de Contingência nas bibliotecas pesquisadas com base nos riscos mais frequentes nestas bibliotecas, incluindo regras de comportamentos em casos de sinistros. Espera-se que com a elaboração desse instrumento, os índices de afastamentos e doenças e sintomatologias decresçam e os níveis de satisfação com as condições ambientais e ergonômicas do trabalho aumentam.

De qualquer forma, foi possível reunir indicadores que podem ser utilizados para elucidar medidas de prevenção em saúde ocupacional dos bibliotecários. Mesmo que

incipiente este estudo apresentou elementos, principalmente pelos relatos aqui expostos, que a biblioteca pode ser reconhecida como potencial espaço prejudicial à saúde do profissional e este deve ser objetivo de atenção das ações preventivas. Aqui, cabe a colocação da implementação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) no serviço público, sobretudo nas universidades.

Além disso, a maior parte dos bibliotecários, aproximadamente 58% do universo da pesquisa, não reconhece os riscos ocupacionais presentes no seu ambiente de trabalho. Tendo em vista este quantitativo torna-se importante a construção deste reconhecimento ainda na graduação de forma a prevenir situações de exposição a riscos danosos à sua saúde. Neste sentido, recomenda-se a existência de uma disciplina durante a graduação do curso de Biblioteconomia voltada para a temática, de modo a conscientizar o profissional sobre os possíveis riscos à sua saúde, formas de prevenção e proteção aos agentes agressores além de boas práticas de trabalho em bibliotecas e quaisquer outros espaços de documentação e memória.

Espera-se que este estudo instrumentalize os bibliotecários para reivindicações frente às vulnerabilidades vivenciadas e distúrbios desencadeados pelo seu ambiente e atividades de trabalho. Neste sentido, finaliza-se este estudo na esperança de futuros trabalhos empíricos em níveis nacionais, trazendo visibilidade para as situações vivenciadas no ambiente de trabalho dos profissionais da área de Biblioteconomia, de modo a contribuir no reconhecimento da biblioteca como potencial ambiente insalubre e sujeito ao amparo legal da legislação trabalhista brasileira.

## REFERÊNCIAS

AJAYI, N. A.; AKINDOJUTIMI, B. F. Use of recommended eye glasses by professional librarians: an occupational hazard. **Journal of Hospital Librarianship**, 2005, v. 5, 3. ed., p.65-73.

ARANALDE, Michel Maya. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/124/82>>. Acesso em: 8 ago. 2018

ARAUJO, Laila Soares de. **A importância da ergonomia aplicada às unidades de informação para a atuação profissional dos bibliotecários**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia)– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-acima-de-9-0-2014.2/TCC%20Laila%20Araujo\\_2014.1.pdf](http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-acima-de-9-0-2014.2/TCC%20Laila%20Araujo_2014.1.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon et al. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 14-24, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a02v29n3.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISSO/CIE 8995-1:2013**: Iluminação de ambientes de trabalho. Rio de Janeiro, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRÍA GONZÁLEZ, Ghislaine. Principales factores asociados al estrés laboral de los bibliotecólogos en Chile. **Serie Bibliotecología y Gestión de Información**, n.77, 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17974/1/Serie%20N%2077%20G.%20Barria.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BLATTMANN, Ursula; BORGES, Ilma. Ergonomia em Biblioteca: avaliação prática. **Revista ACB**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 47-64, ago. 2005. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/327/385>>. Acesso em: 31 maio 2018.

BORGES, M. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. **Jardim da Informação e do Conhecimento**, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <<http://oficinas.incubadora.ufsc.br/index.php/JhessikaTomazPereira/article/view/2523>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 09 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm)>. Acesso em: 12 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei no. 4084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago. 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56725-16-agosto-1965-397075-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 maio 1943. Seção 1, p. 11937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2018

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jul. 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm)>. Acesso em: 15 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8112compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112compilado.htm)>. Acesso em: 3 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 1991a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991. Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8270.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8270.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. Disponível em: <

<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/seguranca%20e%20saude%20no%20trabalho/Saudedotrabalhador.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf#3>> . Acesso em: 8 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 5, de 17 de agosto de 1992. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 1994. Seção 1, p. 21.280-21.282. Disponível em: <<https://goo.gl/491kPc>>. Acesso em: 10 out. 2018

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 1994. Seção 1, p. 21.280-21.282. Disponível em: <[http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-25-1994\\_180705.html](http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-25-1994_180705.html)>. Acesso em: 26 out. 2018

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Portaria n.º 3.214, de 8 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jun. 1978. Disponível em: <<https://normasregulamentadoras.wordpress.com/legislacao/portaria-3214-de-08-de-junho-de-1978/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Portaria n.º 3.214, de 8 de junho de 1978. NR 4 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 1978a. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR4.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 1978b. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR5.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. NR 6 – Equipamento de Proteção Individual. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 1978c. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR15/NR-15.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. NR 15 – Atividades e operações insalubres. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 1978d. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR15/NR-15.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Portaria 3.751, de 23 de novembro de 1990. NR 17 – Ergonomia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 nov. 1990. Disponível em: <<http://www.ctpconsultoria.com.br/pdf/Portaria-3751-de-23-11-1990.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Portaria SIT n.º 221, de 6 de maio de 2011. NR 23 – Proteção Contra Incêndios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 maio 2011. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR23.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Portaria SIT n.º, 229, de 27 de maio de 2011. NR 26 – Sinalização de Segurança. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 maio 2011. Disponível em: <[http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P229\\_11.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P229_11.html)>. Acesso em: 30 out. 2018

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 289**. Insalubridade. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=237.6805&seo=1>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 448**. Atividade insalubre. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_401\\_450.html#SUM-448](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-448)>. Acesso em: 21 out. 2018.

CÂMARA dos Deputados. Projeto de Lei PL 1.511 de 13 de maio de 2015. Acrescenta o inciso IX ao art. 200 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o fito de atribuir medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória. Brasília, DF, maio 2015. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1333443&filena me=PL+1511/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1333443&filena me=PL+1511/2015)>. Acesso em: 18 ago. 2018

CANADIAN CENTRE FOR OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY. **Health and Safety Guide for Libraries**. Canada: [s.n], 2016. Disponível em: <<https://www.ccohs.ca/products/publications/library.html>>. Acesso em: 30 maio 2018.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/HCHgGB>> Acesso em: 31 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB nº 42 de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2002. Seção 1, p. 64. Disponível em: <[http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao\\_042-02.pdf](http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_042-02.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2018

CÔRTE, A. R. (Org). **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil – 1965-2015**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. Disponível em:<<https://goo.gl/9HyAj9>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

COSTA, M. R. S. da. **Em foco: a saúde dos bibliotecários: o risco de contaminação no exercício profissional em um ambiente insalubre**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CUARTAS, E.; PESSOA, M. L.; COSTA, C. Código de Ética profissional do bibliotecário: 15 anos depois. **Biblos: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História**, Rio Grande do Sul, v. 15, 2003. p. 195-209. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/407>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009513/dbd95ea3dd4809012f119a731bd532e0/>>. Acesso em: 23 jul. 2018

CZERESNIA, D.; MACIEL, E.M.G.S.; OVIEDO, R.A.M. **Os sentidos da saúde e da doença**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

DIAS, Rosângela de Cássia. **Doenças laborais em profissionais da informação**: um estudo de caso na biblioteca do CCS “Ana Missako Yendo Ito”. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)– Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/z1qMih>>. Acesso em: 18 maio 2018.

DOLAN, Simon L. **Estresse, autoestima, saúde e trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

FARIA, Renata Mercês Oliveira de; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves; SILVA, Girlene Alves da. O sentido da relação trabalho e saúde para os assistentes em administração de uma universidade pública federal no Estado de Minas Gerais. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, 2017. p. 541-559. Disponível em: <[https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00541.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00541.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FAUSTINO, Lara; SILVA, Helena; SILVA, Marcelo. A importância da elaboração do mapa de risco para a prevenção de acidentes: enfermagem do trabalho. **Revista Organizações e Sociedade – Multidisciplinar**, Iturama, MG, v. 4, n. 1, p. 6-18, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://revista.facfama.edu.br/index.php/ROS/article/view/101>>. Acesso em: 18 jul. 2018

FERREIRA, Rubens da Silva. Transpondo muros, construindo relações: uma reflexão sobre bibliotecas universitárias e extensão no Brasil. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 75-88, jan./jun. 2012. Disponível em: <[https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1912/pdf\\_21](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1912/pdf_21)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FONSECA JÚNIOR, L.; CARVALHO, A.; ALVES, D. Condições de conforto ambiental para usuários: estudo de caso realizado na Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 1, n. 3, p. 1-21, 12 jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/10906>>. Acesso em: 5 out. 2018.

FUNDACENTRO. Prevenção de acidentes com animais peçonhentos. São Paulo: [s.n], 2001. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2012/7/prevencao-de-acidentes-com-animais-peconhentos>>. Acesso em: 12 set. 2018

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rede Bibliodata. 2012. Disponível em: <<https://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/bases/rede-bibliodata>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

GERÊNCIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO (Goiás, GO). Manual de elaboração mapa de risco. Goiás, 2012. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-11/manual-de-elaboracao-de-mapa-risco.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014

HENN G. et al. Proteção contra incêndios: aplicação da NR 23 em bibliotecas universitárias setoriais. In: XV SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CRUESP, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2579238-Protacao-contraincendios-aplicacao-da-nr-23-em-bibliotecas-universitarias-setoriais.html>>. Acesso em: 29 out. 2018

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2. ed. São Paulo: Ed. E. Blücher, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, 2018. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/comunicacao-de-acidente-de-trabalho-cat/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

JACQUES, Ana Paula Oliveira. **Competências gerenciais de bibliotecários com foco na gestão de pessoas**: um estudo em bibliotecas universitárias públicas na cidade do Rio de Janeiro. 2015. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-acima-de-9/TCC-%20Ana%20Paula%20Oliveira%20Jacques.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2018

LANCASTER, F.W. **Libraries and the future**. New York: Harwork, 1993.

LIMA e SILVA, F. H. A; ROVER, G. Níveis de contenção física e classificação dos microrganismos por classes de risco. In: MASTROENI, M. F. (Org.). **Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde**. São Paulo: Artheneu, 2006.

MACHADO, Flávia. **A saúde do bibliotecário no ambiente de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2734/1/MACHADO%2C%20F1%C3%A1via.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

MAIA, M. F. et al. A saúde ocupacional nas bibliotecas universitárias de grande porte. **Revista Motricidade**, [S.l.], v. 2, n. 4, 2006. p. 260-269. Disponível em: <[http://www.revistamotricidade.com/arquivo/2006\\_vol2\\_n4/v2n4a09.pdf](http://www.revistamotricidade.com/arquivo/2006_vol2_n4/v2n4a09.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2018

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 10. ed. São Paulo: Difel, 1985. v.1.

MAURO, Maria Yvone Chaves, et al. Riscos ocupacionais em saúde. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 338-145, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v12n3/v12n3a14.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931995000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 maio 2018

MENDES, R.; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n. 25, p. 341-349, 1991. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/rsp/1991.v25n5/341-349/pt>>. Acesso em: 31 maio 2018

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO GOMEZ, Carlos; COSTA, Sonia Maria da Fonseca Thedim. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 13 (Supl. 2), p. 21-32, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

MORIGI Valdir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abril 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a14.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

NARDI, H. C. Saúde do Trabalhador. In: CA TTANI, A. D. (Org.) **Trabalho e tecnologia, dicionário crítico**. Petrópolis: Editora Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. p. 219-224

NOTA da biblioteca central do CCS/UFRJ, em 11 de setembro de 2018. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/xNkPhY>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

NUNES, A.V.L.; LINS, S.L.B. Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. **Revista psicologia: organizações e trabalho**. Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 51-67, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/11830/11070>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY ASSESSMENT SERIES. **OHSAS 18001**: especificação para sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho. São Paulo: [s.n.], 2007. Disponível em: <[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7319/2/Anexo%20I%20OHSAS180012007\\_pt.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7319/2/Anexo%20I%20OHSAS180012007_pt.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)– Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011. Disponível em: <[https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2018.

OMS divulga nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11). [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente**, 2018. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/comece-a-oi/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ambientes de trabalho saudáveis**: para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais. Brasília, DF: SESI, 2010. Disponível em <[http://www.who.int/occupational\\_health/ambientes\\_de\\_trabalho.pdf](http://www.who.int/occupational_health/ambientes_de_trabalho.pdf)> Acesso em: 31 mai 2018.

PEIXOTO, Neverton Hofstadler. **Segurança do Trabalho**. 3. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/TyHVUD>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Análise de riscos nos locais de trabalho: conhecer para transformar. **Cadernos de Saúde do Trabalhador**, 2000. Disponível em: <[https://normasregulamentadoras.files.wordpress.com/2008/06/riscos\\_trabalho.pdf](https://normasregulamentadoras.files.wordpress.com/2008/06/riscos_trabalho.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2018.

REBELO, Ana Maria de Sousa. **A Biblioteca Universitária**: desafios e oportunidades para o profissional da informação. Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa. Porto: [s.n], 2011. Disponível em: <<https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3177>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

REIS, Margarida Maria de Oliveira; BLATTMANN, Ursula. Gestão de processo em bibliotecas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 1-17, jan./jun. 2004. Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/05/pdf\\_8096867154\\_0010738.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_8096867154_0010738.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2018.

RIBEIRO, Carolina Tagliani. **Proposta de implementação de um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho com base na OHSAS 18001**: um estudo de caso. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio de Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/33175>>. Acesso em: 20 out. 2018.

RIBEIRO, Alexsander Borger; MIRANDA, Angélica Conceição Dias; REIS, Juliani Menezes dos. Movimento associativo e entidades de classe: discussões existentes e a produção científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. 1, 02-19, jan/jun. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/266>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 3.ed. São Paulo: LTr, 2010.

SANTA HELENA, Liliane P. **Influência do trabalho na saúde física e psíquica dos bibliotecários da área da saúde da UFRGS**. Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia (Bacharelado em Biblioteconomia)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21050>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SANTANA, Rogério. **Biossegurança em Biblioteconomia**: uma abordagem para conservação de acervos, profissionais e usuários em bibliotecas. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia)– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < <http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-2014.2/TCC%20ROGERIO%20SANTANA%2019%20DEZ%202014.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SANTOS, Jociene Xavier dos. **O profissional bibliotecário e os desafios de um ambiente insalubre**. Monografia de graduação em Biblioteconomia. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1037220.pdf>>. Acesso em 31 maio 2018.

SANTOS, Jorge Alberto Carolino Cruz dos. **Uso de equipamentos de proteção individual no exercício da biblioteconomia: saúde e prevenção**. 2017. 76 f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/Jorge%20Alberto%20Carolino%20Cruz%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/237/235>>. Acesso em: 15 jul. 2018

SANTOS, Jussara Pereira; NEVES, Iara Conceição Bitencourt; JOB, Ivone. A Estrutura da Carreira em Biblioteconomia: contribuição à Classificação Brasileira de Ocupações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 41-61, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/82/42>>. Acesso em: 31 maio 2018

SANTOS, Luane Bento dos. **A saúde dos bibliotecários**: abordagem de algumas doenças ocupacionais. 2014. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia e Documentação)– Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/PkkuC5>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SEGURANÇA e Medicina do Trabalho. 80. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, Alexandre Pinto da. **Caracterização técnica da insalubridade e periculosidade**. São Paulo: LTr, 2014.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAUJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca**: técnicas e práticas para formação profissional. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 69-76, jan./jun. 2014. Disponível em: < [http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2015/12/pdf\\_f9c9ec2ea9\\_0000014572.pdf](http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_f9c9ec2ea9_0000014572.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2018.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Informativo aos bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sindibrj.org.br/index.php/2012-10-26-00-38-31/missao>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

SOUTO, Clivea Farias. Biblioteca universitária: sua função social enquanto lugar de Memória. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/anaissnbu/article/view/3200>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

SOUZA, F. C; SILVA, P. S. O trabalho do bibliotecário e os riscos potenciais a sua saúde integral em torno do campo da ergonomia. **Em questão**, Porto Alegre, v.13, n.1, p. 127-146, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/34>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SOUZA, Marco Antonio de Sousa. O papel do SESMT nas empresas privadas e no serviço público. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 85, fev. 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9030](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9030)>. Acesso em nov 2018.

SPUDEIT, D. F. A. O.; FÜHR, F. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 235-249, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v23n3/a06v23n3.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018

STRAUSZ, M. C; MACHADO, J. M. H.; BRICKUS, L. S. R. Análise de um acidente por contaminação fúngica em uma biblioteca no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n.115, p.69-78, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v32n115/07.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018

STRAUSZ, M. C. **Análise de um acidente fúngico em biblioteca**: um caso de síndrome do edifício doente. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da área de Saúde Pública)– Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<https://teses.icict.fiocruz.br/pdf/strauszmc.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

TARAPANOFF, K. A biblioteca universitária vista como uma organização social. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, 1982. p. 73-92. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003204/0d901db27e02d9b1a7fd3ff5fe7dd776/>>. Acesso em 15 jul. 2018.

TAUBE, O. L. S. **Análise da incidência de distúrbios musculoesqueléticos no trabalho do bibliotecário**: considerações ergonômicas com enfoque preventivo de LER/DORT. Florianópolis. 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84129/190420.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

TERSARIOLLI, A. et al. **Doenças ocupacionais em profissionais de informação**. 2005. 155 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia)– Faculdade de

Biblioteconomia e Ciência da Informação, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/DoencasOcupacionais.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre preservação na construção e reforma de bibliotecas**: planejamento para preservação. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Histórico**: a biblioteca central da UNIRIO, 2018. Disponível em: <<http://www.unirio.br/bibliotecacentral/sobre-o-sistema-de-bibliotecas-da-unirio>>. Acesso em: 18 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO. **Apresentação**, 2018. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

\_\_\_\_\_. SiBI em números: dados consolidados 2017, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Ka9ojAWvN9T7Gz4zExN1S26GqgGdvRU9/view>>. Acesso em: 18 set. 2018.

VALENTIM, M. L. P. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.5, n.9, p.16-28, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16/5058>>. Acesso em: 26 jul. 2018

XARÃO, Daniele Rodrigues. **Saúde e segurança em acervos documentais**: a conscientização sobre as condições adequadas no ambiente de trabalho. 2009. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia)– Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22752/000740207.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 maio 2018.

**APÊNDICE A – Questionário aplicado aos bibliotecários****I) DOS ASPECTOS GERAIS**

- 1 Seu cargo na biblioteca:
  - ( ) Bibliotecário-chefe
  - ( ) bibliotecário
  
- 2 Quais serviços costuma realizar? Pode-se escolher mais de uma opção
  - ( ) Administrativos
  - ( ) Processos técnico
  - ( ) Atendimento ao público
  - ( ) Treinamentos ou cursos
  - ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**II) DOS ASPECTOS AMBIENTAIS**

- 3 Das situações abaixo, quais você reconhece no espaço em que trabalha? Pode-se escolher mais de uma opção:
  - ( ) Infiltração na parede, aparecimento de mofo e ou umidade excessiva
  - ( ) O acervo encontra-se com fungos, mofo e ou empoeirados
  - ( ) Falta de ventilação
  - ( ) Falta de manutenção das tubulações de ar
  - ( ) Falta de higienização no local de trabalho e no acervo
  
- 4 Com que periodicidade é feita a higienização do acervo?
  - ( ) Quinzenalmente
  - ( ) Mensalmente
  - ( ) Anualmente
  - ( ) Quase nunca
  
- 5 Faz uso de alguma substância química para higienização do acervo?
  - ( ) Sim
  - ( ) Não

- Não tem certeza
- 6 Existe controle/monitoramento da temperatura e umidade relativa do ar?
- Sim
- Não
- 7 Com que periodicidade é feita a limpeza do ar condicionado?
- Mensalmente
- Semestralmente
- Anualmente
- Quase nunca
- Não sabe informar
- 8 A temperatura do ar é adequada às exigências das tarefas realizadas?
- Sim
- Não
- 9 Qual seu nível de satisfação com os aspectos ambientais do seu espaço de trabalho?  
(exposição a umidade, temperatura baixa ou elevada, ruído, poeira, produtos químicos, fungos, bactérias...)
- Totalmente insatisfeito
- Parcialmente insatisfeito;
- Não satisfeito nem insatisfeito
- Satisfeito parcialmente
- Totalmente satisfeito

### **III) DOS ASPECTOS ERGONÔMICOS E MECÂNICOS**

- 10 Qual o seu nível de satisfação quanto ao mobiliário (mesa, cadeira...) do seu ambiente de trabalho estar adaptado ao seu biotipo e realização das tarefas?
- Totalmente insatisfeito
- Parcialmente insatisfeito;
- Não satisfeito nem insatisfeito
- Satisfeito parcialmente
- Totalmente satisfeito

- 11 Durante o exercício das suas atividades você carrega peso?
- Frequentemente
  - Ocasionalmente
  - Raramente
  - Nunca
- 12 Você costuma realizar suas tarefas em posições incômodas?
- Sim
  - Não
  - Às vezes
- 13 A iluminação do seu ambiente de trabalho é adequada?
- Sim
  - Não
- 14 Você possui algum treinamento quanto à prevenção de incêndios?
- Sim
  - Não
- 15 A biblioteca possui saída de emergência?
- Sim
  - Não
- 16 A área em que atua possui sinalização de segurança? (Mapa de risco, combate a incêndio)
- Sim
  - Não

**IV) DO CONHECIMENTO DE NORMAS, REGULAMENTOS, POLÍTICAS  
EM SAÚDE E SEGURANÇA**

- 17 Você tem informações sobre os riscos à saúde existentes em seu local de trabalho?
- Sim
  - Não

18 A biblioteca possui algum regulamento interno quanto à saúde e segurança no trabalho?

Sim

Não

19 Quais equipamentos de proteção individual você utiliza? Pode-se escolher mais de uma opção

luva descartável

máscara descartável

avental descartável ou lavável

touca descartável

Óculos de segurança

Outros: \_\_\_\_\_

20 Caso tenha conhecimento, você concorda com a aprovação do Projeto de Lei nº 1.511/2015 de 2015 que reivindica o incentivo financeiro adicional de insalubridade, pois estão expostos aos agentes físicos, químicos e biológicos no exercício de suas atividades?

Sim

Não

21 Caso a resposta anterior tenha sido negativa, justifique sua resposta.

#### **V) DAS DOENÇAS E AFASTAMENTOS**

22 Caso já tenha se afastado por algum problema de saúde relacionado ao trabalho, qual foi a causa?

Doenças respiratórias

Doenças pulmonares

Transtornos mentais

Doenças do trato digestivo

Doenças dermatológicas

Doenças dos olhos

Nunca se afastou por doenças ocupacionais

23 Você conhece alguma pessoa que tenha se afastado do trabalho por problemas de doenças relacionadas às atividades desenvolvidas em bibliotecas?

- Sim
- Não

24 Quais das doenças relacionadas à síndrome de Lesões por Esforço Repetitivo – LER foram desenvolvidas com relação ao trabalho realizado na biblioteca? Pode-se escolher mais de uma opção

- Tendinite
- Tenossinovite
- Bursite
- Síndrome do túnel do carpo
- Dedo em gatilho
- Mialgias
- Nunca desenvolveu doenças relacionadas à síndrome
- Outros: \_\_\_\_\_

25 Quais das doenças respiratórias abaixo você desenvolveu na realização das suas tarefas no ambiente de trabalho?

- Rinite
- Sinusite
- Doenças pulmonares obstrutivas crônicas (DPOC)
- Faringite aguda
- Laringotraqueíte
- Nunca desenvolveu doenças respiratórias
- Outros: \_\_\_\_\_

26 Quais das doenças de pele abaixo você desenvolveu na realização das suas tarefas no ambiente de trabalho?

- Dermatoses pápulo-pustulosas
- Dermatite alérgica de contato
- Cistos foliculares da pele
- Ceratose palmar e plantar

- Úlcera crônica da pele
- Nunca desenvolveu doenças de pele
- Outros: \_\_\_\_\_

27 Qual ou quais sintomatologias abaixo já sentiu após atividade de higienização e preservação do acervo? Pode-se escolher mais de uma opção:

- Cansaço físico e emocional
- Inflamação de tecidos
- Frequência cardíaca
- Dor de garganta
- Coceira na pele
- Lesões na pele
- Sangramento no nariz
- Espirros
- Corrimento nasal
- Nunca sentiu nenhum sintoma

28 Qual ou quais sintomatologias abaixo já sentiu após atividade de processo técnico? Pode-se escolher mais de uma opção:

- Estresse
- Dor de cabeça
- Crepitação nas articulações
- Formigamento e dormência
- Dor no punho
- Dor no pescoço
- Dor na coluna
- Irritação no nariz
- Fadiga ocular
- Nunca sentiu nenhum sintoma

## **VI) DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

29 Nesta seção o(a) senhor(a) poderá relatar, caso queira, alguma experiência vivenciada em seu local de trabalho referente às penosidades causadas por um ambiente insalubre:

**APÊNDICE B – E-mail para apresentação da pesquisa aos bibliotecários**

Prezado(a) bibliotecário(a),

Meu nome é Luisi Oliveira, sou graduanda do curso de Biblioteconomia da UNIRIO e gostaria de poder contar com sua colaboração para a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Lidiane Carvalho. A pesquisa tem o objetivo reunir indicadores para contribuir no reconhecimento da biblioteca como um ambiente que pode expor o bibliotecário a riscos à sua saúde, sujeitando-o ao amparo legal das legislações trabalhistas. Esta pesquisa conta com a participação dos bibliotecários atuantes nas bibliotecas universitárias federais no município do Rio de Janeiro. Para isso, faz-se necessário a aplicação de um breve questionário que está sendo enviado neste e-mail.

**Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a pesquisa, desse modo seu nome não será mencionado no trabalho.**

Desde já agradeço a disponibilização e colaboração do(a) senhor(a) para a realização deste estudo.

Atenciosamente,

Luisi Maria Costa de Oliveira

Graduanda em Biblioteconomia